



Programa de  
Pós-Graduação em  
**Linguística**

**A POLÍTICA DO MULTILINGUISMO NA CONTEMPORANEIDADE VISTA PELA ÓTICA  
DAS INSTITUIÇÕES SUPRANACIONAIS**

Tânia Mara da Silva

SÃO CARLOS  
2015



**Universidade Federal de São Carlos**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

A POLÍTICA DO MULTILINGUISMO NA CONTEMPORANEIDADE VISTA PELA  
ÓTICA DAS INSTUIÇÕES SUPRANACIONAIS

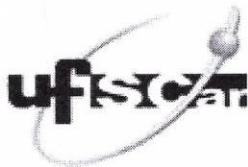
Tânia Mara da Silva

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Doutora em Linguística.

Orientador (a): Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Soeli Maria Schreiber da Silva

São Carlos - São Paulo-Brasil

2015



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Linguística

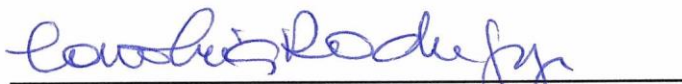
---


**Folha de Aprovação**

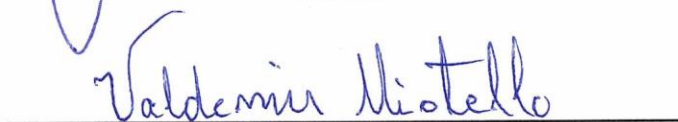
---


Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado da candidata Tania Mara da Silva, realizada em 23/03/2015:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Soeli Maria Schreiber da Silva  
UFSCar

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Carolina Rodrigues-Alcalá  
UNICAMP

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Jorge Viana Santos  
UNICAMP

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Valdemir Miotello  
UFSCar

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Carolina de Paula Machado  
UFSCar

*Aos meus verdadeiros mestres e pais Carlos e Cristina.  
Aos meus irmãos e sobrinhos Marcelo, Thiago, Raul e Heloisa.  
E ao meu grande amor e futuro marido Marcos André.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus por me capacitar para a realização deste trabalho, e por permanecer ao meu lado em todos os momentos de minha vida.

Ao meu noivo Marcos André, por ser tudo aquilo que sempre esperei, e pelo amor a mim dispensado e por me tirar da minha zona de conforto e me fazer trilhar novos caminhos e conhecer novos mundos, que me afastaram do meu, mas que me trouxeram muitos aprendizados.

À minha família, grande fortaleza hoje e sempre. Em especial à minha mãe Cristina, além de mãe, companheira e grande amiga, ao meu pai por ser um grande homem e um grande exemplo a seguir, aos meus irmãos Thiago e Marcelo por serem os meus braços e a minha rede, aos meus sobrinhos Raul e Heloisa por serem o meu sorriso, e às minhas cunhadas Keyla e Alessandra pela amizade. A vocês o meu amor e dedicação hoje e sempre.

À minha orientadora Profa. Dra. Soeli Maria Schreiber da Silva, com quem tive a satisfação de trabalhar desde a graduação pelo incentivo, acompanhamento e orientação durante todos estes anos.

Aos professores que passaram por minha vida, desde a graduação, o meu muito obrigado a todos e todas que tive o prazer de ser aluna na Universidade Federal de São Carlos.

À Maria Angélica, Karina Mello, Alexsandra (Leca Modas), Eula Cachoeira, Bettina Mass, entre outras companheiras durante todo o curso de graduação em Letras, pela amizade, amor e carinho. Grandes amizades são possíveis!

Às diversas empresas e universidades que trabalhei e lecionei, por se tornarem, mesmo que sorrateiramente, o meu fomento de vida e de pesquisa.

Às moranguetes da minha vida que passaram pelo bloco 32: Natália Carezzato, Talita, Larissa, Pâmela e Mylena Mylânia pela amizade nos anos em que estive em São Carlos, e durante todo o percurso desta tese de doutorado.

Aos meus colegas de trabalho, que apesar da distância do mundo acadêmico para o cooperativo sempre me impulsionaram para a realização e término desta tese, em especial a Fabiana Martins, Patrícia Regina e Éder Rodrigues.

À Viviane Barbosa pela amizade e alegria, e a todos os meus colegas de doutorado da turma de 2010, pelas discussões, aflições e amizade.

Aos colegas da Unidade de Estudos Históricos, Políticos e Sociais da Linguagem – UEHPOSOL, por todas as discussões e aprendizados ao longo dos anos, em especial a André Stahlhauer, Ana Cláudia e Júlio Machado.

O meu obrigado a todos.

*O Homem é um ser simbólico. Suas práticas são assim práticas que significam e que produzem sentidos. Por isso tem relevo fundamental no modo de estarmos no mundo a prática da linguagem que se realiza pela produção do que chamamos texto.*

**Eduardo Guimarães**

## RESUMO

O trabalho em questão objetiva analisar o modo como as línguas são distribuídas e divididas nas instituições supranacionais. Para tal, observaremos esse funcionamento em duas instituições supranacionais, sendo estas o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Europeia (UE). Nossa observação terá como ponto norteador a nomeação das línguas nos espaços de enunciação destes órgãos, em busca de demonstrar como esta divisão define novas categorizações para as línguas no espaço de enunciação supranacional. Nosso aparato teórico-metodológico terá como base os conceitos e definições de uma semântica enunciativa, mais especificamente, a partir da teoria da Semântica do Acontecimento desenvolvida, sobretudo, por Guimarães (2002), em busca de compreender a produção de sentidos por meio de práticas que significam o homem como um ser simbólico. Nosso corpus é constituído de documentos oficiais do MERCOSUL e União Europeia, que dissertam sobre as políticas linguísticas ancoradas no planejamento estratégico do multilinguismo, tal qual adotado por estas instituições. Estes documentos serão analisados como texto, em outras palavras, como unidades de sentido que integram enunciados no acontecimento da enunciação, Guimarães (2002). As nomeações das línguas que circulam no espaço de enunciação supranacional serão observadas como um acontecimento enunciativo, como uma diferença em sua própria ordem, que hierarquizam a abrangência jurídica e social das línguas que circulam neste espaço de enunciação. Por meio de políticas linguísticas, as línguas são nomeadas e ocupam posições de acordo com seu status social, político e econômico. Com vista a fundamentar tal afirmação, esse estudo buscará compreender e definir a categorização e hierarquização das línguas nas instituições supranacionais, com base nas nomeações de língua de trabalho, língua processual, língua regional, línguas desprovidas de território, língua oficial, língua histórica e língua minoritária, etc. E, nesse ínterim, tentar compreender como essas línguas se relacionam entre si, e como estas emergem em meio a políticas linguísticas sob o escopo do multilinguismo.

**Palavras-chave:** Espaço de Enunciação. Multilinguismo. Nomeação. Política Linguística. Político. Supranacionalidade.

## ABSTRACT

The work in question aims to examine how languages are distributed and divided into the supranational institutions, to this end, observe that run in two institutions that share this trait, which are the Southern Common Market (MERCOSUR) and the European Union (EU). Our observation point will be guiding the appointment of languages in enunciation spaces of these organs, seeking to demonstrate how this division sets new categorizations for languages at the supranational enunciation space. Our theoretical and methodological apparatus will be based on the concepts and definitions of semantics enunciative, more specifically, from the semantics of the theory of Festivals developed mainly by Guimarães (2002), seeking to understand the meaning production through practices that the mean man a symbolic. Our corpus consists of official documents of MERCOSUR and the European Union, which dissertem on language policies anchored to the strategic planning of multilingualism, as adopted by these institutions. These documents will be analyzed as text, in other words, as a unit of meaning that integrates listed in enunciation event. Appointments about languages circulating in supranational enunciation space will be observed as a declarative event such as a difference in their own order, that hierarchical positions of the legal and social range of languages circulating in their territory (enunciation space). Through language policies, the languages are named and take positions according to their social status, political and economic. In order to substantiate such a claim, this study will seek to understand and define the categorization and prioritization of languages of supranational institutions, based on the language of appointments work, procedural language, regional language, languages devoid of territory, official language, history and language minority language, etc. And in the meantime, try to understand how these languages relate to each other, and how they emerge in the midst of language policies on the scope of multilingualism.

**Keywords:** Enunciation space. Multilingualism. Appointment. Language Policy. Political. Supranational.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tratado de Maastricht 1993 – Ata final (p. 241) .....	90
Figura 2 - Decreto MERCOSUL/CMC/DEC. Nº35/06 "Incorporação do Guaraní como Idioma do MERCOSUL" .....	119
Figura 3 - Página inicial de um dos órgãos de comunicação do MERCOSUL .....	125
Figura 4 - Página com os tratados oficiais da União Europeia .....	126

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Documentos responsáveis pela constituição das instituições supranacionais MERCOSUL e União Européia, constituintes do corpus de análise.	77
Tabela 2 - Descrição compacta das figuras da enunciação tal qual define Guimarães (2002).....	81
Tabela 3 - Categorias de língua no espaço de enunciação supranacional .....	122

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
1. Situando o Estudo do Sentido e da Significação .....	<b>7</b>
1.1 O Sentido e as Palavras .....	<b>10</b>
1.1.2 Os Sentidos e a Enunciação .....	11
1.1.3 A construção dos Sentidos para a Semântica do Acontecimento .....	17
<b>2. O Acontecimento: A Concepção Sócio-Histórica da Enunciação</b> .....	<b>22</b>
2.1 A Estrutura e o Acontecimento .....	<b>22</b>
2.1.1 O Acontecimento como Circunstancialidade .....	25
2.1.2 O Acontecimento como um Fato no Tempo .....	27
2.1.3 O Acontecimento Temporaliza .....	28
2.2 O Político como Afirmação de Pertencimento .....	<b>32</b>
2.2.1 O Político pela via do Desentendimento .....	33
2.2.2 O Político como a Afirmação de Pertencimento .....	35
<b>3. O Espaço de Enunciação</b> .....	<b>39</b>
3.1 O Espaço como Elemento Geográfico .....	<b>41</b>
3.2 O Espaço e sua Relação com a Língua pela Sociolinguística .....	<b>42</b>
3.3 O Estado-Nação como um Espaço de Distribuição de Línguas .....	<b>48</b>
3.3.1 Língua e Nação .....	50
3.3.2 Língua e Estado .....	52
3.4 A Sociedade Global .....	<b>53</b>
3.4.1 Transformações nos Modos de Poder na Atualidade .....	55
<b>4. O Discurso sobre a Língua</b> .....	<b>61</b>
4.1 O Discurso do Multilinguismo .....	<b>64</b>
4.2 Política Linguística pela Política de Línguas .....	<b>68</b>
4.2.1 Política Linguística .....	68

4.2.2 Política de Línguas .....	70
<b>5. Análise em Foco .....</b>	<b>76</b>
5.1. O Texto como Objeto de Análise.....	76
5.2 A Cena Enunciativa.....	79
5.3 A Nomeação das Línguas no MERCOSUL e União Européia .....	82
<b>5.4 A Nomeação das Línguas na União Européia .....</b>	<b>83</b>
5.5. Análises União Européia .....	86
5.5.1 Língua Oficial .....	86
5.5.2 Língua de Trabalho e Língua Processual.....	100
5.5.3 Línguas Minoritárias, Regionais e Desprovidas de Território .....	105
<b>5.6. A Nomeação das Línguas no MERCOSUL .....</b>	<b>110</b>
5.7 Análises MERCOSUL .....	111
5.7.1 Língua Oficial .....	112
5.7.2 Língua Histórica .....	116
5.7.3 Língua de Trabalho .....	118
5.8 O Dissenso pela Nomeação das Línguas no MERCOSUL e União Européia ..	122
<b>6. Considerações Finais .....</b>	<b>127</b>
<b>7. Referências Bibliográficas .....</b>	<b>130</b>

## INTRODUÇÃO

Com vistas a expandir as pesquisas em torno da teoria da *Semântica do Acontecimento*, inaugurada por Guimarães (2002), refletiremos nesta tese, à luz desta teoria de base semântica enunciativa sobre fatos linguísticos que produzem e significam sentidos, ancorando-nos, sobretudo, nos conceitos de língua, espaço de enunciação, político, e política de línguas. Cujo debate teórico incide sobre os modos como os sentidos se constituem, e nessa empreitada, a enunciação como prática política.

Nosso objetivo é analisar na esfera supranacional do MERCOSUL e União Européia a nomeação das línguas, em busca de evidenciar como este acontecimento produz sentidos e define novas categorizações para as línguas no espaço de enunciação supranacional. Tal qual Guimarães (2002), o acontecimento será mobilizado enquanto diferença em sua própria ordem, que instala sua própria temporalidade.

Para tanto, observamos a nomeação das línguas (língua-x) na esfera supranacional, como constructo das políticas linguísticas dos blocos MERCOSUL e União Européia, fundamentados sobre a égide do multilinguismo, oficial para a União Européia e presente com gestos de interpretação no MERCOSUL. Analisar os sentidos produzidos por meio deste acontecimento nos possibilitou depreender o funcionamento político e histórico da nomeação, e o modo como nomear língua-x, designa e categoriza as línguas no âmbito supranacional, assim como também, produz novos sentidos, suscita conflitos e apaga outros muitos, de acordo com as relações de determinação com outras palavras que se estabelecem nos textos, em cada acontecimento enunciativo.

Para alcançarmos nosso objetivo e identificar designações e categorizações no ato de nomear uma língua, fugindo da concepção que compreende o ato nominativo apenas como referencial, é que tomamos como aparato teórico-metodológico, a *Semântica do Acontecimento* (2002). Uma semântica de base materialista, que a partir da noção de acontecimento já descrita, possibilita um novo olhar para a produção de sentidos na linguagem, a partir da historicidade, do real, e do político na constituição dos sentidos.

Desse modo, ao passo que tomamos como acontecimentos nomeações de língua-x, não almejamos apenas referenciá-las, ou até mesmo, definir a priori, uma categorização estanque de sua definição. Nossa pretensão primeira é compreender o que significa nomear língua-x, no espaço de enunciação supranacional, e como os sentidos desta nomeação são constituídos, permitindo novos moldes para a circulação e o funcionamento das línguas. Para isso, observamos a designação das línguas nestes espaços, em seu funcionamento textual, considerando que estes sentidos são constituídos pelo político e historicamente, como um acontecimento enunciativo, sustentado por sua formação supranacional e multilíngue.

Nosso corpus de análise é composto por documentos oficiais do MERCOSUL e União Européia, que dissertam sobre a gestão das línguas nestes novos espaços de enunciação. Observamos enunciados que, em sua grande maioria, nomeiam, designam e por fim categorizam o movimento das línguas na esfera supranacional. Como método de análise de texto, nos apropriamos dos procedimentos de articulação e reescrituração, com vista à elucidação dos modos de se compreender a contiguidade do texto, e aquilo que já foi dito, tal qual Guimarães (2009). Tendo em vista a posição de que os enunciados, e suas expressões, devem ser analisados enquanto partes integrantes de um texto. Além disso, apresentamos o processo designativo por meio do arcabouço metodológico do Domínio Semântico de Determinação (DSD).

Concebemos o espaço de enunciação como um espaço político, caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) a divisão do real, (GUIMARÃES, 2002, p. 16). O que nos possibilitou observar as políticas linguísticas do multilinguismo, como política de línguas, onde há a presença de divisões e hierarquização das línguas. Com vistas a demonstrar como o multilinguismo busca por meio de políticas linguísticas apagar as diferenças sócio-históricas, a partir de políticas, que aparentemente expandem a potencialidade das múltiplas línguas (Orlandi, 2007). Este suposto “relativismo” cultural e linguístico pretende nivelar a relação entre línguas, visando silenciar as desigualdades hierárquicas que entendemos como constitutivas desta cena, a partir do ato nominativo. Resultando, num “reconhecimento imaginário” de diferentes línguas, nestes novos espaços de enunciação, que se efetivam por meio da nomeação destas como língua-x. De acordo com Orlandi: “reconhecer a existência

de múltiplas línguas locais não realiza historicamente o multilinguismo” (ORLANDI, 2007, p. 61). Neste ínterim, acreditamos que as políticas com base no multilinguismo na contemporaneidade buscam caracterizar a relação entre línguas como homogênea, eximindo esta de suas determinações concretas, históricas e simbólicas. Durante o curso desta tese de doutoramento pretendemos demonstrar que a política do multilinguismo neste novo cenário supranacional, busca apagar as desigualdades, mas, todavia, é constituída pela instabilidade, a diferença e a heterogeneidade, que se evidencia pela nomeação e categorização das línguas, (Orlandi, 2007).

Vale ainda salientar que, compreender o funcionamento de políticas linguísticas é um dos temas de extrema importância para os estudos da linguagem, pois disserta acerca de determinações diretas e prescritivas sobre a língua. Há muitos estudos que visam compreender o funcionamento de políticas linguísticas. No Brasil, podemos citar os estudos desenvolvidos por autores como Mariani (2003, 2004), Orlandi (1990), no interior dos estudos da Análise do Discurso, assim como também autores como Guimarães (2004), por meio do escopo teórico da Semântica do Acontecimento, dentre outros autores da Sociolinguística no Brasil e no mundo, como Calvet (2002, 2007), e outros. Estes estudos assim como muitos outros, tem por objetivo compreender as políticas linguísticas em âmbito nacional, uma vez que as políticas linguísticas até então se restringiam aos Estados-nacionais e dissertavam sobre o que alguns autores como Guimarães (2006), nomearam como língua nacional, língua oficial, língua materna, dentre outras. No entanto, com as últimas transformações em escala mundial, assistimos ao surgimento das relações transnacionais, haja vista o surgimento de ONGS, o fortalecimento de empresas transnacionais, assim como também, o surgimento de instituições supranacionais. Estes novos arrolamentos foram determinantes para que as políticas linguísticas que até então se restringiam aos espaços nacionais pudessem ultrapassar esta barreira e adentrar nos espaços supranacionais. Desse modo, o ineditismo deste trabalho se dá exatamente pela esfera supranacional na qual estas políticas linguísticas se realizam, mais especificamente, no MERCOSUL e União Européia, que se constituem como um novo espaço de enunciação, ou seja, um novo espaço de circulação e distribuição de línguas.

Por estas razões, parece-nos que uma tese de doutorado que estude especificamente as políticas linguísticas, e o modo de nomeação, designação e categorização das línguas a partir destas, poderá constituir uma expressiva contribuição para os estudos da linguagem, tendo em vista que tal análise se baseia em verificar o funcionamento da nomeação e categorização das línguas nestas instituições, pelo viés do multilinguismo, o que somaria significativamente para uma melhor compreensão não só da política do multilinguismo na contemporaneidade, mas também do modo pelo qual estas políticas têm circulado nestes novos espaços de enunciação.

Logo, o objetivo geral desta pesquisa é compreender como se dá a produção de sentidos no espaço de enunciação supranacional, a partir da nomeação de língua-x, como: língua oficial, língua de trabalho, língua minoritária, língua regional, língua histórica, línguas desprovidas de território e língua de trabalho, em meio a políticas linguísticas que tem por escopo o multilinguismo. Estas questões nos guiarão para uma reflexão acerca da temática aqui suscitada, para que possamos refletir além do que está posto, em busca de indagações sobre como a política do multilinguismo tem determinado as relações entre o Estado-Nação e a língua, entre os falantes e a língua, e entre estas instituições e a língua, elementos constitutivos da configuração do que conceituamos como espaço de enunciação, mais especificamente, o espaço de enunciação de duas das maiores instituições supranacionais na contemporaneidade.

No primeiro capítulo, *Os Sentidos e a Significação*, dissertaremos sobre o modo de caracterização dos sentidos pelos estudos da linguagem. Esta discussão nos é de extrema importância para afirmar nosso posicionamento como semanticistas, e o modo como observamos a produção de sentidos. Traremos para esta discussão o modo como os sentidos foram debatidos ao longo da construção das teorias linguísticas, com foco no que foi desenvolvido, sobretudo, por Benveniste, Ducrot e Guimarães.

Já no segundo capítulo *O Acontecimento: Por uma Conceção Sócio-Histórica da Enunciação*, nosso foco será o modo como o conceito de acontecimento funciona em diversas teorias linguísticas, dentre estas o acontecimento tal qual definiram Benveniste e Ducrot, e o acontecimento discursivo de Michel Pêcheux.

Para que por fim, possamos defender o acontecimento enunciativo, como um acontecimento que temporaliza, e que instaura sua própria ordem, tal qual definiu Guimarães (2002).

No terceiro capítulo, sobre o título *Novos Espaços de Enunciação e Circulação de Línguas*, debatemos as implicações da atualidade do Estado-nação, e o modo como se configuraram novos espaços além dos muros do Estado-nação, ancorados pelo processo de globalização ainda presente. Além disso, definimos neste capítulo, um dos conceitos de extrema relevância para nosso trabalho, o conceito de espaço de enunciação, não como um espaço geográfico, mas sim como um espaço simbólico de relação entre línguas.

No penúltimo e quarto capítulo, nosso foco foi *O Multilinguismo como Discurso sobre a Língua*, posto que após debater questões em torno do espaço de enunciação, foi preciso compreender o modo como o discurso sobre a língua oficial na União Européia, e incisivo no MERCOSUL têm sido debatido, e o modo como este propõe políticas de planificação linguísticas, que para nós serão observadas enquanto política de línguas, numa relação de litígio.

Por fim, no último capítulo, *O Dissenso pela Nomeação e Categorização das Línguas no MERCOSUL e União Européia*, descrevemos o aparato teórico-metodológico que será aplicado em nosso corpus, de documentos oficiais do MERCOSUL e União Européia, e apresentamos nossas análises em torno da nomeação, designação e conseqüentemente, a categorização das línguas na esfera supranacional. E o modo como esta última se dá numa relação política, que (re)divide as línguas neste novo espaço de conviabilidade de línguas.

# Capítulo I

## Os Sentidos e a Significação

Colocar-se como semanticista é reconhecer a pertinência, nos estudos sobre a linguagem, de um campo de confrontos muito particular (...) (GUIMARÃES, 1995)

## 1. Situando o Estudo do Sentido e da Significação

Boa parte do pensamento sobre a linguagem foi constituído sob o pano de fundo de uma certa concepção de signo, sendo este composto por duas partes essencialmente distintas, o significante (a materialidade linguística) e o significado. Esse modo de compreender o signo colocou para os estudiosos da linguagem, de imediato, duas questões: a) o mistério da significação, ou seja, como é possível que substâncias distintas (linguagem e exterior à linguagem) se unam; e b) o mistério da comunicação, ou seja, o que assegura que falantes de uma mesma comunidade linguística estabeleçam de maneira mais ou menos idêntica as relações entre linguagem e exterior à linguagem. Historicamente, essas questões receberam diferentes respostas, o que desencadeou em inúmeros modelos teóricos, dentre estes o estruturalismo e o gerativismo, representados respectivamente, por Saussure e Chomsky. Em Chomsky, a relação entre significante e significado é explicada pela presença da sintaxe, que, ao fim e ao cabo, é explicada por uma instância externa, a biologia. É a biologia que explica (ou dilui) os mistérios. Saussure lega esses mistérios à sociologia, posto que o conceito de língua que desenvolve se ancora num conceito de fato social, cuja determinação está nas mãos da sociologia. Cabendo à sociologia explicar o fato social da língua.

Ao inscrever a Semântica, e conseqüentemente, os semanticistas, no interior deste debate, a partir de pensadores como Ducrot e Benveniste, a teoria da enunciação de Eduardo Guimarães (2002), nos possibilita refletir sobre os fenômenos linguísticos sob a égide de uma semântica enunciativa e histórica da linguagem. Assim, nosso posicionamento para a incursão nesta tese de doutorado com vista à elucidação das nomeações e designações de língua, e como estas são distribuídas no espaço de enunciação das instituições supranacionais, não nos distancia de uma das grandes questões da linguística, a significação. Todavia, faz-se mister salientar que, buscaremos elucidá-la por meio de uma visada enunciativa e histórica da linguagem. E de início, duas questões nos são pertinentes: Como observar a língua e a linguagem por meio da ótica de uma semântica enunciativa? E neste ínterim, qual seria o nosso papel como semanticistas e conseqüentemente, a nossa contribuição? Acreditamos que o papel do semanticista é justamente, observar a constituição dos sentidos e da significação. Numa relação existente entre

enunciação e enunciado. Uma relação da língua com o real, compreendendo este último por meio de uma materialidade histórica. Nossa contribuição como semanticistas, nesta tese de doutorado, justifica-se pelo ineditismo do nosso objeto de estudo, a constituição dos sentidos a partir da nomeação, designação, e por fim, a categorização das línguas na esfera supranacional, dos blocos MERCOSUL e União Européia. Novos espaços de distribuição e conviabilidade de línguas, ainda pouco explorados no campo da Linguística, que muito se debruçou sobre a constituição e distribuição das línguas no Estado-nação, mas ainda busca trilhar caminhos e descrever, a relação entre línguas neste novo espaço de enunciação e movimentação de línguas, o espaço supranacional. Partimos da observação da estrutura (nomeação), para compreendermos os arrolamentos desta com a exterioridade. Tomaremos estas nomeações como acontecimentos enunciativos, responsáveis por instaurar temporalidades, a partir de recortes de enunciações (memorável) e projeções de futuro (futuridades), pelo presente do acontecimento, fazendo com que estes acontecimentos (nomear língua-x), sejam significados, reescritos, e reesignificados através de procedimentos textuais, que nos proporcionarão realizar a análise do nosso objeto por meio de um processo designativo. Não obstante, este primeiro capítulo, busca apontar algumas das diversas concepções de sentido e significação inscritas na linguística ao longo de sua constituição, e por fim o modo como a teoria semântica a qual nos filiamos, da *Semântica do Acontecimento* (2002), sistematiza e analisa os processos de significação e a produção de sentidos, por meio da enunciação e do acontecimento. Deslocando-se de concepções referencialistas, para apoiar-se numa semântica enunciativa, de base materialista, sendo o histórico, seu grande diferencial valorativo. Para dar início ao nosso debate teórico, nos ateremos ao conceito de enunciação com vista a observar a língua e a linguagem a partir de uma semântica enunciativa. Buscaremos apontar ao longo deste debate, posicionamentos teóricos que confrontam, refutam, e também, os que asseguram nosso quadro teórico, a partir de estudiosos e teorias que se dispuseram a pensar o sentido e a significação.

## 1.1 A Língua e as Fronteiras do Objeto da Linguística

Saussure buscou refletir e descrever o modo de constituição dos sentidos, suas reflexões foram compiladas por seus alunos, sob o título *Curso de Linguística Geral* (1916). Tal obra divulga os conceitos basilares de uma nova ciência, a linguística. Nas palavras do autor genebrino, era chegado o tempo de a linguística “delimitar-se e definir-se a si própria” (SAUSSURE, [1916] 2000, p.7 e 13), e não mais atrelar-se à filosofia, à psicologia e à história. De fato, a criação dessas fronteiras foi fundamental para que se garantisse cientificidade aos estudos linguísticos. Categorizado postumamente como o fundador da linguística moderna de cunho estruturalista<sup>1</sup>, o *Curso de Linguística Geral* (1916), distingue linguagem e língua. Classifica a primeira como multiforme e heteróclita, e a segunda como um produto social da faculdade da linguagem. Todavia é conferido à língua, o lado social, a primazia entre todos os fatos linguísticos. Com base na escolha da língua como objeto de análise, Saussure separa o que é social (língua) do que é individual (fala), o que é essencial do que é acessório e acidental. De forma sucinta, o *Curso de Linguística Geral* (1916), caracteriza a língua como um objeto bem definido dentro do conjunto heterogêneo dos fatos da linguagem.

A fala, considerada de caráter individual foi desconsiderada como objeto de observação da linguística pelo *Curso de Linguística Geral* (1916), e juntamente com esta, tudo o que estava além da estrutura da língua. Para Saussure, o sentido se constituiria por meio de uma relação sincrônica, vista pela ótica do social, da comunidade linguística, e pelas dicotomias por este significadas, como as relações associativas e paradigmáticas. A relação era constituída de um sintagma, com outro sintagma, e por si era encerrada.

A definição precisa do objeto língua deu lugar a um intenso debate que, por concordar ou por discordar, movimentou o campo das ciências humanas e produziu inúmeras teorias sobre a linguagem, em busca de retomar o objeto da linguística

---

<sup>1</sup> O *Curso de Linguística Geral* (1916) serviu como fundamento para a emergência da Linguística Estrutural, tal qual afirma Piovezani (2008).

imerso ao que foi deixado à margem por Saussure, dentre estes o sujeito e a história.

O pensamento de Saussure constituiu para a Linguística e, posteriormente, para algumas Ciências humanas, a partir da segunda metade do século XX, um campo e uma perspectiva de pesquisa, de um lado, e um “domínio de memória” e um objeto de saber a ser transmitido e transformado, de outro (CHISS; PUECH, 1999, apud PIOVEZANI, 2008, p. 11).

Ao passar dos anos foram definidos novos objetos, novas teorias, e metodologias para confrontar, ou assegurar, o que foi instituído pelo autor genebrino. Dentre estas novas formulações, inserimos a Semântica, como uma das teorias de renovação do objeto da linguística definido por Saussure. Para a construção da Semântica como arcabouço teórico-metodológico, e para o encontro da enunciação como objeto de análise, muitos percursos foram de extrema importância para nos reconhecer como semanticistas, como analistas da enunciação, e para nos diferenciar, daqueles que veem apenas na estrutura, no referencial, na intenção do falante, ou na ação deste, o ponto fulcral para a construção de sentidos. De acordo com a Teoria da Enunciação tal qual Guimarães (2002), a significação deve ser considerada a partir do funcionamento da linguagem no acontecimento da enunciação.

## **1.2 O Sentido e as Palavras**

A Semântica se constitui como disciplina linguística a partir do século XIX, um dos marcos desta constituição ancora-se à obra de Michel Bréal, em seu *Ensaio de Semântica*, de 1897. Neste estudo o autor nos leva a refletir sobre o modo como o sentido deve ser compreendido, a partir de dois pontos fundamentais: a) as questões de significação não podem ser tratadas pela via etimológica, mas pela consideração de seu emprego; b) é preciso considerar a palavra nas suas relações com outras palavras. (GUIMARÃES, 1995, p. 13). Ao deslocar o estudo da

significação para a relação das palavras com outras palavras, Bréal se afasta de concepções anteriores, que buscavam refletir sobre a língua, por meio de um viés etimológico, voltado para a origem das palavras, para dar início à busca pela construção de sentidos, com base no modo como as palavras são empregadas. Para isso, Bréal se debruça sobre o caráter polissêmico da linguagem, com vista à multiplicação de significados a que uma palavra está sujeita, decorrente da conviabilidade entre um sentido primeiro, e outros sentidos, associados a uma só forma. Caráter polissêmico que não evidencia qualquer ambiguidade ou contradição nem para aquele que a ouve, nem para aquele que a fala. Visto que para o falante, há na situação de uso a consciência do sentido da palavra, enquanto que, para o ouvinte, o lugar ou o meio no qual a palavra ocorre, antecipa o seu sentido. A polissemia, de acordo com o *Ensaio de Semântica* (1897) de Bréal é a multiplicação de significados resultante da aplicação das leis que regem a mudança semântica. Esta discussão realizada por Bréal nos interessa, visto que propõe um deslocamento do modo como se observa a significação, ao adicionar ao estudo da palavra, múltiplos significados, em uma determinada situação de uso. Contudo, para o estudo da semântica a qual nos filiamos, nos importa não a situação de uso tal qual Bréal, mas o acontecimento, e não mais as palavras, mas o enunciado, ou seja, a temporalidade instaurada pelo acontecimento enunciativo. Assim, nossos esforços teóricos e metodológicos visam compreender o enunciado e a enunciação, e não mais, a palavra. No entanto, esta colaboração de Bréal é de extrema relevância para refletirmos sobre a questão da significação no âmbito de uma Semântica da Enunciação, ao passo o autor traz o caráter polissêmico para os estudos da linguagem, que mais adiante será ressignificado por Ducrot, quando este propõe a descentralização do sujeito.

### **1.3 Os Sentidos e a Enunciação**

No campo das teorias da enunciação, nos deparamos agora com Benveniste. Conhecido e divulgado amplamente pela Semântica, Benveniste, teve como objetivo refletir sobre uma semântica histórica de caráter estruturalista, ancorada ao conceito de signo. No entanto, os seus estudos mais divulgados recaem sobre a

subjetividade da linguagem, concentrados nos artigos *A Forma e o Sentido na Linguagem* (1967), *Semiologia da Língua* (1969), e em seus *Problemas de Linguística Geral I e II* (1966,1974).

Para Benveniste o problema da significação envolve duas formas de significância, uma relacionada ao sistema abstrato de formas linguísticas, semelhante ao que propõe Saussure, e a outra relacionada ao uso da língua num determinado momento de enunciação. No primeiro caso, importa a relação entre os signos, no interior de um sistema linguístico, e, no segundo, a relação dessas formas linguísticas com as condições de sua enunciação. Na perspectiva de Benveniste há oposições estabelecidas no interior do sistema da língua ou exterior a ele, ou seja, a língua apresenta uma dupla significância: uma ao nível semiótico e a outra ao nível semântico. Com base nessas premissas é que Benveniste faz a distinção entre o semiótico e o semântico, instituindo entre estas ordens, dois critérios de validade, o primeiro como o centralizador do reconhecimento das unidades linguísticas, ou seja, o signo, e o segundo, como o responsável por compreendê-las. A ordem semântica então seria a que abordaria a questão dos sentidos, da significação. Enquanto que a ordem semiótica permaneceria apenas na estrutura da linguagem. Essa distinção, marcada entre os níveis semântico e semiótico, pode ser decorrente da filiação de Benveniste ao pensamento saussuriano, uma vez que muitas das idéias do autor encontram traços no estruturalismo. Entretanto, podemos afirmar que foi o estudo sobre a significação da língua que fez Benveniste romper a barreira do sistema fechado da língua, ainda que o conservasse em muitos momentos de seu estudo, fazendo-o nunca abandonar o aparelho semiótico, mas sim conciliar esse gesto saussuriano com a singularidade subjetiva, a análise do aparelho semântico.

No texto *O Aparelho Formal da Enunciação* (1974), Benveniste concentra-se em debater a questão da ordem semântica, responsável por introduzir o domínio da língua em uso, diretamente relacionado às condições de uma enunciação concreta, nas palavras do autor, “a ordem semântica se identifica ao mundo da enunciação e ao universo do discurso” (BENVENISTE, 1989, p. 66). Neste texto, o autor conceitua a enunciação como o ato do locutor se apropriar da língua e a colocar em funcionamento, sendo esta então, uma relação do locutor com a língua. Sendo esta ação a responsável por trazer ao enunciado a significação.

Ao conceituar a enunciação como uma relação entre o locutor e a língua, Benveniste retoma a questão do sujeito metodologicamente recusada por Saussure, quando este último propõe estudar a língua (fato social), em detrimento da fala (ato individual), em seu *Curso de Linguística Geral* (1916). No entanto, o sujeito de Benveniste tem um caráter extremamente centralizador, visto que é dotado do poderio de se apropriar da língua e colocá-la em funcionamento. Esta passagem do ato enunciativo para a construção de sentidos de Benveniste nos parece demasiadamente automática, o que corrobora para a onipotência e centralização do sujeito. Para sustentar este sujeito centralizador, Benveniste retoma a reflexão feita por Saussure sobre a natureza do signo linguístico, para quem o signo é constituído pela junção do significado e significante, e esta relação se caracterizaria como arbitrária. Já para Benveniste, esta relação não seria arbitrária, mas sim necessária, o que sustentaria um sujeito centralizador que determina a linguagem. Esta construção de sentidos focada na relação entre um sujeito centralizador e a língua, adiciona elementos importantes para a Semântica, ao passo que aborda o elemento semântico como o responsável pela significação e insere o sujeito como participante deste processo, porém não tomaremos por base esta definição de Benveniste em nossas análises, posto que acreditamos em outras determinações de sujeito, e num novo modo de produção de sentidos pela linguagem, o acontecimento.

Podemos afirmar que Benveniste trouxe significativas contribuições para os estudos da linguagem, fazendo reviver a importância e a centralidade da ordem semântica, e por fim, organizar a ordem semiótica. Portanto, traça percursos extremamente relevantes, e de suma importância, para os estudos enunciativos, abrindo caminho para o foco da constituição de sentidos centralizada na ordem semântica, e nos motivando a desenvolver reflexões acerca desta ordem na atualidade. Veremos mais adiante que a *Semântica do Acontecimento*, mantém a ordem semântica como central em suas reflexões, contudo, se afasta de alguns arquétipos instituídos pela teoria da enunciação de Benveniste, dentre estes, a concepção de história como diacrônica, e a do sujeito centralizador. Trazendo para a discussão, o acontecimento, e conseqüentemente, uma nova posição de sujeito.

Outra teoria, extremamente importante e salutar para o avanço dos estudos enunciativos, conhecida como Semântica Argumentativa, ainda hoje tem em Ducrot

seu mais expressivo porta-voz. Ducrot como é sabido, iniciou sua pesquisa a partir de uma interlocução com as teorias lógico-referencialistas. Em outro momento, dialogou com a pragmática de Austin e Searle, para posteriormente propor o conceito de polifonia na linguagem, e a teoria dos topoi argumentativos, sendo esta perspectiva rechaçada para fundamentar a teoria dos blocos semânticos e dos encadeamentos enunciativos (OLÍMPIO, 2010). No entanto, nota-se durante a trajetória da teoria de Ducrot um fio condutor em suas reflexões, o tratamento de questões semânticas, que serviram de fundamento para as formulações e reformulações teóricas de sua Semântica Argumentativa, e um constante esforço de recusar no tratamento da língua, a perspectiva referencialista e logicista da linguagem, até então parâmetro de prestígio e cientificidade para o estudo da significação.

As indagações de Ducrot caminham noutra direção, na direção de não buscar na língua uma função referencial (que remete a uma materialidade externa), nem aplicar, na sua descrição, as categorias da lógica, mas de buscar a lógica da própria linguagem, apreendida no seu funcionamento discursivo. (OLÍMPIO, 2010, p. 39).

Lembrando que discurso para Ducrot refere-se aos eventos da língua e da fala, ao passo que propõe uma semântica que articule a língua como objeto teórico, concebido pelo pesquisador, e a fala como um objeto empírico, dotado de dados observáveis. Como alvo de observação elege o enunciado, uma vez que só por meio deste seria possível captar o sentido e a significação. Assim como Benveniste, que, com base no estruturalismo saussuriano, criou uma Teoria da Enunciação, também Ducrot se filia à perspectiva enunciativa, porém estabelece uma teoria que analisa o sentido na linguagem. Desse modo, enquanto o primeiro se ocupa das categorias da enunciação previstas no sistema, como as categorias de tempo e pessoa, o segundo por sua vez, descreve a enunciação pelo enunciado, e defende que a função central da língua é a argumentação, a partir do pressuposto de que “a argumentação está na língua”, (OLÍMPIO, 2010). O que resulta no desenvolvimento de uma semântica voltada para o exercício da argumentação, e não no valor de verdade dos

enunciados, uma Semântica Argumentativa, que poderíamos dividir em quatro frentes de análise: a) num primeiro momento, apoia-se numa concepção clássica de argumentação, ao observar a relação entre um argumento e uma conclusão, justificados não só pela estrutura da língua, mas também pelos fatos presentes nos argumentos; b) em um segundo momento, em articulação com a pragmática, admite que a partir da estrutura do próprio enunciado, é possível observar o que é explícito na estrutura da língua, o posto, e o que é implícito, em outras palavras, um conteúdo pressuposto que pode ser apreendido; c) já em um terceiro momento, juntamente com Anscombe, o foco de observação recai sobre os operadores argumentativos presentes no enunciado que orientam para uma determinada conclusão, e em seguida, a crítica à unicidade do sujeito da enunciação, sendo o sentido constituído por meio dos pontos de vista dos enunciadores, frente aos quais o locutor se posiciona; e d) quarta etapa, que têm como referência a teoria dos topoi argumentativos, com vista a busca de soluções para explicar a possibilidade de conclusões divergentes (Olimpio, 2010).

É importante ressaltar que, o modo como Ducrot concebe os conceitos de enunciação, enunciado e argumentação vem sendo alterados durante este percurso, sem que tenha sido abandonada a ideia central – expressa na própria designação da teoria – de que a argumentação está inscrita no funcionamento da língua. Para Ducrot há na própria língua formas que marcam a enunciação. Este modo de compreensão dos sentidos nos é relevante posto que, retoma a questão da argumentação a partir de um tratamento linguístico, e não referencial, ou seja, como uma relação de sentidos na linguagem, que nos auxilia como semanticistas, a refletir sobre a significação. Ducrot se afasta do tratamento dado à argumentação pela retórica, e conclui que há aspectos da significação que devem ser tratados além do conceito de verdade, no interior da linguagem, já que para esta concepção de argumentação, ela é considerada como constitutiva dos enunciados e não derivada de seu uso” (GUIMARÃES, 1992, p. 52).

Já ao que tange à definição de enunciação e a questão do sujeito, Ducrot e Anscombe definem a primeira como, *a atividade de linguagem exercida por aquele que fala no momento em que fala* (1976), definição esta ainda atrelada à filosofia da linguagem de Austin e Searle, possibilitando um sujeito homogêneo e uno. E nesta

medida o sentido do enunciado concebido como a ação que realiza o sujeito. Para assegurar este posicionamento. Por fim, influenciado pelos pensamentos de Bally e Bakhtin, formula uma nova definição para a enunciação, ancorada à noção de polifonia de Bakhtin e de sujeito falante e sujeito do pensamento de Bally, como o *acontecimento histórico do aparecimento do enunciado*. Nesta formulação, considera o sentido do enunciado, como a representação que este faz da enunciação, do acontecimento como emergência, a partir de figuras distintas do sujeito. E é a partir desta nova concepção de enunciação, que a questão do sujeito passa a ser linguística. Uma relação construída na língua e pela língua. Para categorizar este novo sujeito da enunciação, Ducrot nos apresenta três novas categorias: sujeito falante/ouvinte, locutor/alocutário e enunciador/destinatário. Sendo as duas últimas categorias consideradas linguísticas, e a primeira composta, verdadeiramente, por atos psico-físico-fisiológicos da ação de falar e ouvir. A teoria polifônica de Ducrot, na perspectiva enunciativa, supõe o sujeito enunciador como um lugar do qual se fala, se enuncia, e a compreende como o múltiplo, aplicado ao enunciado, a partir das categorias de locutor e enunciador. Após trazer para os estudos enunciativos o caráter polifônico na enunciação, Ducrot se debruça a teoria das *Escalas Argumentativas*, ancorada a noção de topos, e ao debate em torno da força argumentativa no interior do processo argumentativo, visto também pela força da negação. Os estudos de Ducrot com base na força da negação demonstraram que, as condições de verdade podem ser retiradas das relações argumentativas, e que a relação da linguagem com estados de coisas no mundo não é, na verdade, com coisas no mundo, mas com uma construção feita pela relação da linguagem com as coisas do mundo. (GUIMARÃES, 1992:54). Olhar que trata de um nível semântico mais específico e característico do ato de argumentação realizando-se na própria enunciação, a construção de sentidos.

Como vimos, a construção de sentidos para a semântica se delineia com forte posicionamento das abordagens de Bréal, Benveniste e Ducrot, no que tange principalmente ao conceito de enunciação e enunciado, e para a categorização do sujeito. A Bréal por inaugurar a semântica francesa como disciplina, e deslocar o estudo da significação para a relação polissêmica existente entre as palavras. A Benveniste, por dentre outros aspectos definir a subjetividade na linguagem. E a Ducrot, por evidenciar a polifonia do enunciado, e dar início às reflexões sobre o

acontecimento enunciativo. Para finalizar este breve percurso, podemos concluir que, as concepções de enunciação presentes na teoria de Benveniste, como, o ato do locutor se apropriar da língua e a colocar em funcionamento, como vimos, são responsáveis por conceber um sujeito centralizador, dotado de um poderio extremo sobre a enunciação. Por sua vez Ducrot, ao conceber a enunciação como o aparecimento histórico do enunciado, afasta-se deste sujeito ao inscrever as categorias de enunciador e locutor, como díspares e múltiplas. No entanto, a nenhuma destas se somou a historicidade do sentido, a partir de uma abordagem materialista da linguagem, elemento este constituinte para nós da significação, e do ato enunciativo. Atribuições estas de extrema importância para a constituição da teoria da *Semântica do Acontecimento* a qual nos filiamos para a redação desta tese, e para o conceito de enunciação que creditamos.

#### **1.4 A construção dos Sentidos para a Semântica do Acontecimento**

As reflexões de Eduardo Guimarães no que tange às noções de enunciado e enunciação perfazem praticamente, todo seu percurso teórico-metodológico. Em os *Limites do Sentido: Uma abordagem Histórica e Enunciativa da Linguagem* (1995) vemos o autor traçar alguns dos esboços do que talvez possamos considerar como a primeira formulação, do arcabouço teórico da *Semântica do Acontecimento*, desenvolvida com forte influência das teorias enunciativas de Benveniste e Ducrot, e em constante diálogo com a teoria da *Análise de Discurso* pecheuteana, a partir de Orlandi. Para a então teoria da *Semântica Histórica da Enunciação*, a significação é histórica, não no sentido temporal e historiográfico, mas no sentido de que a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência, (Guimarães, 1992). A historicidade até então, não tão próxima dos estudos semânticos, torna-se para esta teoria o pilar da construção dos sentidos, através do interdiscurso, retomado a partir das leituras da teoria da *Análise de Discurso*. Esta concepção de significação se faz na medida em que o sentido é definido por meio do acontecimento enunciativo. Para isso, conceitos como: interdiscurso, enunciação e posição de sujeito, constituem metodologicamente esta semântica de base enunciativa e histórica.

Neste momento da teoria, Guimarães (1992) considera então, o interdiscurso como a memória do dizer, o dizível. O acontecimento como efeitos da presença do interdiscurso, parafraseando o autor, *efeitos do cruzamento de discursos diferentes no acontecimento* (Guimarães, 1992). Este cruzamento de discursos no acontecimento é um dos determinantes que provoca a teoria da *Semântica Histórica da Enunciação* a posicionar-se quanto à posição do sujeito da/na enunciação. Sendo esta considerada como a presença de posições de sujeito no acontecimento enunciativo, sobre o que Guimarães (1992), nomeia por dispersão do sujeito. Mantendo um forte diálogo com o posicionamento de Ducrot, quanto às categorias do sujeito na enunciação. Nesse ínterim, a enunciação seria então o reflexo do lugar das posições de sujeito, numa linha tênue de ligação entre o acontecimento e o interdiscurso. Haja vista que, os efeitos de sentido são efeitos do interdiscurso no acontecimento.

Consequentemente, a língua estaria exposta ao interdiscurso, o que nos possibilitaria então, compreender a enunciação como um acontecimento de linguagem atravessado pelo interdiscurso, este constituído como o espaço de memória no acontecimento. Adicionando aos elementos do aparato teórico e metodológico da semântica como disciplina, a historicidade da língua e a dispersão do sujeito, a partir de um viés materialista da linguagem. Desse modo, não é um locutor que se apropria da língua e a coloca em funcionamento, a língua funciona na medida em que um indivíduo ocupa uma determinada posição de sujeito no acontecimento e por meio do cruzamento de discursos põe a língua em funcionamento e produz sentidos. Logo, podemos concluir que, o sentido de um enunciado é resultado dos efeitos de sua enunciação. O exterior à língua, ao contrário do que definiu Saussure, mais precisamente, a história, para a *Semântica Histórica da Enunciação*, é elemento teórico e metodológico porque participa do ato enunciativo, como algo do dizível, que está discursivizado. Quanto à argumentatividade do enunciado, podemos concluir que esta não está relacionada com a intenção do sujeito, e sim se mobiliza por meio da interdiscursividade, no acontecimento. Esta primeira formulação coloca o interdiscurso como o mobilizador da construção de sentidos, responsável pela articulação da memória, e do histórico para o acontecimento enunciativo.

Para a Análise de Discurso responsável por teorizar o conceito de interdiscurso, importa o modo como a linguagem materializa a ideologia, e por sua vez, como esta se manifesta na linguagem. Não obstante, o discurso, como seu objeto de observação, é concebido como “um lugar particular em que esta relação ocorre e, pela análise do funcionamento discursivo, ele objetiva explicitar os mecanismos da determinação histórica dos processos de significação”. (ORLANDI, 2005, p. 10). Em outras palavras, define-se discurso como o efeito de sentido entre interlocutores, ou seja, como um objeto sócio-histórico, isento da evidência do sentido e do sujeito como a origem do sentido. Este objeto de análise então é observado relacionando a linguagem a sua exterioridade, sendo o interdiscurso, a memória discursiva, o já-dito que possibilita o dizer:

O interdiscurso é articulado ao complexo de formações ideológicas representadas no discurso pelas formações discursivas: algo significa antes, em outro lugar e independentemente. As formações discursivas, por sua vez, são aquilo que o sujeito pode e deve dizer em situação dada em uma conjuntura dada. (ORLANDI, 2005, p. 11)

Em resumo, há um vínculo responsável por ligar o dizer com sua exterioridade. De acordo com Pêcheux (1983), todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro. O interdiscurso pode ser compreendido então como o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido. A partir deste conceito Pêcheux nos indica, tal qual Orlandi (1992), que sempre já há discurso, ou seja, o enunciável (dizível), já está aí e é exterior ao sujeito enunciador. Para a *Semântica Histórica da Enunciação*, o objeto, e conseqüentemente a significação constituem-se e materializam-se pela relação entre linguagem e objeto, “a relação de designação é uma relação instável entre a linguagem e o objeto, pois o cruzamento de discursos não é estável, é ao contrário, exposta à diferença.” (GUIMARÃES, 1995, p. 74). Desse modo, assim como para a Análise de Discurso, sem nos esquecermos dos afastamentos entre as teorias, o sentido não é efeito apenas da circunstância ou da vontade, ou até mesmo, da apreensão da língua pelo sujeito, mas sim, efeitos do interdiscurso e do presente do acontecimento.

Como vimos, para a Semântica Histórica da Enunciação, temos o interdiscurso como um dos conceitos centrais da teoria, já que o sentido é o efeito do cruzamento de discursos diferentes no acontecimento. Sendo a enunciação um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso. Fundamental para o arcabouço teórico-metodológico da Semântica Histórica da Enunciação, a relação de um discurso com outros discursos é uma relação de cruzamento e confronto. Esta apropriação do conceito de interdiscurso pela Semântica Histórica da Enunciação a partir de Pêcheux e Orlandi permitiu a Guimarães e a teoria por este desenvolvida, construir outro lugar para a semântica, lugar que considera a história como constituinte da significação. Esta semântica de base histórica constrói modos específicos de análise a partir do conceito de interdiscurso, que podem e devem ser compreendidos considerando os conceitos de texto e enunciado. Conforme o desenvolvimento teórico-metodológico de sua pesquisa, Guimarães adiciona como elemento central de observação, o acontecimento, este seria então, o responsável por instalar uma nova temporalidade, ou seja, como define posteriormente na teoria da Semântica do Acontecimento, pensada após a teoria da Semântica Histórica da Enunciação. Logo, para a primeira, o tempo do acontecimento se constitui como uma diferença na sua própria ordem, e o que caracteriza o acontecimento é justamente, que ele não está num presente de um antes e um depois no tempo, mas “instala sua temporalidade: essa sua diferença” (Guimarães, 2002). Sendo então o passado observado enunciativamente, de acordo com o tempo do acontecimento. O centro da teoria passa a ser a rememoração de enunciações (memorável), e não mais o cruzamento de discursos (interdiscurso). Por sua vez, o acontecimento é quem temporaliza, e mobiliza os sentidos, como uma ruptura em sua própria ordem, permeado pelo memorável como rememoração de outros enunciados já ditos. Sendo o interdiscurso o responsável pela dispersão do sujeito a partir de categorias da enunciação, como o locutor, o enunciador e a posição de sujeito. Este novo prisma da teoria, nos assegura um diferencial que nos proporcionará observar o sentido das nomeações de língua-x nas instituições supranacionais, e suas políticas linguísticas, como política de línguas, como um novo espaço de distribuição, divisão e categorização de línguas. Como um acontecimento que temporaliza, e que instala sua própria ordem.

# **C**apítulo II

## **O Acontecimento: Por uma Concepção Socio-Histórica da Enunciação**

Algo é acontecimento enquanto diferença na sua própria ordem. E o que caracteriza a diferença é que o acontecimento não é um fato no tempo. Ou seja, não é um fato novo enquanto distinto de qualquer outro ocorrido antes no tempo. O que caracteriza como diferença é que o acontecimento temporaliza. (GUIMARÃES, 2002).

## **2. O Acontecimento: A Concepção Sócio-Histórica da Enunciação**

Neste segundo capítulo, tomaremos como fio condutor as formas de se compreender o acontecimento e sua relação com a enunciação. Para isso, discorreremos sobre o conceito de acontecimento na teoria da *Semântica do Acontecimento* (2002), contrabalanceando esta proposta com a noção de acontecimento retomada a partir de outros domínios do saber, com vista a sistematizar o modo como a enunciação é definida por Guimarães (2002) a partir de um conceito de acontecimento que possibilita que os sentidos sejam analisados na relação com o político.

Daremos início a esta reflexão sobre o conceito de acontecimento a partir de um breve ensaio sobre o termo pela teoria da Análise de Discurso de base pecheutiana. Por fim, discorreremos brevemente sobre dois importantes estudiosos no campo da semântica enunciativa, Émile Benveniste (1966; 1974) e Oswald Ducrot (1972; 1984), agora com foco no acontecimento, e para finalizar, reafirmaremos nosso posicionamento teórico-metodológico sobre a noção de acontecimento como diferença em sua própria ordem, pela via da *Semântica do Acontecimento* (2002).

### **2.1 A Estrutura e o Acontecimento**

No final dos anos de 1960, Michel Pêcheux, então pesquisador da École Normale Supérieure (ENS Paris) propõe a teoria da Análise de Discurso, na França. Para esta proposição, Pêcheux baseou-se em importantes estudos realizados por Canguilhem e Althusser, que trouxeram uma nova abordagem às reflexões da Ciência da Linguagem, até então sustentada pelo estruturalismo (com foco na estrutura da língua) e na Gramática Gerativa Transformacional (com foco no comportamento linguístico humano), que ocupavam um espaço significativo de discussão em relação aos estudos da linguagem, como já afirmamos no capítulo inicial desta tese. A Análise de Discurso surge, então, com o intuito de propor discussões que advoguem contra o formalismo na linguagem, questionando a exclusão da exterioridade. Assim sendo, a linguagem não é mais concebida como apenas um sistema de regras formais, ao contrário, com os estudos discursivos a

linguagem é pensada em sua prática, atribuindo valor ao trabalho com o simbólico e com a divisão política dos sentidos, que por sua vez é movente e instável. O objeto de apreciação de análise deixa de ser a frase, e passa a ser o discurso. O que a Análise de Discurso procura conhecer é, justamente, o caráter histórico da linguagem, já que esse campo de estudo tem por finalidade refletir sobre o discurso, o que implica numa gama de reconsiderações no interior do próprio fazer linguístico. Como resultado, se constitui como uma disciplina de confluência, uma vez que se inscreve em um lugar em que se juntam três regiões de conhecimentos, quais sejam: o materialismo histórico, como uma teoria das formações sociais; a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; e por fim, a teoria do discurso, como determinação histórica dos processos semânticos.

O discurso implica uma exterioridade à língua, pois se presentifica no social, inscreve-se na história. Para Orlandi (2007), o discurso não é transmissão de informação (menção à teoria da comunicação). Não é simplesmente um processo linear, onde um fala e o outro assimila, não é sequencial, um fala o outro decodifica a mensagem. Para o analista de discurso, o objeto é o discurso. Nesse ponto, a teoria discursiva nos fala de um sentido dividido, indo além, segundo Pêcheux (1988), discurso é o efeito de sentidos entre locutores.

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 2007, p. 15)

Isto posto, entendemos que a palavra em movimento para a teoria da *Análise do Discurso*, se constitui numa relação com a história, ou seja, com uma memória de discursos, que se evidencia por meio do acontecimento. Termo este que se distancia do psicologista enquanto “memória individual”, e que se inscreve nos sentidos entrecruzados da memória mítica, social das práticas, construída pelo historiador. (Pêcheux, 1999). O que direta, ou indiretamente nos encaminha para o papel da

memória nas reflexões e nas relações de interpretação, pela via do acontecimento, neste caso especificamente, o acontecimento discursivo.

Destarte, para observar a interpretação pela teoria da Análise de Discurso é preciso perceber o acontecimento inscrito no espaço da memória, o que levou Pêcheux, à noção de acontecimento pela via do materialismo histórico, que o engendra como estrutura e acontecimento, considerando como ponto nodal o modo como o real, atravessado pelo discurso, adquire significação numa relação com a memória de outros discursos. Nesse ínterim, para Pêcheux, o acontecimento discursivo, deve ser tratado como um fato novo, mobilizado pela memória de outros acontecimentos, que faz imergir novas discursividades. Sendo algo que não pode ser totalmente apreendido pela língua, mas que também não é exterior a ela. A língua, enquanto acontecimento discursivo é a materialidade do discurso, como estrutura e acontecimento, no ponto de uma atualidade e uma memória. Com as próprias palavras de Pêcheux, ao discorrer sobre o resultado das eleições presidenciais na França no ano de 1981, que elegeram pela primeira vez um presidente da esquerda socialista: “o acontecimento é (o fato novo, as cifras, as primeiras declarações) em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele convoca e que já começa a reorganizar” (PÊCHEUX, 1983, p.19). Sendo o real para Pêcheux, o impossível, algo que nos deparamos e batemos de encontro, por meio desta visada histórica e material do discurso.

Esta via adotada pela *Análise de Discurso* nos interessa, visto que propõe o entrecruzamento da linguagem e da história, que assim como a teoria da *Semântica do Acontecimento* (2002), busca por meio da descrição e da interpretação, desvincular-se da homogeneização do real e do desejo da transparência, e trilhar um percurso em que há, segundo Pêcheux, “um real constitutivamente estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos” (PÊCHEUX, 1983, p.43). Com vistas a elucidar ainda mais esta questão, Pêcheux por fim nos incita a refletir sobre a tensão imposta pelo acontecimento, entre descrição e interpretação, ao afirmar que: “Todo enunciado, toda sequência de enunciados, é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação.” (PÊCHEUX, 1983, p.53).

Este breve debate sobre a noção de acontecimento pela via da *Análise de Discurso* pecheutiana é relevante para que possamos assimilar o porquê a teoria da *Semântica do Acontecimento* se aproxima desta definição de acontecimento, se posicionando a favor da interpretação, e da relação intrínseca entre linguagem e história, e contrária ao conceito de acontecimento fixado no interior da Semântica Enunciativa de Benveniste e Ducrot.

### **2.1.1 O Acontecimento como Circunstancialidade**

Dos diversos textos de Benveniste, destacam-se como bibliografia básica para os estudos da linguagem, como já dissemos, *Semiologia da Língua* (1968), *O Aparelho Formal da Enunciação* (1970), *A Forma e o Sentido na Linguagem* (1966), assim como, a *Natureza do Signo Linguístico* (1939), e *A Natureza dos Pronomes* (1956), todos, sem exceção, considerados notáveis com respeito aos estudos da linguagem e da significação. Para Benveniste em *A Forma e o Sentido na Linguagem* (1966), a linguagem tem por função reproduzir a realidade. Nas palavras do autor: “Aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento. Aquele que ouve apreende primeiro o discurso e através desse discurso, o acontecimento reproduzido.” (BENVENISTE, 1966, p.26). Sendo assim, é atribuído ao exercício da linguagem a dupla função de representar a realidade para o locutor, e de recriá-la para o ouvinte.

O acontecimento neste contexto pode ser considerado, portanto, como algo empírico e real, que é transposto pela língua. Constituindo-se como exterior à língua, exprimindo a realidade pela linguagem, como o discurso do que seria o real. Em resumo, a linguagem seria a responsável pela simbolização das coisas do mundo, a intercessora entre o homem e o mundo. Já que para Benveniste (1966), não há outra via de possibilidade para a sociedade e o indivíduo que não seja através da língua, uma vez que esta seria a mantenedora do caráter simbólico, representante legítima do real, e da relação de significação entre algo e algo diferente. Assim, entendemos que, para Benveniste e sua Semântica Enunciativa, o acontecimento faz parte da realidade percebida pelo homem. Sendo a língua a que possibilita a estrutura para que o acontecimento possa ser dotado de sentido.

Além destes apontamentos, para Benveniste é por meio do acontecimento que o locutor ao se apropriar da língua a coloca em funcionamento e organiza o tempo, este compreendido como continuidade, que dispõe em séries estes blocos distintos, que são os acontecimentos. Porque os acontecimentos não são o tempo, eles estão no tempo. (Benveniste, 1974). Em resumo, a temporalidade se organiza pela enunciação, pela apropriação da língua pelo locutor, ao enunciar.

Este tempo tem seu centro – um centro ao mesmo tempo gerador e axial – no presente da instância da fala. Cada vez que um locutor emprega a forma gramatical do “presente” (ou uma forma equivalente) ele situa o acontecimento como contemporâneo da instância do discurso que o menciona (BENVENISTE, 1974, p. 74-75).

Conseqüentemente, a referência para Benveniste repousa na capacidade linguística de representação do signo linguístico. Atribuir uma referência a um nome, independentemente de sua atualização no discurso, é dotá-lo de uma representação objetiva, universal, realizada pelo locutor, ao apropriar-se da língua. Parece-nos pouco promissor, tentar assegurar esse dinamismo entre a linguagem e o real por meio de uma concepção de enunciação presa apenas à subjetividade e à pragmática do ato enunciativo, devido ao extremo risco da enunciação e da referência se resumirem à circunstancialidades, a um acontecimento fugidio. Em outras palavras, um acontecimento que desaparece, e que não existe senão no instante em que o enunciado é proferido. Sem comprometimento com as determinações sócio-históricas, as quais acreditamos que toda enunciação deve estar sujeita. Além disso, não se leva em consideração as figuras da enunciação, ou seja, os lugares sociais de onde falam os interlocutores. Relação de extrema relevância para a noção de acontecimento à qual nos ateremos nas análises desta tese, para dissertar sobre a nomeação das línguas, no espaço de enunciação supranacional. Já que em tese, interpretamos que falar sobre a língua do lugar do Estado-Nação, e de uma instituição supranacional, resulta em determinações históricas que se inscrevem no enunciado, e determinam o presente do acontecimento, e os dizeres possíveis acerca deste. O que não se encontra em Benveniste é justamente esta concepção materialista e histórica da linguagem, que

notadamente constitui, como vimos, o acontecimento discursivo de Pêcheux, em que a história e a memória são as categorias principais.

### **2.1.2 O Acontecimento como um Fato no Tempo**

Ducrot, ao contrário de Benveniste define com mais transparência o conceito de acontecimento, entretanto exime suas reflexões da questão sócio-histórica, e dilui com mais presteza a posição do sujeito na enunciação. Para assegurar esta posição, retoma o conceito de polifonia de Bakhtin quanto ao texto, e o reformula para a esfera do enunciado, para evidenciar como em um único enunciado, é possível identificar mais de uma voz. Segundo Ducrot, “o sentido de um enunciado descreve a enunciação como uma espécie de diálogo cristalizado, em que várias vozes se entrecrocaram” (DUCROT, 1984, p. 9). Amparado a esta afirmação, Ducrot esquiva-se da visão de um sujeito unívoco e centralizador, e opera o conceito num nível linguístico, indicando, através dele, a possibilidade de um desdobramento enunciativo dentro do próprio enunciado, projetando a questão da polifonia na enunciação, sendo a enunciação, o próprio acontecimento.

O que designarei por este termo [enunciação] é o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado. A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dado existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois (DUCROT, 1984, p. 168).

Distinguirá, então, no enunciado, as marcas de sua enunciação, definida como o acontecimento constituído pelo aparecimento do enunciado, um acontecimento que tem que ser necessariamente descrito a partir do modo de presença do sujeito. Para isso, determina formas de indicação do aparecimento do sujeito no ato enunciativo: o locutor, o enunciador e o sujeito falante empírico. O falante seria uma categoria empírica e não uma categoria linguística, já que o realmente interessa para marcar o aparecimento do sujeito no acontecimento é a

figura do locutor, ou seja, aquele que o enunciado representa como responsável pelo dizer e pelo acontecimento da enunciação. A figura do enunciador, por sua vez, apresentaria a perspectiva de onde se diz, distinguindo-se, dessa forma, tanto do locutor, quanto do sujeito falante. A polifonia ocorre, portanto, nos níveis do locutor e do enunciador: o locutor, responsável pelo enunciado, dá existência, através deste, a enunciadores os quais ele organiza os pontos de vista e as atitudes" (DUCROT, 1984, p. 193). Estas seriam, portanto, as perspectivas do acontecimento da enunciação, isto é, as marcas que o enunciado traz em si de sua enunciação. Acrescentamos ainda um motivo para revisitar a concepção polifônica da enunciação: a grande contribuição que ela tem trazido à descrição semântica dos enunciados, permitindo dar conta das mais finas combinações enunciativas (NEGRONI & TORDESILLAS, 2000, p. 15).

Diferentemente da posição de Benveniste, para Ducrot o acontecimento não é exterior à linguagem, isto é, algo do real a ser experienciado pelo locutor e simbolizado pela língua para ser transmitido no exercício da fala. Na definição de Ducrot, a enunciação é ela própria um acontecimento. No entanto, conforme Guimarães (1989), nesta definição de acontecimento, os enunciados formam uma sucessão de acontecimentos irrepetíveis. A história diz respeito, nesse caso, à sucessão temporal, ao tempo cronológico: o acontecimento está no tempo. A historicidade não faz parte da constituição dos sentidos. Em contrapartida, para a *Semântica do Acontecimento* (2002), o acontecimento é histórico ao passo que temporaliza, em outras palavras, rememora enunciações passadas, e projeta uma latência de futuro de novas enunciações, a partir do presente da enunciação.

### **2.1.3 O Acontecimento Temporaliza**

Como vimos, a relação das palavras com o mundo e sua significação sempre estiveram presentes nas reflexões de estudiosos da área da Linguagem. Como semanticistas, acreditamos que o sentido das expressões linguísticas significa pela relação existente entre enunciado e acontecimento. Uma relação da língua com o real, que para nós é entendido como histórico, numa posição materialista, junto com aqueles que não tomam a linguagem como transparente, considerando que sua

relação com o real é histórica (Guimarães, 2005). É notório que este posicionamento nos afasta de uma compreensão dos sentidos a partir do conceito de verdade, ou seja, como referencial, numa relação de identidade entre o objeto no mundo e a linguagem, defendido, sobretudo por autores como Russel e Frege. E que nos aproxima, e nos coloca como leitores, de teorias tais quais as de Ducrot e Benveniste, nos estudos enunciativos, e Pêcheux e Orlandi, pela teoria da *Análise de Discurso*, com ressalvas e aproximações. Como já foi citado, na posição benvenistiana, a enunciação é compreendida como um ato individual de um locutor, e a língua a responsável por simbolizar o mundo, ou seja, os acontecimentos, numa relação referencial. Já para Ducrot, a enunciação se perfaz por um confronto de vozes, que o afasta da concepção benvenistiana de um sujeito uno para se pensar o sujeito na disparidade, e o acontecimento, como o aparecimento histórico do enunciado. Estas duas perspectivas apesar de suas diferenças, consideram a língua em funcionamento e a relação com os seus falantes, sendo a língua não só um mero instrumento de comunicação, mas a condição *sine qua non* para as relações sociais. Todavia, tratam o histórico apenas como sucessão temporal e o acontecimento como irrepitível, fazendo da enunciação o lugar da novidade, do sempre novo. Para Guimarães (1989), a irrepitibilidade presente nos estudos de Ducrot e Benveniste refere-se à concepção da história como cronológica. De acordo com Guimarães (1989), é preciso tratar a enunciação afetada pelas condições sócio-históricas, e não só pelo tempo cronológico. Devemos refletir sobre a língua muito além do que um mero sistema que oferece as formas que estabelecem as regras para as relações sociais. Com base nestas afirmações, Guimarães define a enunciação, num primeiro momento, como sendo “o acontecimento sócio-histórico da produção do enunciado” (1989, p. 78). Não mais como exterior à linguagem. Para o autor supramencionado, o acontecimento enunciativo não é sempre o novo, e sim “expõe o repetível ao novo”, é o encontro de uma memória com os sentidos produzidos na enunciação. Temos então, a história, como memória, e o social, como prática social pela linguagem, elementos substanciais para a produção de sentidos, para a enunciação e o acontecimento. Aproximando-se neste momento, da teoria da *Análise de Discurso* pela via de Michael Pêcheux, na França, e Eni Orlandi no Brasil, através da relação língua e história, pela via de uma Semântica Enunciativa, ao definir a enunciação como:

Um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso, que se dá como espaço de memória no acontecimento. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso. É, portanto, quando o indivíduo se encontra interpelado como sujeito e se vê como identidade que a língua se põe em funcionamento (GUIMARÃES, 1995, p. 70).

Esta primeira reflexão de Guimarães (1995), afasta o conceito de acontecimento enunciativo como um fato empírico, e o insere, junto com os que pensam a língua e a história, como um fato linguístico, proporcionado na e pela linguagem. Assim, consideramos a *Semântica* como a disciplina que analisa o sentido da linguagem tomando como objeto a enunciação, por meio do acontecimento. Para a *Semântica do Acontecimento*, especificamente, em um segundo marco e momento da teoria, como esta forma é constitutiva do sentido de um texto, conceito que será extremamente retomado e analisado nos capítulos analíticos desta tese de doutorado.

Por meio das palavras do próprio Eduardo Guimarães (2002), o sentido de um elemento linguístico tem a ver com o modo como este elemento faz parte de uma unidade maior ou mais ampla. Neste caso, o texto. Assim, reafirmamos que, a transição do enunciado (unidade de construção do discurso), para o texto e para o acontecimento, não é constituída pela divisão. Outra questão que não pode ser esquecida se refere ao sujeito, e como este corrobora para a significação, ao passo que compreendemos a enunciação como um acontecimento, e conseqüentemente, este também como um elemento da relação do sujeito com a língua. Outro indicativo extremamente relevante para a *Semântica do Acontecimento* refere-se à questão do político. Este retomado de Rancière e aplicado às análises enunciativas. Assim, para esta semântica, enunciar é uma prática política, sendo esta noção de político pensada historicamente. Sendo o acontecimento a diferença na sua própria ordem:

E o que caracteriza a diferença é que o acontecimento não é um fato no tempo. Ou seja, não é um fato novo enquanto distinto de qualquer outro ocorrido antes no tempo. O que o caracteriza como diferença é que o acontecimento temporaliza. (GUIMARÃES, 2002, p. 11).

Assim, três elementos são de extrema importância para esta noção de acontecimento; a) a língua, haja vista que é por meio desta, da enunciação, que há o acontecimento enunciativo; b) o sujeito, responsável por enunciar algo; e o último e diferencial, c) a temporalidade, que instaura um presente do acontecimento, um memorável (rememorações do passado), e a futuridade (como projeção de futuro), como o dizível. Estes três elementos são mobilizados e indissociáveis ao conceito de acontecimento aqui tratado, e se confrontam ainda com o real discursivizado, que difere das noções pragmáticas voltadas para a situação, para a materialidade histórica do real. (Guimarães, 2002). Ultrapassando a barreira do interpretável por meio da direção argumentativa, assegurada pela *Semântica Histórica da Enunciação*, em uma primeira formulação, para o dizível construído pela temporalidade do acontecimento. Constituído de uma latência de futuro, e um passado de rememorações de enunciações, sem a qual não há acontecimento de linguagem, e conseqüentemente, significação.

A temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores. O passado é, no acontecimento rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro. É nesta medida que o acontecimento é diferença na sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conivabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação. (GUIMARÃES, 2002, p. 12)

Ao contrário do que foi afirmado por Ducrot, não tomamos o acontecimento como o aparecimento histórico do enunciado. Visto que esta noção de acontecimento, apenas assegura o ato enunciativo, como uma ocorrência empírica no tempo, como algo que postula o novo. Eximindo-se de propor um interpretável que se configura além da enunciação. A teoria da *Análise do Discurso*, desenvolvida, sobretudo por Michael Pêcheux, como vimos (1988), também pensou sobre a noção de acontecimento pela via do materialismo histórico ao considerar a relação existente entre estrutura e acontecimento, o que foi nomeado por

acontecimento discursivo, que apesar da aproximação com o acontecimento enunciativo tal qual Guimarães (2002), pela via do materialismo histórico, distingue-se do que compreendemos como acontecimento enunciativo, responsável por temporalizar. Para Pêcheux (1988), o discurso é compreendido como estrutura e acontecimento, considerando como ponto fulcral o modo como o real, atravessado pelo discurso, adquire significação em relação com a memória de outros discursos. Em contrapartida, entendemos que a significação é resultado da temporalidade do acontecimento, e o interdiscurso, um ordenador das figuras da enunciação, como veremos mais adiante, ao dissertarmos sobre a cena enunciativa, e posições de sujeito.

## **2.2 O Acontecimento e o Político**

Acreditamos que o acontecimento enunciativo, como propõe Guimarães (2002) é um elemento decisivo para se analisar a linguagem, neste trabalho especificamente, a nomeação das línguas que circulam nas instituições supranacionais MERCOSUL e União Européia. Decisivo, porque nos permite deslocar a centralidade do sujeito, e pensar o funcionamento da língua atrelado à história e exposto ao real, mais especificamente à materialidade histórica do real. Não sendo, portanto, o sujeito o grande responsável pela enunciação, mas sim o acontecimento, que instaura temporalidades, e é político. Ancorados ao materialismo histórico, e às teorias que os seguem, caracterizamos aqui o político como algo que é próprio da divisão que afeta materialmente a linguagem, ou seja, o acontecimento. Esta delimitação quanto ao conceito de político, na teoria da *Semântica do Acontecimento* é fundada à leitura de Rancière (1996), adicionada aos estudos linguísticos por Guimarães (2002).

A análise das nomeações das línguas nos espaços supranacionais e os sentidos por estas produzidos serão observados considerando o acontecimento enunciativo como político. Todavia, vale salientar de pronto, que não nos ateremos aqui em discussões sobre a noção de político tal qual realizada por outros campos do saber, como o das Ciências Sociais, Filosofia ou História, como ordenador das

relações sociais, ou como constructo da filosofia política, embora essas constituam a noção de político alvo de nossa elucubração. Dissertaremos sobre o político com vistas ao funcionamento da linguagem, para pensarmos no modo como este conceito possibilita observamos as relações de nomeação das línguas, como divisão, e categorização. Uma divisão que afeta materialmente a linguagem, e conseqüentemente, o espaço onde estas línguas circulam. Numa constante tensão entre o normativo, e o simbólico. Ao passo que, ao nomear uma língua como língua-x, seja no interior de um espaço nacional, ou supranacional como buscamos elucidar aqui, há a presença de sentidos estabilizados, mas que suscitam ao mesmo tempo no funcionamento textual, o dissenso, o conflito e o litígio. A partir de uma temporalidade instaurada pelo acontecimento de nomear e predicar uma língua como: língua de trabalho, língua oficial, língua minoritária, dentre outras nomeações que veremos nos capítulos que se seguem. Assim, o sentido primeiro, pressuposto como evidente e único, torna-se apenas um dos sentidos possíveis, ao analisar a língua como acontecimento dotado de seu caráter político.

### **2.2.1 O Político pela via do Desentendimento**

Para dar início a esta reflexão em torno da questão do político, traçaremos um breve percurso sobre a noção de político ou política a partir de Rancière (1996), que busca problematizar a existência da política pelo modo como esta é compreendida a partir da Filosofia Política. Com vista a defender esta premissa, o autor define a política como “a esfera de atividade de um comum que só pode ser litigioso, a relação entre as partes que não passam de partidos e títulos cuja soma é sempre diferente do todo”. (RANCIÈRE, 1996, p.29). Logo, a política é apresentada como o lugar do litígio, do embate, o local primeiro do desentendimento. Com esta definição, Rancière se contrapõe à visão consensual de política, ancorada ao princípio de igualdade, e se afasta das acepções de “uma *pólis* sem dano, uma *pólis* onde a superioridade é exercida de acordo com a ordem natural e produz a reciprocidade dos serviços” (RANCIÈRE, 1996, p.19), silenciando o conflito e a diferença. Um dos princípios para esta diferença se dá justamente pela posse da palavra, do *lógos*, que

é parcelado de acordo com o valor do indivíduo no grupo (homens de mérito e homens comuns), fazendo com que nem todos tenham acesso à palavra. Assim, a política para Rancière começa onde se para de equilibrar lucros e perdas e se tenta repartir as parcelas.

O que os “clássicos” nos ensinam é antes de mais nada o seguinte: a política não se ocupa dos vínculos entre os indivíduos, nem das relações entre os indivíduos e a comunidade, ela é da alçada de uma contagem das “partes” da comunidade, contagem que é sempre uma falsa contagem, uma dupla contagem ou um erro na contagem.(RANCIÈRE, 1996, p. 22)

Instituindo um desequilíbrio secreto, que perturba a bela construção do princípio de igualdade da Filosofia Política, o desentendimento:

O desentendimento não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco mas não entende a mesma coisa, ou não entende de modo nenhum que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura. (RANCIÈRE, 1996, p.11)

Essa dúbia relação de convívio entre iguais e desiguais produziria o desentendimento. Assim, a palavra possui determinações diferentes, além de acessos distintos. Há uma disputa pela palavra, sendo este litígio, constitutivo do erro de cálculo fundador da política. Uma possível igualdade que arruína, em cadeia, toda a dedução das partes que constituem a *pólis*, não há parcela dos sem parcela. Com as palavras do próprio autor: “A política é a esfera de atividade de um comum que só pode ser litigioso, a relação entre as partes que não passam de partidos e títulos cuja soma é sempre diferente do todo”. (RANCIÈRE, 1996, p. 29). Logo, a disputa pela igualdade, pela palavra se posiciona pelo debate. Pela falsa aparência de inclusão, dos que não estão incluídos. Diante dessa caracterização da política

como desentendimento, Rancière designa como *polícia*, o que costumeiramente se nomeia de política, sendo a *polícia* então:

O conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição (RANCIÈRE, 1996, p. 41)

Nesse ínterim, a *polícia* é quem detém e define as divisões, e os lugares na *pólis*. Trata-se de uma ordem do visível e do dizível que faz com que uma fala seja considerada apenas ruído, ou discurso. Neste contexto, a política seria a responsável pela partilha, por distribuir as parcelas, por conceder o acesso à palavra. Esta configuração determina as relações de nomeação que são alvo desta tese, posto que, a partir da nomeação das línguas, instaura-se uma divisão, dando lugar à palavra, ou cerceando o dizer, por meio de categorias de língua. Nesta reflexão de Rancière podemos identificar as divisões, hierarquias, disputas e conflitos que emergem em nossa sociedade através da linguagem.

### **2.2.2 O Político como Afirmação de Pertencimento**

Para Guimarães (2002), a partir de um ponto de vista semântico e enunciativo da linguagem, o político é próprio da divisão que afeta materialmente a linguagem. Assim como para Rancière, Guimarães caracteriza a abordagem do político por três vias: a) a *arqui-política*, que transforma a política em organização; b) a *para-política*, que integra e neutraliza o conflito; c) a *meta-política*, responsável por denunciar as injustiças e desigualdades da política. Segundo Guimarães, “estes três modos de conceber o político o tomam como a prática do falso ou do aparente e assim procuram organizá-lo, ou integrá-lo ou denunciá-lo” (GUIMARÃES, 2002, p. 16). Como então considerar o político enunciativamente? Por meio de uma via

enunciativa, creditamos que e o político é o fundamento das relações sociais, no que tange à linguagem:

O político, ou a política, é para mim caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento. (GUIMARÃES, 2002, p. 16)

Assim, o político visto semanticamente tem por característica principal a desmontagem da contradição e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos, retomando Rancière (1996), dos não-contados. Para a *Semântica do Acontecimento*, o pressuposto político é incontornável para as relações sociais, porque o homem é dotado de fala, e dessa maneira, está sempre disposto a assumir a palavra, mesmo quando esta o é negada. A desmontagem da contradição mantém como esforço primeiro, silenciar a contradição, através de medidas de equidade e defesa da igualdade. Geralmente por meio de políticas administrativas, como as que serão alvo de nossas análises<sup>2</sup>, ou até mesmo, pelo que Rancière denominou por polícia. Quanto à afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos, significa a falta de sentido no acontecimento, ao incluir, pela normatividade, àquele que simbolicamente não está incluído. Logo, o político é a contradição que instala um conflito no centro do dizer, que se constitui pela contradição entre a normatividade das instituições sociais que organizam desigualmente o real e a afirmação de pertencimento dos sem parcela. Conforme Guimarães:

O político é a afirmação da igualdade, do pertencimento do povo ao povo, em conflito com a divisão desigual do real, para redividi-lo, para refazê-lo

---

<sup>2</sup> Antecipadamente, salientamos que, o nosso corpus de análise é constituído em sua grande parte por políticas administrativas dos blocos supranacionais MERCOSUL e União Européia, mais especificamente, políticas de regulação sobre as línguas em funcionamento, ou seja, políticas linguísticas. Conceito este que delimitaremos com mais afinco nos próximos capítulos desta tese.

incessantemente em nome do pertencimento de todos no todos.  
(GUIMARÃES, 2002, p. 17)

Assim como o fez o Estado-Nação, as instituições supranacionais e suas novas práticas buscam incessantemente, no que tange ao discurso sobre a língua, dentre estes o ato de nomeá-las, silenciar o conflito, dividir e redividir por meio de políticas linguísticas oficiais, as línguas que circulam em seu território. Veremos mais adiante, que há neste discurso sobre a língua, diversas imbricações entre língua e história, que determinam as nomeações das línguas, neste novo espaço de convivência entre língua e falantes. Ao passo que compreendemos o acontecimento de linguagem como um acontecimento político, “a constituição da temporalidade do acontecimento se faz pelo funcionamento da língua enquanto numa relação com línguas e falantes regulada por uma deontologia global do dizer em uma certa língua” (GUIMARÃES, 2002, p.18). Dessa maneira, falar a Língua Portuguesa, como língua oficial no estado Brasileiro, e falar português, como língua oficial no MERCOSUL e União Européia, é manter uma relação da língua com os seus falantes, a partir de normas e tratados diferentes, através de um discurso sobre a língua, que não consideramos aqui como empírico, mas sim, simbólico. É, então, a partir desta noção de político, que a *Semântica do Acontecimento* vai considerar a enunciação como acontecimento de linguagem. O acontecimento é político, porque nele os sentidos se constituem, não de forma homogênea, pois se dividem, se redividem, são apagados e entram em conflito, constituindo os sujeitos e distribuindo seus lugares na enunciação de maneira desigual.

No próximo capítulo, definiremos o que consideramos como espaço de enunciação, e as determinações impostas ao discurso sobre a língua, ao falarmos do espaço do Estado-Nação, e do supranacionalismo, a partir dos blocos supranacionais MERCOSUL e União Européia, alvos desta pesquisa, ancorados ao discurso sobre a língua pela via do multilinguismo. No encontro de novos espaços de enunciação e circulação de línguas.

# **C**apítulo III

## **Novos Espaços de Enunciação e Circulação de Línguas**

A relação entre falantes e línguas interessa enquanto um espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas, enquanto espaço político. (GUIMARÃES, 2002).

### 3. O Espaço de Enunciação

A relação entre falantes e línguas interessa enquanto um espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas, enquanto espaço político. Portanto, alguns aspectos desta configuração são decisivos no que tange à relação entre línguas no espaço supranacional das instituições MERCOSUL e União Européia. Entendemos que, só há línguas porque há falantes e só há falantes porque há línguas. O que nos leva a considerar o falante, não como um indivíduo empírico, ao contrário, o consideramos como uma categoria, ou seja, como uma figura da enunciação. Com base no que foi dito por Guimarães (2002), os falantes são sujeitos determinados pelas línguas que falam, em outras palavras, o falante é uma categoria linguística, e por fim, enunciativa, e participa da enunciação e da cena configurada para esta. Um falante de Português no Brasil, é determinado pelo Português como língua oficial e nacional do Estado brasileiro, em fricção com outras línguas não-oficiais que são faladas neste espaço, e assim se dá, com múltiplas línguas, em diversos espaços de enunciação, dentre estes, o espaço supranacional. Neste capítulo, debateremos sobre a relação entre línguas e falantes, em torno do que nomeamos por via da teoria da *Semântica do Acontecimento*, como espaço de enunciação. Este breve ensaio sobre o conceito de espaço de enunciação, nos é de extrema importância, pois nos auxiliará a compreender os modos de circulação e divisão das línguas nos espaços supranacionais, como um ato político, dito de outro modo, a nomeação de línguas como um acontecimento político. Ao passo que, o acontecimento enunciativo se constitui nos espaços de relação entre línguas e falantes, em meio a embates de sentidos produzidos nestes espaços. Em consonância com a linha teórica seguida, compreendemos por espaço de enunciação:

Espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. São espaços constituídos pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui papéis, e do conflito, indissociado desta deontologia, que redivide o

sensível, os papéis sociais. O espaço de enunciação é um espaço político. (GUIMARÃES, 2002, p. 18-19)

O político como o embate entre as línguas participa ativamente, do modo como estas são distribuídas nos espaços de enunciação. Guimarães (2007) no texto intitulado *Política de Línguas na Linguística Brasileira*, busca trazer à tona questões acerca da relação entre línguas no espaço de enunciação brasileiro. Para isso, o autor define semanticamente, a divisão das línguas neste espaço, ou seja, no espaço de enunciação de um Estado-Nação. Como vemos no excerto a seguir:

**Língua materna:** é a língua cujos falantes a praticam pelo fato de a sociedade em que se nasce a praticar; nesta medida ela é, em geral, a língua que se representa como primeira para seus falantes.

**Língua alheia:** é toda língua que não se dá como materna para os falantes de um espaço de enunciação.

**Língua franca:** é aquela que é praticada por grupos de falantes de línguas maternas diferentes, e que são falantes desta língua para o intercuro comum.

**Língua nacional:** é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a este povo.

**Língua oficial:** é a língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais.

**Língua estrangeira:** é a língua cujos falantes são o povo de uma Nação e Estado diferente daquele dos falantes considerados como referência. (GUIMARÃES, 2007, p.14)

Estas categorias são relevantes não só para elucidar o modo como se dá a distribuição das línguas no Brasil, mas também, para aclarar o modo como as línguas são divididas em um Estado nacional, e a maneira como os falantes se relacionam com a língua neste espaço, por meio destas categorias de língua. Não

obstante cremos que, estas categorias que geralmente são mobilizadas de forma evidente para todos, serão tratadas nesta tese, a partir de uma reorganização de papéis no acontecimento enunciativo. Logo, uma língua que para um enunciador se constitui como oficial no Estado-Nação pode (ou não) ser também língua de trabalho na União Européia, da mesma forma, a língua materna para um falante poderá não ser a língua que se constitui oficial para o grupo em que o indivíduo se insere. O espaço de enunciação então é um dos elementos fulcrais para compreendermos o modo de agenciamento das línguas e seus falantes no âmbito nacional, e em novos espaços de enunciação e circulação de línguas, como o é o supranacional. Nos próximos itens deste capítulo faremos uma breve incursão sobre algumas noções de espaço desenvolvidas, sobretudo, pela Geografia, Sociolinguística e Análise de Discurso, para assegurarmos que o conceito de espaço de enunciação como propõe a Semântica do Acontecimento é decisivo para que possamos observar o espaço supranacional como um espaço político.

### **3.1 O Espaço como Elemento Geográfico**

Como se vê, a noção de espaço aqui abordada, como um espaço simbólico, construído historicamente, difere da concepção de espaço geográfico ancorada aos estudos da Geografia, em que grande parte de seus pesquisadores o consideram apenas como um espaço físico, ou ainda, como um fenômeno materializado. Para Santos (2009), pela via da geografia crítica, o espaço geográfico é considerado como o ponto de partida, ou seja, o espaço é definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos, e de sistemas de ações (SANTOS, 2009)<sup>3</sup>. Surge a partir da intencionalidade social por meio da qual o homem se apropria do espaço natural transformando-o, através do trabalho, em espaço geográfico, ou seja, é resultado e condição da dinamicidade de relações que os homens estabelecem cotidianamente entre si, com a natureza e consigo mesmo (SANTOS, 2009). Por

---

<sup>3</sup> Sabemos que o conceito de espaço geográfico na Geografia é dotado de inúmeras definições de acordo com a linha teórica de cada pesquisador. Todavia, nosso objetivo, não é fazer uma problematização do conceito, e sim apenas, trazer uma visão do conceito por uma das vias mais difundidas da geografia, a Geografia Crítica, para contrapormos e debatermos o conceito com a noção de espaço geográfico na Linguística, e de espaço de enunciação para a Semântica do Acontecimento.

estarem em contiguidade, os sistemas de objetos e ações se dão de modo associado e estão “reunidos numa lógica que é, ao mesmo tempo, a lógica da história passada (sua datação, sua realidade material) e a lógica da atualidade (seu funcionamento e sua significação presentes)” (SANTOS, 2009, p. 77-78). Esta concepção de espaço geográfico traz a ação do homem como constante no processo de transformação do meio, como o responsável pela construção e caracterização do espaço geográfico. Resultado de suas necessidades materiais e culturais, dentre as quais incluímos, a língua, que tem neste espaço um papel não só funcional, mas simbólico.

### **3.2 O Espaço e sua Relação com a Língua pela Sociolinguística**

No campo da Linguística, podemos afirmar que a teoria *Sociolinguística* ainda é a que mais desenvolve pesquisas em torno do conceito de espaço geográfico. Resumidamente, a *Sociolinguística* se ocupa dos fenômenos variacionais da linguagem (CALVET, 2002), para esta interessa principalmente, a articulação dos estudos da língua com os estudos sobre a sociedade. O termo *Sociolinguística*, segundo Calvet (2002), surge pela primeira vez em 1953, num trabalho de Haver C. Currie. O estudo dessa disciplina desenvolveu-se nas décadas de 50 e 60, nos Estados Unidos, e o interesse despertado para sua efetivação, deve-se principalmente: à necessidade de maior aproximação com outros povos; e à divulgação dos estudos de *Sociologia e Linguística*.

De acordo com Calvet (2002), o ano-chave para o surgimento da *Sociolinguística* nos Estados Unidos é 1964, por meio da publicação de livros de Gumperz, Labov, Hymes e a conferência de William Bright em *Los Angeles*. Ainda segundo o autor, a *Sociolinguística* (distinta da *Sociologia da Linguagem*) estaria enriquecida com dados de natureza social, o que lhe permitiria ir além da frase. Logo, para a disciplina *Sociolinguística*, entre língua e sociedade não haveria somente uma relação de mera casualidade, ao passo que desde que nascemos, um mundo de signos linguísticos nos cerca, e suas inúmeras possibilidades comunicativas começam a tornar-se reais a partir do momento em que, pela imitação

ou associação, começamos a formular nossas mensagens. Sons, gestos e imagens cercam a vida do homem moderno, compondo mensagens de toda ordem, transmitidas pelos mais diferentes canais. Em todos estes, a língua desempenharia um papel fundamental, visual, oral ou pela escrita, (Cardoso, 2010). Ancorada a esta problemática, a corrente *Sociolinguística* buscou desenvolver uma nova concepção do estudo da *Linguística*, e ocupou por muitos anos uma posição central no processo de rompimento com a visão estruturalista da linguagem, tornando-se, em meados de seu surgimento, uma das candidatas à sucessão do *Estruturalismo* como modelo hegemônico da *Ciência Linguística* (Calvet, 2002). De forma geral, a disciplina *Sociolinguística* tenta dar conta da dimensão sócio-histórica do fenômeno linguístico, ou seja, dos fatos concernentes à variação e à mudança linguística e à interação entre a língua e a sociedade, e o espaço geográfico em que a língua opera. Como um sistema de vários níveis integrados num todo historicamente estruturado, sob a incidência das forças sociais sobre os estratos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos da língua, tal qual define Cardoso (2010). Portanto, para a *Sociolinguística* é por meio da língua que a realidade se transforma em signo, já que a sociedade não é possível a não ser pela língua; e pela língua também o indivíduo.

Uma das vertentes da *Sociolinguística*, a *Geolinguística*, visa justamente compreender as relações do espaço geográfico e a língua. Conforme Cardoso (2010), o espaço geográfico seria o responsável por evidenciar a particularidade de cada terra, apresentando a variedade que a língua assume de uma região para outra, como maneira de responder à diversidade cultural e à natureza da formação demográfica da área, bem como, a própria base linguística preexistente diante da intervenção de outras línguas que tenham estado presentes naquele espaço no curso de sua história. Esta posição quanto ao espaço geográfico, busca elucidar, questões referentes à variação linguística das línguas nestes espaços. Para Cardoso (2010), e para a *Sociolinguística*, a *Geografia*, desde os primórdios, vem utilizando-se de várias teorias e métodos, para correlacionar as atividades humanas com o território, o espaço, a paisagem, a cultura e o universo das ciências, sem dar lugar para a diversidade ou para a particularidade fenomênica, que neste caso seria o real interesse da *Geolinguística*, integrar ao estudo da língua em concomitância com a *Geografia* e a diversidade de uso da língua no espaço geográfico,

evidenciada por meio de uma certa preocupação universal com as variações linguísticas. Sem se esquecer do resgate às problemáticas relacionadas ao poder, à padronização de uma cultura/de uma língua, e à desvalorização de pessoas e de seus territórios:

Quando todo o manual de geografia que se prezasse possuía capítulos dedicados à geografia linguística, mostrando as classificações dos idiomas e as suas áreas de ocorrências, podia-se ter, com nitidez, uma visão de localização e da extensão das áreas onde este ou aquele idioma é predominante (SOUZA, 1991, P.11).

Por fim, para a *Sociolinguística*, mais especificamente para a vertente geolingüística, o espaço geográfico constitui-se num subsídio para a compreensão e descrição da história de determinada região, abordada não só por linguistas, mas também por estudiosos que se interessem em documentar fatores que explicam o passado com rigor científico, para a interpretação histórica e social de fatos da língua.

### **3.3 O Espaço Constituído Simbolicamente**

No que tange à Análise de Discurso, teoria a qual nos filiamos para a constituição do arcabouço teórico-metodológico da Semântica do Acontecimento, nos é apresentado um intenso debate sobre a noção de espaço, a partir das pesquisas em torno do tema “saber urbano e linguagem” sustentados, por Orlandi (2001). Perspectiva esta, contrária a categoria de sujeito como o reflexo (psicológico) de características naturais (biológicas), e do mundo (espaço), como meio natural. Para Orlandi (2001), sujeito e espaço são constituídos simbolicamente. O que leva a atribuir à linguagem, à própria língua, matéria simbólica por excelência, um estatuto central na constituição da realidade humana. Ponto de vista que possibilita refletir sobre sujeito, sentido e espaço como resultantes de um mesmo processo histórico. Desse modo, para a teoria da Análise de Discurso, tal qual

propõe Orlandi (2001), o espaço não se constitui apenas como área geográfica, ou meio social, mas sim como objeto simbólico, significante, diferente e que produz efeitos de sentido específicos à sua forma e sua materialidade. Afastando-se de reflexões que definem o espaço como evidência do mundo, e meio natural pré-constituído, e que por sua vez, apagam o processo histórico de produção do espaço (Rodríguez-Alcalá, 2002). Portanto, para a teoria da Análise de Discurso, diferentemente do que nos foi apresentado pela teoria Sociolinguística, o espaço significa, pois assume formas-históricas determinadas materialmente. Sylvain Auroux (1992) nos apresenta as bases para a compreensão da importância dos instrumentos fundadores das ciências da linguagem (escrita, gramática e dicionários), que supostamente emergiram, de condições materiais necessárias para a existência humana, tais como a organização em sociedade, e conseqüentemente, o espaço urbano. Para Auroux (1992), estes rudimentos práticos do surgimento da escrita rapidamente cederam lugar à observação do próprio funcionamento da linguagem, como a normalização da grafia e outras atividades metalinguísticas que só se tornaram possíveis, pela objetivação da linguagem através da escrita. Da mesma forma, a difusão de gramáticas e dicionários a partir do século XVI, deriva da necessidade de construir línguas nacionais, seja para ensinar aos povos qual deve ser sua língua, seja para aprender a língua dos povos dominados a fim de lhes ensinar a língua do colonizador. Imperativa para a eficácia do governo e da conquista, a unidade linguística de uma nação é traçada a partir da constituição simultânea de uma unidade territorial que se materializa através da instrumentalização de espaços e línguas. Embora saibamos que o processo de formação das nações tenha também assumido formas diferentes da descrita acima, focalizamos aqui a centralização do saber linguístico e espacial que, podendo adquirir contornos diversos, foi um instrumento decisivo para a consolidação do estado nacional enquanto gerenciador das relações de saber. Esses episódios indicam que a história do saber não é desvinculada do espaço e nem das condições sócio-históricas que o constitui. Desse modo, o desenvolvimento de instrumentos linguísticos pressupõe a afirmação/teorização de uma língua a ser descrita num espaço determinado. Rodríguez-Alcalá (2002), explicita o modo pelo qual a teoria do discurso compreende a relação entre sujeito, linguagem e mundo. Para a autora, discursivamente, nem o sujeito é a representação psicológica de características

biológicas, nem o mundo em que vive pode ser confundido com o meio natural. Em outras palavras, tanto o sujeito quanto o espaço resultam de um processo simbólico, histórico e constitutivo.

Pelas vias da *Semântica do Acontecimento* (2002), o espaço de enunciação é constituído pela equivocidade própria do acontecimento e pela temporalidade que ele instaura, distribuindo papéis em meio a disputas pelo direito de dizer e os modos de dizer. Ao passo que, para nós, o espaço também não se caracteriza como geográfico, físico, empírico, ou como meio social, mas sim como simbólico e político. Imerso à categoria linguística e enunciativa de falantes, determinados pelas línguas que falam, e não como indivíduos em sua atividade físico-fisiológica, responsáveis pelas implicações em seu meio social. Desse modo, a noção de espaço para a *Semântica do Acontecimento*, como espaço de enunciação: “é que atribui as línguas para seus falantes. E cada espaço de enunciação tem uma regulação específica, ou seja, distribui as línguas em relação de um modo particular”, (GUIMARÃES, 2006, p.48), justamente porque as línguas funcionam segundo o modo de distribuição para seus falantes, não sendo estas objetos abstratos, mas sim históricos e inseparáveis daqueles que as falam. Guimarães (2005) nos exemplifica esta relação intrínseca ao justificar que não há língua portuguesa, sem que haja os falantes desta língua, assim como, não é possível pensar a existência de pessoas sem saber que elas falam tal língua e de tal modo. Assim, o espaço de enunciação para a *Semântica do Acontecimento*:

É o modo de distribuir as línguas em relação. Esta distribuição das línguas para seus falantes é sempre desigual. E este modo de distribuição é elemento decisivo do funcionamento de todas as línguas relacionadas. Se temos, por exemplo, num certo espaço de enunciação, diversas línguas maternas e uma língua nacional, elas tomam seus falantes cada uma a seu modo. O espaço de enunciação é assim político. (GUIMARÃES, 2006, p.48)

Por fim, faz-se mister salientar que, o conceito de espaço, mais especificamente, o conceito de espaço de enunciação (Guimarães, 2006) é fulcral para que possamos refletir sobre a língua e as novas determinações que surgem a partir de um novo espaço de confronto e conivabilidade de línguas, o espaço

supranacional. Nosso interesse não é descrever, e muito menos, documentar as línguas no espaço de enunciação supranacional. Nosso interesse é trazer à tona uma reflexão acerca da nomeação das línguas nas instituições MERCOSUL e União Européia, e como este acontecimento incita disputas pelo direito de dizer nestes espaços, por meio de uma, ou outra língua, categorizando-as com vistas à diluição deste embate. Assim como também nos interessa, o modo como nomear língua-x e categorizá-la, sanciona divisões que são marcadas por uma hierarquia, que distribui desigualmente os falantes segundo os valores próprios desta hierarquia (Guimarães, 2002). O que em contrapartida, nos permite dizer que, deste ponto de vista, ao contrário do que propõe a teoria *Sociolinguística*, uma língua não é variável, mas sim dividida. Para Guimarães a abordagem sociolinguística:

Opera com o conceito de para-política, já que suas descrições distribuem para cada um o que é seu, neutralizando o conflito por um procedimento descritivo do que é de cada um. Ao lado disso ela pode operar por acréscimo, não exatamente por seu dizer científico, como metapolítica, como forma de denunciar a distribuição do que é de cada um para cada um. Ou seja, ou ela integra o conflito ou pode falar sobre ele. (GUIMARÃES, 2002, p. 22)

Já para a *Semântica do Acontecimento*, teoria a qual nos filiamos para refletir sobre a nomeação das línguas, como um acontecimento, no espaço de enunciação supranacional, a noção de espaço é decisiva para que consideremos a enunciação como uma prática política, e não como uma distribuição estratificada de características e variações em torno do meio social em que se enuncia a partir de uma língua. “Enunciar é estar na língua em funcionamento. E a língua não funciona no tempo, mas pelas relações semiológicas que tem” (GUIMARÃES, 2002, p. 22). Estas relações semiológicas das quais fala Guimarães, se solidificam por meio de agenciamentos específicos da língua, na enunciação, configurados politicamente, segundo os espaços de enunciação. O agenciamento enunciativo será um dos produtos de nossas análises nos próximos capítulos, tal qual definiu Guimarães (2002), não como um “acordo” de um grupo, mas como uma assunção da palavra configurada politicamente por se dar segundo os espaços de enunciação.

Nos próximos itens deste capítulo, refletiremos sobre o modo como se configuram os espaços de enunciação na atualidade. Como já é sabido, as línguas antes do surgimento das instituições supranacionais eram associadas à instituição Estado-Nação. Com o surgimento de blocos econômicos como a União Europeia e o MERCOSUL, dentre outros, as relações até então sustentadas neste espaço enunciativo, são ressignificadas. As línguas passam por novas divisões e se instaura uma nova arena para a disputa, dotada de novas e instigantes determinações, que se solidificam em uma rede de divisões que se iniciam por meio do discurso sobre a língua, políticas linguísticas, e por fim, a divisão das línguas a partir de nomeações, como as de: língua de trabalho, língua oficial, línguas minoritárias, dentre outras. Com vista à compreensão deste funcionamento das línguas no espaço de enunciação supranacional, nos ateremos primeiramente em compreender o Estado-Nação e a relação entre as línguas neste, e o que proporcionou e impulsionou a criação das instituições supranacionais, alvo desta pesquisa, com o intuito de realizarmos uma análise cautelosa da divisão imposta nestes novos espaços de enunciação, por meio da nomeação das línguas.

### **3.4 O Estado-Nação como um Espaço de Distribuição de Línguas**

Muitos sociólogos e historiadores já se debruçaram sobre as questões acerca do aparecimento do Estado moderno e há tempos diversos pensadores buscam esclarecer os acontecimentos que teriam contribuído para o aparecimento do Estado-Nação. No entanto, de acordo com Boudon (2003), para uma melhor compreensão sobre a relação entre Estado e Nação e sua constituição histórica, é necessário libertar-nos de uma questão vã referente à data do aparecimento do Estado-Nação. Desse modo, para esse trabalho, não buscaremos definir o nascimento e a paternidade do termo Estado-Nação, como também, não pretendemos condicioná-lo a uma única forma e definição, já que cremos que este não é uma forma acabada de instituição político-social, mas sim, um processo histórico contínuo em constituição. Em meio a esta questão, compartilhamos da

afirmação que Reis (1988) faz acerca da relação Estado-Nação ao especificar que o Estado-Nação diz respeito a processos dinâmicos que interagem continuamente com as práticas concretas de classes e grupos com as quais desempenha um jogo de influências mútuas. Logo, em cada Estado-Nação, ou Estado nacional existe uma nação ou uma sociedade civil, um estado e um território que se constituíram ou se constituem de modo particular. Portanto, retomando o que foi dito acima, tomaremos para esse estudo o Estado-Nação como o produto de conjunturas históricas particulares, como também, como um processo histórico contínuo, e não como uma forma acabada de organização social, com vista a compreender o papel deste na atualidade, e o modo como os acontecimentos neste âmbito, corroboraram para o nascimento da esfera supranacional.

Atualmente, esta instituição que conhecemos por Estado-Nação sofre com as transformações impostas pela globalização, pelas correntes migratórias entre os continentes, e pelo desenvolvimento de tecnologias da informação. A complexidade das relações internacionais, principalmente após o fim do cenário da Guerra Fria, tem obrigado a uma profunda reflexão sobre o papel do Estado-Nação na contemporaneidade. Logo, é necessário pensar o Estado-Nação na atualidade, por meio de suas demandas econômicas, políticas e sociais. De acordo com Ianni:

No século XX, o Estado-Nação alcança desenvolvimentos excepcionais, defronta-se com impasses radicais, descortina novas possibilidades de transformação, entra em crise de amplas proporções revelando-se um processo histórico-social problemático. Em diferentes gradações, é o que se observa na história de todos os Estados nacionais, seja os que se encontram em formação, em busca de parâmetros mais ou menos consistentes, seja os que se apresentam como mais consolidados. (IANNI, 1999, p. 105)

Muitos autores acreditam no enfraquecimento da lógica do Estado-Nação, visto que, em meio às incertezas de uma economia fluída, em que as instituições não permanecem por muito tempo, novas atitudes e novas propostas seriam necessárias para assegurar minimamente as condições de sobrevivência de uma grande parcela da população global, em contrapartida, o Estado-Nação, faz uma

tentativa de acompanhar as novas demandas da vida contemporânea, e não sucumbir ao desaparecimento em meio ao surgimento das instituições supranacionais. Quanto à relação entre línguas, as noções de língua nacional e língua oficial são centrais para a constituição do Estado e da Nação, e para a formação deste espaço, como um espaço político de distribuição de línguas, sendo a primeira a única a permanecer presente, como veremos, no espaço de enunciação supranacional.

### **3.4.1 Língua e Nação**

As discussões em torno do surgimento do Estado moderno abarcam não só os conceitos de língua e nação, mas também, o de identidade nacional. Neste momento de nossa reflexão dissertaremos quanto à relação entre língua e nação, em busca de caracterizar o que foi nomeado por língua nacional, com vista a compreender o funcionamento desta divisão central e deste posto hierárquico, neste espaço de enunciação, assim como, o motivo pelo qual esta categoria de língua, não migra, como a de língua oficial, para a esfera supranacional.

Assim como Orlandi (1999, p.20), “Interessa-nos nessa perspectiva relacionar a constituição da língua nacional e do Estado atravessados pela construção de nossa sociedade na história da ciência e suas políticas”. Ou seja, o modo como a língua nacional circula e é dividida no espaço de enunciação do Estado-Nação. De acordo com Sériot (2001), a nação se caracterizaria como uma etnomia que não é o reflexo direto de uma “coisa”, e sim um objeto de discurso. Para este autor, a relação existente entre língua e nação pode caracterizar-se de modos distintos, para corroborar com esta afirmação Sériot (2001), narra a história da formação da nação francesa e alemã. Sériot (2001), pontua que para os franceses o ideário de nação foi um projeto político, nascido de violentas lutas políticas e sociais. Desse modo, a língua para estes seria, então, um meio de chegar à unidade nacional. Enquanto que para a nação alemã, a língua seria a essência da nação, pois era a comunidade de língua que servia para definir a nação e que estaria na base da reivindicação de um Estado nacional unificado. Ainda segundo Sériot (2001), poderíamos afirmar que há apenas dois caminhos para a formação do ideário de nação no século XIX, a do

Estado como uma entidade política, que dá origem à nação, e a segunda, em que a nação precederia o Estado.

Podemos concluir então que, para o projeto alemão, no começo havia a língua e a cultura, enquanto que no projeto francês a língua servia, sobretudo, como um meio de unificação política. Em meio a este embate histórico Orlandi (2001) posiciona-se e nos chama a atenção para as determinações do conceito de nação neste outro lado do Atlântico, ao assinalar que a oposição descrita acima, também pode se dar por outras determinações, “já que temos nuances na maneira como a noção, de Estado, e de etnia se relacionam”. Para Orlandi (2001) isto tem um efeito sobre a maneira como se considera o estatuto e o campo de validade da língua nacional. No entanto, ambos concordam com o fato de que a língua nacional é um elemento decisivo na construção do ideal de unidade do Estado nacional e que faz parte de sua constituição como tal. Conforme Guimarães (2006, p. 14): *“língua nacional é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a este povo.”*, e que ainda ocupa no Estado-Nação um papel institucional e mantenedor de uma certa unidade linguística.

A fim de sustentar essa tese, Payer (2007) cita com base em considerações de Gadet & Pêcheux (2004), que a língua nacional é:

Um elemento central através do qual o Estado Nacional realiza seu ideal de unidade jurídica, propagando a unidade lingüística e realizando a homogeneização da língua e do sujeito, ao instalar a forma de convivência social da cidadania, que tem a propriedade de se apresentar nas formas da universalidade (igualdade). (PAYER, 2007, p. 17)

Nas palavras de Gadet & Pêcheux:

O que havia começado com as empresas de cristianização da igreja medieval, e continuara com o início do colonialismo (particularmente, as gramáticas dos missionários), ganhou, com a constituição dos Estados nacionais, a forma de um projeto político, que colocava na

ordem do dia das revoluções burguesas a “questão linguística”: constituição da língua nacional através da alfabetização, aprendizagem e utilização legal dessa língua nacional. (GADET & PÊCHEUX (2004, p. 37)

### **3.4.2 Língua e Estado**

Conforme expusemos acima a língua nacional é a língua do povo de uma nação enquanto relacionada com um Estado politicamente constituído. Para caracterizarmos o estatuto de língua oficial, em que há a relação do Estado enquanto instituição jurídica, e a língua, será necessário compreendermos o encadeamento entre estes dois elementos. Podemos considerar a língua oficial, como aquela que é tomada por um Estado-Nação, ou seja, como a língua que todos os habitantes precisam saber, e utilizar nas ações oficiais e nas suas relações com as instituições do Estado. A língua oficial é na definição dada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas, para a Educação, a Ciência, e a Cultura), a língua que deve ser utilizada no quadro das diversas atividades oficiais, legislativas, executivas e judiciais de um Estado soberano ou território. Sua eleição como tal, normalmente, efetiva-se por razões políticas, em busca de um ideário de unidade nacional.

Esta afirmação apenas confirma a relação existente entre Estado e Nação, visto que na maioria dos Estados nacionais, a língua oficial corresponde à língua nacional, o que mostra a afinidade estabelecida historicamente entre o conceito de Estado e o de Nação, já que a unidade do Estado se materializa em várias instâncias institucionais, dentre estas a construção da unidade da língua (ORLANDI, 1999). Por outro lado, o encadeamento existente entre língua e Estado, incide no papel desempenhado por uma língua oficial, principalmente, ao que concerne a relação dos cidadãos com o Estado assim como do Estado com seus cidadãos. Esta correlação é evidenciada ao observarmos o lugar ocupado pela língua oficial nas escolas, já que um país tem a obrigação de garantir a educação de seus cidadãos na sua língua oficial. Uma resultante deste processo é que em um Estado-Nação podem-se praticar múltiplas línguas, no entanto, todas as ações dos cidadãos na

relação com o Estado e do Estado com os cidadãos se faz, somente, por meio da língua oficial deste. Portanto, a unidade do Estado se materializa na e pelas instituições, e a língua oficial desempenha um importante papel para esta materialização, segundo Orlandi (2009, p.117): “sabemos que um país precisa de sua língua oficial em nome de sua unidade e soberania”.

Como se pode notar, na égide do Estado-Nação, a distribuição das línguas, já era complexa, a relação entre língua e espaço de enunciação, determina os falantes destas línguas neste espaço, pela relação com a nação (como mantenedora de uma certa identidade nacional), e com o Estado (como instituição e regulador). A Língua Portuguesa, como língua nacional, no Brasil determina os falantes como tal, num espaço de distribuição de línguas, onde opera o Português, como língua nacional, assim como, na Argentina, os falantes deste espaço de enunciação são determinados pelo Espanhol. Ser falante de Português no Brasil, como cidadão brasileiro, não é o mesmo que ser falante do Português, sendo um cidadão estrangeiro, para quem o Português funciona como segunda língua. E não o é porque estas implicaturas são constituídas pelo político, que se materializa justamente por estes modos de divisão. Assim, a distribuição das línguas no Estado-Nação, o discurso sobre a língua, e o direito ao dizer, são constructos de uma relação política. Por fim, as línguas e categorias de língua na égide supranacional serão esquecidas, resgatadas e nomeadas a partir de novos acontecimentos. Ao passo que, nos espaços supranacionais globalizados e multilíngues diluem-se as barreiras do Estado e da Nação, para a constituição de novos espaços e de um novo discurso sobre a língua.

### **3.5 A Sociedade Global**

Neste tópico, apresentaremos um breve percurso sobre o elemento incentivador dos acontecimentos que culminaram em novas condições de produção, falamos aqui, do processo de globalização que é um dos pilares para as mutações que ocorreram e ainda ocorrem na contemporaneidade. Sobretudo porque tratar das

relações entre línguas nas instituições supranacionais MERCOSUL e União Europeia nos remete às últimas transformações que o mundo globalizado nos impõe. As questões atribuídas à nossa reflexão surgem, diretamente, por meio dos novos modos de relações conferidos pelo que chamamos, hoje, de sociedade global.

A globalização, ou sociedade global, como também é nomeada, nos desafia por esta problemática sob vários aspectos, posto que confere novos significados a indivíduos e sociedade.

Segundo Ianni:

A idéia de globalização está em muitos lugares, nos quatro cantos do mundo. Surge nos acontecimentos e interpretações relativos a tudo que é internacional, multinacional, transnacional, mundial e planetário. Está presente na vida social, assim como nas produções intelectuais. Ressoa em toda reflexão sobre o capitalismo, socialismo, Ocidente, Oriente, islamismo, cristianismo, modernidade e pós-modernidade. Em escala crescente, as ciências sociais estão sendo desafiadas por esta problemática. Sob vários aspectos, a globalização confere novos significados a indivíduos e sociedade, modos de vida e formas de cultura, etnia e minoria, reforma e revolução, tirania e democracia. Permite pensar o presente, rebuscar o passado e imaginar o futuro. Tudo pode ganhar outra luz, quando visto sob a perspectiva aberta da globalização. (IANNI,1992,P.73)

Dito de outro modo, o título globalização carrega junto a si diversas questões que envolvem não só a economia, mas também a sociedade como um todo. No mundo inteiro assiste-se a um processo de integração econômica sob a égide do capital financeiro, pela desregulamentação dos mercados, pelas privatizações das empresas estatais, e pelo abandono do estado de bem-estar social, e da responsabilidade de gerir e amparar dos estados nacionais. Esta é uma das razões de críticos acusarem a globalização de ser a responsável pela intensificação da exclusão social (com o aumento do número de pobres e de desempregados), de crises econômicas sucessivas, arruinando milhares de poupadores e de pequenos empreendimentos. E da diluição das barreiras e

responsabilidade dos Estados, por meio da criação das instituições supranacionais e transnacionais.

O processo de globalização geralmente é compreendido em uma acepção econômica; todavia, a globalização, como o próprio nome indica, estende-se a todas às problemáticas do mundo moderno. E nisso inserem-se, também, as questões de linguagem. Parafrazeando Bauman (1999): *no fenômeno da globalização há mais coisas do que pode o olho apreender*. Ainda segundo o mesmo autor, o processo de globalização não diz respeito apenas às questões monetárias, mas diz respeito a todos nós, e a tudo que está envolto em nossa sociedade. Visto que a globalização tanto divide como une: “O que para alguns parece globalização, para outros significa localização, o que para alguns é sinalização de liberdade, para muitos outros é um destino indesejável e cruel”. (BAUMAN, 1999, p. 8). Cabe ressaltar também que a designação globalização sofre do que Bauman (1999), considera uma opacidade do termo. Segundo o autor: “todas as palavras da moda tendem a um mesmo destino: quanto mais experiências pretendem explicar, mais opacas se tornam”. (BAUMAN, 1999, p. 7).

Lembremos que, esta discussão nos interessa, ao passo que, o objeto de estudo destacado surge, justamente, envolto a esse novo cenário mundial. No interior dos estudos da linguagem, buscaremos entender como essa nova organização social e política gera novas relações e novas formas de funcionamento de línguas, por meio da nomeação destas no espaço de enunciação supranacional. Para isso nos basta apenas agora, compreender as implicaturas trazidas pela globalização para o nascimento destas instituições, em meio a égide do Estado nacional, e como este sobreviveu a estas mudanças.

### **3.5.1 Transformações nos Modos de Poder na Atualidade**

Para essa pesquisa partilharemos dos estudos realizados por Lewkowicz et al. (no prelo) e Bauman (1999), para abordarmos questões relacionadas às transformações impostas pela globalização que possam vir a nos ajudar na fundamentação desta investigação. Seguindo às questões apresentadas por Lewkowicz et al (no prelo) no trabalho intitulado de: *Do Fragmento à Situação*, o

desvanecimento do Estado-Nação e a emergência das lógicas de mercado resultaram em novos modos e estratégias de subjetivação, ou seja, os instrumentos outrora competentes para dar conta do mundo que tinha como poder centralizador o Estado-Nação agora coexistem com a lógica do mercado. Tal discussão nos interessa visto que acreditamos que, essas transformações afetam também a linguagem: “Sem dúvida, urge assinalar que um efeito inevitável do esgotamento de tal lógica social – mas também de qualquer outra – é o esgotamento dos modos de pensar oferecidos por essa lógica” (LEWKOWICZ et al., no prelo, p.4).

Portanto, para pensarmos as transformações que estão em atuação na contemporaneidade, dentre elas no campo da linguagem, será necessário, primeiramente, compreender as mutações nos modos de poder na atualidade. Para isso buscaremos pontuar, primeiramente, o que alguns autores, sobretudo, Lewkowicz et. al (*no prelo*) compreendem por *Esgotamento do Estado-Nação*.

### **3.5.1.1 O Enfraquecimento do Estado-Nação**

Uma das primeiras indagações feitas por Lewkowicz et al. (*no prelo*) relaciona-se, diretamente, à crise vivida na contemporaneidade pelos Estados nacionais, para o autor, “uma lógica entra em crise quando encontra dificuldade para reproduzir-se como fazia até então” (*no prelo*, p.3), ou seja, quando tal lógica começa a passar por complicações para reproduzir-se como outrora.

Desse modo, conforme o autor:

A crise atual consiste na destituição do Estado Nação como prática dominante, como modalidade espontânea de organização dos povos, como pan-instituição doadora de sentido, como entidade autônoma e soberana com capacidade de organizar uma população em um território. Neste sentido, o que encontra dificuldades para reproduzir-se é a meta-instituição Estado Nação.( LEWKOWICZ et al. , *no prelo*, p. 4).

Deste modo, segundo Lewkowicz et al. (*no prelo*), com o enfraquecimento do Estado-Nação, evidencia-se o mercado e suas práticas, no entanto, este ao tornar-se prática dominante não denota a substituição do velho Estado-Nação e suas funções, e sim desenvolve uma nova operatória. Após esta citação é importante assinalarmos aqui, que os órgãos supranacionais alvos desta pesquisa, MERCOSUL, e União Européia, nasceram da necessidade de aproximação dos mercados europeus e sul americanos. Entretanto, é necessário esclarecer que não estamos aqui referindo-nos à passagem de uma totalidade a outra, ou seja, da totalidade do Estado-Nação para a totalidade do mercado, como também, não trabalharemos com a noção de impasse entre as duas lógicas. Dessa maneira, compreendemos que tal problemática alude a uma ressignificação e não a uma substituição de um paradigma estatal por outro. Pela via da linguagem, podemos afirmar que, a mudança pauta-se, essencialmente, nos modos de organização dos discursos presentes neste embate, mais especificamente o discurso político e econômico, sendo o último hoje prática dominante em detrimento do acirramento do capitalismo, e da supervalorização do mercado, e o primeiro esvaziado pela exasperação do global e do capital. Esta reflexão também nos suscita compreender o funcionamento do Estado nos tempos nacionais, que como meta-instituição era a referência organizadora, cujo papel destinava-se a significar as condições de existência institucional, como também, articular simbolicamente todas as relações, dentre estas, as instituições disciplinares como: a família, a escola, o hospital, o quartel, a fábrica, a prisão, onde incluímos também a língua, sendo assim, uma modalidade hegemônica de organização dos povos e da vida em sociedade.

Conforme Lewkowicz et al.:

Se o estado soube ser prática dominante em tempos nacionais, o mercado torna-se prática dominante em tempos pós- nacionais; segundo, se o mercado torna-se prática dominante, a natureza da dinâmica social se altera radicalmente. Dito de outro modo, a passagem do Estado para o mercado tem conseqüências radicais nos modos de organização social. (LEWKOWICZ et al., *no prelo*, p. 9):

Portanto, Lewkowicz *et al.* (*no prelo*) julga que o espaço atual funciona sobre a égide de três condições: o enfraquecimento do Estado-Nação, conseqüentemente, a instalação de um Estado que se legitima apenas como administrador técnico das novas tendências e por fim, a dinâmica de mercado como prática dominante, em resumo, temos o esvaziamento do discurso político em prol do discurso econômico, como já afirmamos outrora. Porém, qual o significado produzido e quais transformações sociais advêm por meio do esvaziamento do discurso político e do esgotamento do Estado?

Acreditamos que, as condições de funcionamento do Estado-Nação e de suas instituições já não são as mesmas. Com isso, as velhas instituições do Estado-Nação têm sua consistência alterada. Por ora, sabemos que a maior parte das instituições ainda se apoiam sobre o solo nacional e estatal, porém com o enfraquecimento do Estado-Nação para assegurar o funcionamento das instituições disciplinares, estas viram sua consistência, seu sentido, como também, o seu campo de atuação alterados, pois são afetadas pelo que Lewkowicz *et. al.* (*no prelo*) nomeia por: destituição e fragmentação. O esgotamento da lógica estatal inaugura um tipo de funcionamento em que a fragmentação é a característica dominante. Por conseguinte, é necessário pensar em novos funcionamentos, pois as condições são outras. Ao passo que se integra o mundo em instituições supranacionais, este também o é fragmentado, já que os estados são integrados, mas ao mesmo tempo, são divididos em blocos regionais, que surgem em amparados ao discurso econômico, em prol da prosperidade de todos por meio da união de muitos.

Compreendemos que a lógica mercantil interfere, também, por meio de políticas linguísticas, no interior das discussões sobre a linguagem, pois muitas línguas são “incluídas”, e outras “excluídas”, diluídas de suas posições no Estado nacional, e fragmentadas e novamente categorizadas no espaço supranacional. Conforme Lewkowicz *et al.*:

O específico da expulsão atual é a inscrição como ameaça, como possibilidade de chegar a ser destino, também entre os incluídos. Neste sentido, a expulsão existe como horizonte provável para qualquer um. (LEWCOWICZ *et al.*, *no prelo*, p.21)

Contudo, também acompanha essa lógica um certo efeito de ruptura, que em princípio caracteriza-se pela temporalidade, por meio da velocidade, da substituição e pelo imediato, ou seja:

A ruptura da subjetividade contemporânea prospera como destino em condições de fragmentação, e a fragmentação só é possível em coordenadas pós-nacionais. Isto é, na ausência de lógicas totalizadoras capazes de converter um termo qualquer em termo dessa totalidade. Sem procedimentos de unificação sob um mesmo regime de sentido – isto é – sem Estado Nação como meta-instituição reguladora das significações -, a passagem atual se povoa de fragmentos, dessas instâncias que resultam de uma lógica incapaz, mas sobretudo desinteressada, em articular essa desagregação sem centro” (LEWCOWICZ et al. ,no prelo, p. 23).

Desse modo, sem o Estado como regulador, a ruptura e a fragmentação se transformam em vida cotidiana. Essa desagregação sem centro reflete, diretamente, sobre a nova divisão mundial e política, dos blocos econômicos, pois ao invés de termos um centro, ou uma bipolarização como tivemos na Guerra Fria entre URSS e EUA, temos uma fragmentação por blocos regionais, como a União Européia, e o MERCOSUL, por exemplo.

Segundo Bauman:

O significado mais profundo transmitido pela idéia da globalização é o do caráter indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão dos assuntos mundiais; a ausência de um centro, de um painel de controle, de uma comissão diretora, de um gabinete administrativo. A globalização é a ‘nova desordem mundial’ de Jowitt com um outro nome.(BAUMAN, 1999, p. 67)

Veremos que o estatuto de língua oficial se encontra imerso a tal problemática, visto que opera, diferentemente, na lógica estatal e na dinâmica de mercado, em busca de continuar agente nas questões lingüísticas. Conforme Lewcowicz et al. (no prelo, p. 29): “A permanência nesta lógica exige, então a reinvenção permanente de seus agentes em conexão com as demandas mutantes

do mercado.” Os modos de subjetivação como já foi dito, anteriormente, no Estado-Nação operavam por meio das instituições disciplinares produzindo cidadãos, já os modos de subjetivação do mercado, produzem consumidores. Conforme Bauman, o específico de nossa atualidade é a inexistência de instituições capazes de agir com a incerteza, com a insegurança e com a falta de proteção (BAUMAN, apud, LEWKOWICZ et al., no prelo, p.40). Logo, esta insegurança seria então o reflexo destas transformações nos modos de poder na atualidade.

Segundo Orlandi:

(...) na ideologia dominante contemporânea, há um apagamento, um enfraquecimento do Estado que funciona pela falta. E ao invés de lidarmos com uma sociedade de Estado-Nação, temos de fazer face a uma ambiguidade que se mostra pela dominância da sociedade de mercado. (ORLANDI, 2007, p. 60).

Com base na reflexão acima acreditamos que, na atualidade, há um esgotamento do Estado-Nação, o que não sugere, todavia, o desaparecimento da lógica estatal, mas sim, o seu enfraquecimento, em outras palavras, o esvaziamento do discurso político em prol do econômico. Em busca de reforçar esta afirmação, compartilhamos do pensamento de Payer (2005), para quem o Estado e o Mercado estabelecem uma relação de tensão na contemporaneidade. Consequentemente, isso acarreta, então, em uma nova transformação nas formas de poder, devido ao fortalecimento do mercado, e ao enfraquecimento do Estado, como constatado, anteriormente. Desse modo, o mercado funcionaria como o novo grande agente da atualidade a nos interpelar ideologicamente, (PAYER, 2005).

# Capítulo IV

## O Multilinguismo como Discurso sobre a Língua

Políticas linguísticas propostas ou instituídas estão apoiadas numa visão cultural do vínculo social em que a cultura é definida da perspectiva da etnicidade [...] através da formulação etnicista da questão da tradição e da origem comum, uma concepção consensual das sociedade, impedindo o real reconhecimento das diferença, propósito das políticas que se dizem democráticas. (RODRIGUEZ, 2010).

### 4. O Discurso sobre a Língua

Neste capítulo daremos início à incursão aos modos de representação das línguas no espaço de enunciação supranacional, MERCOSUL e União Européia.

Como representação das línguas, compreendemos os modos de dizer sobre a língua nestes espaços. Pela via da teoria da *Análise do Discurso*, Pêcheux e Gadet (1998), no estudo intitulado *Há uma via para a Linguística fora do logicismo e do sociologismo?* Dissertam sobre o discurso na história da linguística, colocando esta última, como a ciência da língua e das línguas, com vista a compreender a formação das línguas nacionais, ou seja, o modo de representação das línguas. Para isso, os autores fixam seus esforços na tensão existente na bibliografia linguística, entre a corrente logicista e sociologista, e como estas, de acordo com os mesmos, deixaram à margem o político, ou a política dos estudos da linguagem, e propõe uma via alternativa por meio do discurso, e da formação discursiva.

Do ponto de vista de Pêcheux & Gadet (1998), a trajetória da linguística no decorrer do século XX deixa conjecturar um embate entre tendências que oscilam do logicismo ao sociologismo. Enquanto o logicismo procurava construir universais, enunciar leis e construir uma teoria gramatical universal, o sociologismo buscava dispersão, alteridade e uma descrição empirista. Em contrapartida, enquanto o logicismo pressupunha a autonomia da linguística, o sociologismo colocava o indivíduo como concreto linguístico. (PÊCHEUX & GADET, 1998). O que, para os autores, acarretou em uma crise da linguística no século passado, que seria solucionada através da inclusão da história e do sujeito como elementos constitutivos para os estudos da linguagem, e que se constituiria como uma via para que a linguística pudesse escapar do círculo, logicismo e sociologismo. Além da história e do sujeito, Pêcheux & Gadet (1998) entendiam que estas correntes operavam por meio da denegação do político. Enquanto a corrente lógico-formalista investia, entre outras coisas, em projetos com base em uma gramática universal, a corrente sociologista, por sua vez, buscou contribuir para suprimir as desigualdades construídas pelo sistema capitalista, a sociolinguística era um lugar de recobrimento da política pela psicologia, um lugar onde se reiteravam as evidências do sujeito individual e coletivo, da comunicação intersubjetiva (GREGOLIN, 2005). Em outras palavras, enquanto a tendência logicista nega a política falando aparentemente de outra coisa, a tendência sociologista recalcaria a política falando ou acreditando falar dela. Ao se depararem com as posições descritas acima pela corrente logicista e sociologista, Pêcheux & Gadet (1998) propõe então um avanço materialista a ser realizado por meio da inclusão da história e do sujeito, ou seja, uma nova via para os

estudos da linguagem, a via do discurso. Seria então por meio deste avanço materialista que o político, ou a política se evidenciaria e começaria a fazer parte dos estudos da linguagem. O conceito de formação discursiva se constitui então como o lugar onde é travada a luta de classes na linguagem, como a arena onde se encontram e aparece a ideologia:

As noções de discurso e de formação discursiva desempenham o papel de desubjetivação da teoria da linguagem e ajudam a pensar a relação de intrincamento entre a língua e as formações ideológicas, através da qual práticas lingüísticas tendencialmente antagonistas vêm se desenvolver sobre uma mesma base lingüística”. (PÊCHEUX & GADET, 1998, p. 23)

A crítica ao discurso sobre a língua do logicismo e do sociologismo com base na denegação do político realizada por Pêcheux & Gadet (1998), também disserta sobre o caráter humanista que perpassa a posição teórica adotada, principalmente, pela *Sociolinguística*. Essa tendência humanista se caracterizaria, sobretudo, pelos programas de intervenção, que tem por objetivo fulcral contribuir para resolver os desvios e suprimir as desigualdades:

O grosso da armada dos sociolinguistas fica aí, esperando sempre que um novo programa de intervenção, que um novo método compensatório vá ajudar os pobres de toda espécie à recuperar o pelotão da frente. Seria exagero concluir esse ponto dizendo que ainda aí trata-se essencialmente de humanismo mas desta vez sob a forma do humanismo reformista das promessas piedosas e das boas intenções? (PÊCHEUX & GADET, 1998, p. 6)

Pêcheux & Gadet (1998), criticam o arcabouço da teoria *Sociolinguística* quanto aos “programas de intervenção”, desenvolvidos em busca de equiparar desigualdades e desvios no que tange às línguas e à linguagem, e é justamente neste âmbito da teoria *Sociolinguística* que nasce o multilinguismo e as políticas linguísticas, das quais tratamos neste trabalho, já que as instituições supranacionais

MERCOSUL e União Européia, representam as línguas por meio de um discurso sobre a língua amparado ao multilinguismo, por meio de políticas linguísticas, cujo objetivo principal é manter o respeito à diversidade linguística, como o fenômeno da coexistência de línguas diversas em uma determinada área geográfica.

#### **4.10 Discurso do Multilinguismo**

Menéndez (1980) descreve os fenômenos do multilinguismo como diversos e complexos, e tenta, a partir de uma visada *Sociolinguística*, definir e localizar o multilinguismo, como um conceito integrador, relativo, mas neutro, que não determina o grau de competência, a frequência de uso variável da língua, e muito menos o âmbito e particularidades das línguas, como também, suas diferenças sociais e funcionais. Para o autor, os estudos a partir de uma ótica multilíngue devem ter como centro apenas os aspectos linguísticos e sociais, visto que estaria intrinsecamente relacionado à organização social de uma comunidade e ao contexto de comunicação desta. A Comissão Européia (2012), órgão da instituição União Européia corrobora esta afirmação, ao conceituar o multilinguismo como *a capacidade de uma pessoa utilizar diversas línguas, assim como a coexistência de comunidades linguísticas diferentes em uma mesma área geográfica*. Dito de outro modo, para a Comissão Européia, o multilinguismo se rege pelo respeito à diversidade em um dado espaço geográfico, não tão distante da definição organizacional e comunicacional defendida por Menéndez (1980). Eximindo-se em observar as condições de produção e a contradição presentes num espaço multilíngue, seja este do âmbito nacional, ou supranacional, já que aqui tanto para Menéndez (1980), como para a Comissão Européia (2012), o espaço é conhecido como geográfico. Conforme nos diz Orlandi (2009, p. 186), "a multiplicidade é uma necessidade histórica tanto quanto a unidade". Logo, pensar em grupos multiculturais e multilíngues é o mesmo que observar culturas, sujeitos, e línguas se constituindo diferentemente, é pensar sobre a língua e seus falantes convivendo simbólica e politicamente num mesmo espaço com a diferença, num espaço distribuído, de relação entre as línguas. Um espaço marcado por aproximações,

distanciamentos, silenciamentos e embates. Logo, entendemos que a maneira como se deve observar e analisar os modos de dizer sobre a língua no espaço de enunciação supranacional, deva ser determinado historicamente, e que a representação da língua neste espaço, por meio da nomeação destas, como um acontecimento enunciativo. Buscando evidenciar o apagamento das diferenças, e se contrapondo a uma suposta igualdade linguística imaginária.

As relações histórico-culturais num mesmo espaço de enunciação são relações simbólicas entre falantes, línguas e espaços, que significam pelo político, materializado nos processos enunciativos que possibilitam a existência da própria relação. Dessa maneira, compreender os sentidos desprovidos de seu caráter político não nos parece operacional, posto que há sempre uma relação política vigente. Outros efeitos de sentidos produzidos pelas condições de produção de um mundo globalizado resgata, novamente, os “programas de intervenção”, pelo ideário de 'inclusão democrática' – gestos políticos que significam o modo pelo qual todos, mesmo os diferentes, devem ser incluídos e se considerar incluídos, já que na igualdade a democracia deve sustentar um governo para todos, por todos e de todos. E novamente, colocamos em questão, onde há marcas das relações de poder, políticas e assimétricas resultantes de uma disputa por sentidos? Sempre haverá sentidos que circularão como hegemônicos, produzindo efeitos que parecem ser os verdadeiros, os naturais, enquanto que outros ficarão silenciados, ou como se não fizessem sentido. Um exemplo disso é o caso das línguas consideradas oficiais pela Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>4</sup> e das consideradas línguas de trabalho. Esse lugar de língua oficial e de língua de trabalho instituídos pela ONU é um espaço simbólico em que o funcionamento do político determina a relação de força entre as línguas em disputa. A ONU, até hoje como é sabido, tem seis línguas oficiais – árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol, usadas pelos delegados nos atos oficiais. Línguas alvo da maioria das traduções de documentos oficiais da organização. Entretanto, apenas duas línguas de trabalho, o inglês e o francês, utilizadas pelo Secretariado Geral, administrador dos programas e das políticas

---

<sup>4</sup> De acordo com Lacerda (2007) as organizações inter-estatais compõem-se da associação livre dos estados nacionais, que se reúnem para implementar políticas comuns, sem, contudo, haver a concessão de soberania para um órgão superior, como ocorre com as instituições supranacionais das quais tratamos neste trabalho. Além da ONU, organizações como OTAN, FMI e OMC, e outras, constituem hoje o quadro das organizações inter-estatais.

estabelecidas pela ONU. É notável que, há a presença de divisões e categorizações de papéis entre as línguas oficiais e de trabalho da ONU, (BRANCO, 2013). Uma divisão política de relação entre as línguas. Portanto, a categoria de língua oficial não é a mesma coisa que a categoria língua de trabalho. Nesse sentido, é importante assinalar que a língua portuguesa é uma das línguas que estão nessa relação de disputa por esse lugar de língua oficial, mas não por ser língua de trabalho na ONU. Nesse dizer, sobre o lugar de língua oficial, o equívoco se faz, na medida em que 'língua de trabalho' e 'língua oficial' são tomadas numa suposta relação de sinonímia.

CPLP delinea estratégia para tornar português em língua oficial da ONU. Os oito Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) acordaram, esta quarta-feira [24 set. 2008], pela primeira vez, em dar os passos necessários para que a língua portuguesa se torne numa língua de trabalho na Organização das Nações Unidas. (Disponível em: [http://www.tsf.pt/PaginalInicial/Internacional/Interior.aspx?content\\_id=101760](http://www.tsf.pt/PaginalInicial/Internacional/Interior.aspx?content_id=101760) 3. Acesso em: nov. 2014)

O fato de a maioria das línguas não ser considerada pela ONU como língua oficial da organização e de não poder, por isso, ter cancelados os documentos internacionais da organização caracteriza um modo de fazer política de línguas. Além disso, há o fato de que, dentre seus 182 países-membros, apenas duas línguas possam ocupar esse lugar de língua de trabalho. Ou seja, não é para todas as línguas esse lugar, e esta divisão se inicia pela nomeação e categorização das línguas. Em contrapartida, o discurso de igualdade, que inclusive é o lema da política oficial do multilinguismo na União Européia, que adota o *slogan* “Unidade na Diversidade”, assegura amparado à *Carta da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos* (1996)<sup>5</sup>, “a diversidade como recurso enriquecedor”, assinada pela

---

<sup>5</sup> Lembrando que há outros instrumentos jurídicos que sustentam esses direitos universais, na evidência de que todos estão incluídos, destituindo o político, o histórico e a relação entre língua e falantes no espaço de enunciação. Dentre estas declarações de suporte há, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e sobre a Diversidade Cultural.

UNESCO e várias outras organizações não-governamentais para apoiar o direito linguístico. Lembrando que, já em seu preâmbulo assegura que surge da confluência e da interação de uma multiplicidade de fatores: político-jurídicos; ideológicos e históricos; demográficos e territoriais; econômicos e sociais; culturais; linguísticos e sociolinguísticos; interlinguísticos; e, finalmente, subjetivos. Segundo Rodríguez-Alcalá (2010), esta afirmação opõe-se ao monolingüismo dos Estados nacionais modernos que unificaram de forma coercitiva, linguística e culturalmente, os territórios que dele faziam parte, invisibilizando as diversas outras línguas e culturas. Discurso contrário ao do multilingüismo, filosofia sob a qual se produzem as políticas públicas contemporâneas que vêm na defesa da preservação da diversidade linguística e cultural. Essa passagem da visão mono- para a multi- decorre de determinações históricas que levaram ao crescimento da urbanização, aos grandes movimentos migratórios, tanto internos quanto externos, e à reformulação das fronteiras nacionais em relação às novas adaptações do modo capitalista de sociedade, que, por sua vez, deram visibilidade em cores fortes à existência de múltiplas línguas/sujeitos e culturas. Nessa discursividade do multi-, se presentifica a voz do 'direito das minorias', a da 'diferença', e a da garantia da diversidade, que as políticas públicas procuram enfrentar com a elaboração de instrumentos jurídicos em defesa dessa 'multiplicidade'. De acordo com Rodríguez-Alcalá (2010), estas políticas linguísticas estão apoiadas numa visão cultural do vínculo social em que a cultura é definida da perspectiva da etnicidade, e completa, afirmando que, através da formulação etnicista da questão da tradição e da origem comum, por meio de uma concepção consensual das sociedades, se rechaça o real reconhecimento da diferença, propósito das políticas que se dizem democráticas. Assim, olharemos para o espaço supranacional do MERCOSUL e União Européia, como um espaço político, que ao adotar, ou não, a política do multilingüismo como oficial, dá significado as línguas, definindo a relação entre língua e falante e delineando o modo como esta será representada num dado espaço de enunciação, ao nomeá-las como oficial, nacional, histórica, de trabalho, por meio de políticas linguísticas oficiais, sob o escopo do multilingüismo.

## 4.2 Política Linguística pela Política de Línguas

Neste breve tópico nos depararemos ao mesmo tempo com o nosso objeto de análise e a metodologia a qual nos ateremos para esta tese. Como objeto de análise teremos as políticas linguísticas das instituições supranacionais MERCOSUL e União Européia, “programas de intervenção”, desenvolvidos em busca de equiparar desigualdades e desvios no que tange às línguas e à linguagem, e analisaremos estas, como políticas de línguas, ou seja, como uma relação entre línguas, constituída pelo litígio, característico do real das línguas em relação, tal qual Guimarães (2006) e Orlandi (2007). Após compreender o funcionamento de uma instituição supranacional e sobre qual discurso sobre a língua estas se asseguram, cremos que é de extrema importância definir e conceituar o nosso objeto de análise, assim como, o modo como o observaremos. Ao passo que, observar as políticas linguísticas, a partir de um olhar enunciativo da linguagem, como política de línguas, possibilitará que nos debrucemos, além da evidência, para que possamos nos ater nos efeitos de sentido produzidos por estas políticas. Em outras palavras, esta breve reflexão põe em cena a configuração da relação entre línguas e da política de línguas nas instituições supranacionais MERCOSUL e União Européia, a partir do modo como essas relações e essa política de língua se configura neste novo espaço de enunciação e relação/embate entre línguas.

### 4.2.1 Política Linguística

O conceito de política linguística nasce quase que paralelamente à *Sociolinguística*. Tal noção surge com a pretensão de evidenciar como ocorre a intervenção nas línguas. Ou seja, uma prática, associada à intervenção sobre as situações concretas que demandam decisões políticas e planificação de políticas públicas, sobre o binômio, conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social, e planejamento linguístico, como a implementação prática de uma política linguística, ou seja, da passagem ao ato (MENÉNDEZ,

1980). Este caráter subordinativo relacionado ao binômio supramencionado tem como um de seus percussores Joshua Fishman, e ainda hoje autor de referência no campo da Sociolingüística, desse modo, o planejamento lingüístico seria a aplicação de uma política lingüística (CALVET, 2007). Todavia, acreditamos que esta postura de subordinação entre estas noções reforça, sobretudo, os aspectos técnicos da intervenção sobre as situações lingüísticas, mas muito pouco questiona as relações de poder e o litígio que há por detrás de tais decisões. Já que sua essência primeira é justamente equacionar, principalmente, as situações de plurilinguismo, com base na emergência de novas nações pós-coloniais.

Unem-se a esta problemática questões referentes à relação entre línguas em diversas regiões do mundo. São e foram muitos os linguistas que discorreram sobre o conceito de política linguística e planejamento linguístico. Lembremos que, a noção de planejamento surge ancorada às questões econômicas, o que acarretou em expressões como planejamento econômico, planejamento da natalidade, educacional, dentre outros. Quando este termo surge na literatura lingüística carrega junto a si estas determinações, *como um plano que utiliza todos os meios necessários para atingir certos objetivos*. Tal caracterização está presente, como vimos também, no conceito de planejamento linguístico. De acordo com Calvet (2007) uma política linguística pode ser elaborada por qualquer grupo, seja ele de dimensões estatais, ou não, apesar de muitos autores defenderem que a aplicação de uma política linguística, ou seja, o planejamento linguístico é dever e responsabilidade do Estado. Para este trabalho, o sentido que atribuímos, sobretudo, à política linguística, está alinhado ao que afirma Orlandi:

Em geral, quando se fala em política linguística, já se dão como pressupostas as teorias e também a existência da língua como tal. E pensa-se na relação entre elas, as línguas, e nos sentidos que são postos nessas relações como se fossem inerentes, próprios à essência das línguas e das teorias. Fica implícito que podemos 'manipular' como queremos a política linguística. Outras vezes, fala-se em política linguística apenas quando na realidade trata-se do planejamento linguístico, de organizar-se a relação entre línguas, em função da escrita, de práticas escolares, do uso em situações planificadas. (ORLANDI, 2007, p.7)

Conforme Orlandi (1998) haverá sempre diferentes sentidos a atribuir ao que conhecemos hoje como política linguística, desde uma política linguística explícita, até a observação de processos institucionais menos evidentes, presentes de forma implícita nos usos diferenciados das línguas. Contudo, para este trabalho nos aproximamos do que Mariani considera como política linguística enquanto resultante:

Das condições históricas das relações entre as línguas num preciso espaço tempo de práticas discursivas. Assim sendo, discutir a instauração de uma política linguística supõe compreender o modo de funcionamento dessa complexidade histórico-linguística, já que é ela que vai constituir as condições materiais de base que vão garantir a tomada de posição de instâncias de poder visando regular as práticas linguageiras. (MARIANI, 2003, p. 78)

Desse modo, na perspectiva aqui proposta, entende-se que a aplicação de uma política linguística é consequência de uma tentativa de organização das forças sociais e das práticas em jogo. Logo, o estabelecimento de regras para a utilização, ou silenciamento de uma língua, tem por objetivo organizar os espaços, como também, o modo de circulação destas, e de seus falantes. A isso soma-se que uma política linguística não se encontra isolada das relações sócio-históricas, e muito menos do imaginário linguístico de uma língua. Portanto, entendemos que as políticas linguísticas que serão aqui analisadas, não são aleatórias, e não se encontram isoladas das relações sócio-históricas. Desse modo, faz-se preciso questionar estas políticas linguísticas dadas como “fatos”, sobretudo, como um acontecimento que significa.

#### **4.2.2 Política de Línguas**

De acordo com Guimarães (2006), desde a antiguidade sabe-se que as línguas funcionam umas em relação às outras, sendo esta relação determinante

para o seu funcionamento histórico. E é visando esta relação, que faremos uso como aparato metodológico do conceito de política de línguas, que nos permitirá observar os aspectos históricos do funcionamento das línguas em relação e a divisão hierárquica que lhes é imposta. Assim, analisaremos as políticas linguísticas do MERCOSUL e União Europeia, tal como uma tomada de posição de instâncias de poder visando regular as práticas lingüísticas, a partir do prisma de uma política de línguas. E por política de línguas o modo como as línguas se relacionam. De acordo com Guimarães:

Nosso objeto são as relações das línguas e seu funcionamento. Em outras palavras, como funcionam as línguas tendo em vista que elas funcionam sempre em relação a outras, na medida em que funcionam em relação a seus falantes. (GUIMARÃES, 2006, p. 12)

Ao tomarmos como objeto as relações entre línguas, consideramos sua existência ancorada ao litígio, logo, o conflito faz parte do objeto que nos cabe, ao se falar de política de línguas (GUIMARÃES, 2006). Apesar disso, não se trata de supostamente, “superar o conflito”, mas sim, de refletir sobre o funcionamento do litígio, e seu caráter político, e o direito à significação. Portanto, buscamos compreender a relação entre línguas e seu funcionamento, a partir da nomeação das línguas no espaço de enunciação supranacional, elemento que nos possibilitará analisar com mais afinco as divisões, e a hierarquia neste novo espaço de relação entre línguas. Assim, acreditamos que as línguas são distribuídas, e determinadas pelo espaço de enunciação em que circulam, e pelos falantes que as falam, e que os constitui como falantes, por condições históricas específicas. Ao contrário do preceito de igualdade colocado pelas políticas linguísticas, quando tratamos estas como política de línguas, inevitavelmente, pensamos em heterogeneidade de línguas, que factualmente, supõe que todo dizer tem em si a presença do Outro. Orlandi (2002) disserta sobre heterogeneidade linguística, mas trata de esclarecer que não se refere a uma discussão metalingüística, e sim a uma preocupação voltada a refletir sobre como a identidade das línguas, e como estas são afetadas na relação com outras línguas. Assim, num espaço de enunciação supranacional e

amplo como o é, do MERCOSUL e União Européia, há uma relação datada por uma historicidade própria do acontecimento, que afeta o modo de relação entre as línguas e seus falantes, e que se apresenta na evidência por uma via da igualdade entre as línguas, mas que na verdade é divisão, divisão definida pelo modo como estas são nomeadas, seja como, língua oficial, língua processual, língua de trabalho, ou, línguas minoritárias. Já que línguas não são objetos abstratos, mas sim históricos, que estão sempre relacionados com aqueles que as falam. Sendo o espaço de enunciação o grande regulador do modo de distribuição destas línguas. Paraphrasing Guimarães (2006), o espaço de enunciação é que atribui as línguas para seus falantes. E cada espaço de enunciação tem uma regulação específica, ou seja, distribui as línguas em relação de um modo particular. E isto assim como o foi no espaço do Estado-Nação, repete-se no espaço supranacional, mas por meio de novas nomeações, e de um novo processo hierárquico, baseado sobre o discurso sobre a língua do multilinguismo, da união na diversidade e do respeito às diferenças.

Logo, as categorias, nomeações de língua, outrora presentes no espaço nacional, são reescritas e apagadas, em meio a novas categorias de línguas que emergem a este novo espaço de relação entre línguas.

E este modo de distribuição é elemento decisivo do funcionamento de todas as línguas relacionadas. Se temos, por exemplo, num certo espaço de enunciação, diversas línguas maternas e uma língua nacional, elas tomam seus falantes cada uma a seu modo. O espaço de enunciação é assim político. (GUIMARÃES, 2006, p. 48)

No campo da *Análise do Discurso*, Orlandi (2007) também reafirma a importância de observar o político e o embate nas relações entre línguas, ao afirmar que, quando falamos em política linguística enquanto política de línguas, damos à língua um sentido político necessário. Em outras palavras, não há possibilidade real de se ter uma língua que não esteja afetada pelo político, para a autora supracitada, a língua é um corpo simbólico-político que faz parte das relações entre sujeitos, social e historicamente. Logo, quando se pensa em política de línguas, observa-se

de imediato as formas sociais sendo significadas por e para sujeitos históricos e simbólicos, em suas formas de existência, de experiência, no espaço político de seus sentidos (ORLANDI, 2007). Assim, cremos que quando propomos um tratamento pela via do político, uma via pela política de línguas, para falar relação entre línguas, podemos afirmar novamente, que nos filiamos às teorias que compreendem a linguagem no entremeio de sua relação com o social e a história. Em contrapartida, as nomeações de língua-x, terão neste trabalho seus sentidos debatidos, e não serão apenas categorizadas por meio das expressões que as cercam como identidade nacional, bem cultural, ou patrimônio histórico, na evidência. Já que entendemos que há uma mobilização dos sentidos, e que estas entradas funcionam como o apagamento do político. Que a nosso ver, pauta-se, também, em uma posição sobre o discurso do multilinguismo, e “culturalista” que olha para as línguas como “peças de museu” que devem ser preservadas. Essa preservação, no entanto, não produz como efeito direto a garantia de que essas línguas terão o mesmo funcionamento social e político em um espaço de enunciação marcado por embates, diferenças e hierarquias.

Com vista a esta problemática é que tomamos como suporte e princípio norteador os elementos epistemológicos da *Semântica do Acontecimento* a partir de Guimarães (2002), e explicitamente nos posicionamos como observadores das políticas linguísticas sob a ótica do multilinguismo no espaço de enunciação supranacional, como uma relação política, caracterizada pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real. No próximo capítulo nos focaremos em analisar e demonstrar, como funciona o espaço de enunciação supranacional do MERCOSUL e União Européia, e como este se configura e é dividido e hierarquizado, categorizado, a partir do processo de nomeação das línguas em circulação nestes espaços. Nosso corpus de análise será constituído de documentos oficiais do MERCOSUL e União Européia, disponíveis no site online destas instituições, e também de textos dispostos na página destas organizações. Veremos o funcionamento do processo nominativo nesses espaços e como este impulsiona a divisão entre as línguas, em meio à política do multilinguismo, para aparentemente incluir, aqueles que não estão incluídos. Como acontecimento, tomaremos cada ato de nomeação de uma língua, e por fim iremos categorizá-las a partir de um processo descritivo com base na textualidade dos

documentos, e do processo designativo. Serão apresentadas análises sobre as nomeações/categorias de: língua oficial, língua minoritária, língua regional, língua de trabalho, língua histórica, língua processual, e outras que permearão nossas análises, com vistas a elucidar que, a significação de um nome se constrói relativamente aos espaços de disputas de poder próprios às condições sócio-históricas de produção/reprodução com base no novo modo de organização global.

# **C**apítulo V

## **O Dissenso pela Nomeação e Categorização das Línguas no Mercosul e União Européia**

A designação dos nomes se constitui pelo processo de nomeações, em que opera a relação de enunciações contidas em outras enunciações. (GUIMARÃES, 2002).

## 5. Análise em Foco

Neste capítulo daremos início ao debate e explanação do nosso objeto de análise, as políticas linguísticas das instituições supranacionais MERCOSUL e União Européia, com vista a observar os desdobramentos e embates resultantes do ato nominativo das línguas que circulam neste novo espaço de enunciação, para que por fim, possamos depreender o novo panorama de categorização das línguas no âmbito supranacional, a partir das designações destes nomes. Para esboçarmos esta categorização, faremos uso do aparato metodológico proposto pela *Semântica do Acontecimento* (2002), mais especificamente, dos conceitos de acontecimento, político, espaço de enunciação, e suas implicaturas, ao passo que observamos estas políticas linguísticas, como política de línguas, afastando-nos do discurso sobre a língua do “respeito à diversidade”, e do “apagamento das diferenças”, em busca de evidenciar o litígio presente neste espaço de enunciação, que se apresenta pela nomeação e categorização das línguas.

### 5.1. O Texto como Objeto de Análise

Analisaremos aqui, documentos oficiais dos blocos MERCOSUL e União Européia, que dissertem sobre políticas linguísticas. A escolha por documentos oficiais se deu justamente, por ser a partir desta instância (oficial/jurídica) que se define, nomeia, autoriza e se aplica todas as normas, leis, tratados e decretos destas instituições, assim como o é, através de seu caráter performativo. Nestes documentos poderemos observar os gestos de constituição, nomeação e categorização das línguas no espaço de enunciação supranacional. Em outras palavras, o modo como se arquiteta a gestão das línguas neste novo espaço de enunciação. Analisaremos os documentos referentes á “constituição” supranacional destas organizações. Sendo estes:

**Tabela 1** – Documentos responsáveis pela constituição das instituições supranacionais MERCOSUL e União Européia, constituintes do corpus de análise.

<b>União Européia</b>	
<b>Tratado que institui a Comunidade Econômica Européia do Carvão e do Aço (1952)</b>	<b>Objetivos:</b> tornar interdependentes os setores do carvão e do aço para que um país deixasse de mobilizar suas forças armadas sem que os restantes tivessem conhecimento, dissipando assim a desconfiança e a tensão existentes entre os países europeus depois da Segunda Guerra Mundial.
<b>Tratados de Roma - Tratados CEE e EURATOM (1958)</b>	<b>Objetivos:</b> instituir a Comunidade Econômica Européia (CEE) e a Comunidade Européia da Energia Atômica (Euratom).
<b>Ato Único Europeu (1987)</b>	<b>Objetivos:</b> proceder à reforma das instituições para preparar a adesão de novos membros e simplificar a tomada de decisões na perspectiva do mercado único.
<b>Tratado da União Europeia - Tratado de Maastricht (1993)</b>	<b>Objetivos:</b> preparar a união monetária europeia e introduzir elementos para uma união política (cidadania, política comum em matéria de política externa e assuntos internos).
<b>Tratado de Roma: Tratado que Estabelece uma Constituição para a Europa (2004)</b>	<b>Objetivos:</b> estabelecer uma constituição para a Europa.
<b>MERCOSUL</b>	
<b>Tratado de Assunção (1991)</b>	<b>Objetivos:</b> criar um mercado comum entre os países membros.
<b>II Reunião Especializada de Cultura do Mercosul (1995)</b>	<b>Objetivos:</b> definir as questões culturais do MERCOSUL.
<b>Decreto “MERCOSUL/CMC/DEC, N. 35/06”</b>	<b>Objetivos:</b> decretar o guarani como uma das línguas oficiais do MERCOSUL.

Para a efetivação destas análises leremos estes documentos como textos. Portanto, nosso objetivo analítico ao nos depararmos com estes documentos é buscar compreender como esta unidade complexa de significação funciona e produz sentidos, Guimarães (2011). Analisaremos, mais especificamente, como foi visto, um conjunto de textos responsáveis pelo constructo da nomeação das línguas no espaço de enunciação supranacional da União Européia e MERCOSUL, em busca de evidenciar a nomeação e conceituar a categorização das línguas no espaço de enunciação supranacional, e o modo como estes mecanismos (re) dividem as línguas. Logo, nosso objetivo central é analisar estes textos por meio de procedimentos específicos de textualidade, tal qual sugeridos por Guimarães (2011), pelo viés de uma semântica enunciativa, que não busca analisar o que faz algo ser um texto, mas sim, como interpretá-lo. Esta visada teórica nos permite também, tomar o texto como uma unidade de sentido integrada por enunciados, assim sendo, a significação se constitui, justamente, pela integração dos enunciados no texto. Nas palavras do próprio autor: “O sentido de integrar é aqui o sentido que Benveniste deu a este termo quando distinguiu forma de sentido” (GUIMARÃES, 2011, p. 20), ao considerar que é pela divisão de um elemento linguístico que toma forma a unidade, e a integração deste elemento a outro superior é o que lhe atribui sentidos.

Na análise de nossos textos, veremos que a nomeação das línguas será apresentada em inúmeros enunciados, e será justamente, a partir da integração destes enunciados, que depreenderemos o significado destes nomes. Sendo por sua vez, o enunciado um elemento linguístico que é dotado de sentido, integrante de um texto enquanto forma, constituído por sintagmas, responsável por apresentar consistência interna e ao mesmo tempo uma interdependência relativa no que tange às sequências linguísticas que com ele integram o texto, (GUIMARÃES, 2011). Veremos nos documentos aqui analisados que cada ata, ou artigo do documento, possui sua consistência interna, mas também mantém uma relação de interdependência relativa aos artigos e atas anteriores e posteriores, ou seja, enunciados, que será evidenciada pelos procedimentos de reescrituração e articulação<sup>6</sup>, que funcionará como um laço do processo de integração dos enunciados constituintes dos textos aqui analisados.

---

<sup>6</sup> Os procedimentos de reescrituração e articulação serão mais bem detalhados durante nossas análises, todavia cabe fazer uma breve elucidação e citar que o procedimento de reescrituração tem por característica

Por fim, o sentido dos enunciados é parte desta relação de integração, constituída pela enunciação, uma relação da língua com seus falantes. Para Guimarães (2002,2011), o falante é a figura da enunciação determinada pelo espaço de enunciação, nesta tese então, o falante é determinado pelas caracterizações do espaço de enunciação supranacional, e pelo modo como as línguas são sustentadas e geridas neste espaço:

O falante só é falante enquanto falante das línguas de um espaço de enunciação específico. O espaço de enunciação é constituído como um espaço de distribuição das línguas para seus falantes. Assim ele se caracteriza como um espaço de relação entre línguas. Entre falantes e entre línguas e falantes. E a distribuição das línguas para os falantes é uma distribuição desigual, hierarquizada. (GUIMARÃES, 2011, p. 23)

Esta distribuição, que aqui tomamos como hierárquica e desforme, determina os falantes presentes no espaço de enunciação supranacional. Sendo o falante aqui, não um sujeito empírico-físico, mas sim, tal qual concebe a teoria a qual nos filiamos da *Semântica do Acontecimento*, proposta por Guimarães (2002), “o falante não é assim a pessoa, ser físico-psicológico. Ele é uma figura constituída pelas relações das línguas com quem as fala” (GUIMARÃES, 2007, p. 23). Outra característica intrínseca do falante, como figura da enunciação, é sua divisão, que se elucida em cada cena enunciativa analisada.

## 5.2 A Cena Enunciativa

Para nós, semanticistas que nos ancoramos à teoria da *Semântica do Acontecimento* (2002), a cena enunciativa é um conceito decisivo no que tange ao modo de acesso à palavra. A cena enunciativa se caracteriza, justamente, por

---

redizer algo de outro modo, na instância do já dito, enquanto que a articulação, procedimento pelo qual se estabelecem relações semânticas em virtude do modo como os elementos linguísticos significam sua contiguidade, tal qual define Guimarães (2009).

constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas (GUIMARÃES, 2002). Definido primeiramente no estudo *Texto e Argumentação* (GUIMARÃES, 1989) em torno das conjunções da Língua Portuguesa, hoje se apresenta como um conceito decisivo para a teoria da *Semântica do Acontecimento*, e de extrema importância para nossas análises já que estas cenas, nada mais são do que especificações locais nos espaços de enunciação. Logo, o espaço de enunciação supranacional europeu e sul-americano apesar de suas similaridades quanto tal, possuem suas especificidades, que poderemos depreender a partir da configuração das cenas enunciativas nestes espaços, haja vista que, enquanto a União Européia adota a política do multilinguismo como oficial, o MERCOSUL busca, sobretudo, se localizar e apenas aplica políticas com o arcabouço teórico do multilinguismo, mas não o assumiu, como política oficial. “A cena enunciativa é assim um espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento” (GUIMARÃES, 2002, p. 23). Sendo estes lugares enunciativos configurações específicas do agenciamento enunciativo. Lugares formalizados pelo ato de dizer, em resumo, “aquele que fala” e para “quem se fala”. Conseqüentemente, ao passo que se enuncia, se organizam estes papéis como se segue: a) o Locutor (L), como fonte do dizer; b) o lugar social do locutor (locutor-x) e por último, mas não menos importante; c) o enunciador, como a representação a linguagem como independente da história<sup>7</sup>. Um exemplo com base em nosso objeto de análise recai sobre os tratados e decretos que serão aqui analisados. Esta relação entre as figuras da enunciação estarão presentes em nossas análises e nos auxiliarão a compreender a gestão das línguas na esfera supranacional e a disparidade do ato enunciativo. Nas palavras de Guimarães, “o locutor é díspar a si. Sem esta disparidade não há enunciação” (GUIMARÃES, 2002, p. 24), e não há a disparidade entre o presente do acontecimento e a temporalidade que este instaura.

---

<sup>7</sup> “A representação de um lugar como aquele que está acima de todos, como aquele que retira o dizer de sua circunstancialidade” (Guimarães, 2002, p. 25).

**Tabela 2** - Descrição compacta das figuras da enunciação tal qual define Guimarães (2002).

<p><b>Lugares Sociais do Dizer</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• L (Locutor): lugar que se representa como fonte do dizer (concepção semelhante a de “locutor” para Ducrot (1984).</li> <li>• Locutor-x: a variável ‘x’ representa um lugar social que predica o Locutor (L). O locutor-x é L afetado por um lugar social. Só assim L tem direito ao dizer. L existe enquanto locutor-x.</li> </ul>
<p><b>Lugares de Dizer (Enunciador)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Enunciador-individual: lugar de dizer em que a enunciação se dá como independente da história– representação de um lugar como aquele que está acima de todos.</li> <li>• Enunciador-genérico: representado como o apagamento do lugar social. O enunciador fala de um lugar individual, mas o que diz é dito sobre o sentido de repetir um dizer.</li> <li>• Enunciador-universal: apresenta-se como quem diz algo verdadeiro em virtude da relação do que diz com os fatos. É um lugar próprio, mas não exclusivo, do discurso científico, submetido ao regime do verdadeiro e do falso.</li> </ul>

Como vimos, a cena enunciativa põe em xeque os lugares de dizer, ou seja, o locutor, o locutor enquanto lugar social, e o enunciador, como aquele que se coloca fora da história, numa representação de inexistência dos lugares sociais de locutor, mas que na verdade são lugares próprios de uma história. Conforme Guimarães (2009), para analisarmos estes dois aspectos, o da articulação e reescrituração:

Consideramos que as relações dos elementos linguísticos marcam operações enunciativas que colocam em relação o Locutor com aquilo que ele fala. E de tal modo que essa última relação se dá no acontecimento pelo agenciamento político da enunciação. Ou seja, não é o Locutor que escolhe uma forma para dizer algo, mas ele é agenciado a dizer pelo modo como as formas linguísticas se constituíram sócio historicamente e pelo modo como o espaço de enunciação distribui as línguas, e os modos de dizer e o que dizer, para seus falantes. (GUIMARÃES, 2009, p. 50)

Podemos concluir então que, o Locutor só ocupa a posição de locutor, enquanto falante determinado por um espaço político, o espaço de enunciação, que aqui se apresenta como supranacional, a partir das instituições MERCOSUL e União Européia.

### **5.3 A Nomeação das Línguas no MERCOSUL e União Européia**

Como já foi dito, o sentido de um nome, de uma expressão deve e pode ser analisado a partir de sua integração a um enunciado, e como elemento de um texto, numa relação integrativa, assim sendo, entre o enunciado e o texto (Guimarães, 2002). Nosso objeto de análise será formado por textos, e nossos recortes, por enunciados, e nosso aparato teórico-metodológico, a nomeação, a designação, e os procedimentos de análise de reescrituração e articulação, em busca de categorizar as línguas neste novo espaço de enunciação e circulação de línguas. De acordo com Guimarães (2002), “o agenciamento enunciativo específico da nomeação é elemento constitutivo da designação de um nome”. Assim, o que se deve observar numa relação entre nomeação e designação é, justamente, o imbricamento entre acontecimentos de linguagem e a produção de sentidos. Dito isto, acreditamos que os modos de referir organizados em torno de um nome são os responsáveis por determiná-lo e predicá-lo, (Guimarães, 2002), e é neste entremeio que a designação se constitui. Nos utilizaremos da distinção feita por Guimarães (2002,2007), entre designação e nomeação para localizar o alcance e objetivo de cada um destes aparatos metodológicos nas análises que se seguirão. Para o autor já mencionado:

A nomeação é a atribuição de um nome a algo, que corresponde a um modo de significar o real. A designação é o sentido de um nome enquanto constituído pelas relações dele com as palavras dos textos em que ocorre. (GUIMARÃES, 2007, P. 58)

Assim, nosso foco ao observar os enunciados é elucidar o modo como o ato de nomear, e categorizar, uma língua como tal, significa o real. Assim como, o sentido de um nome é constituído pelas relações deste com outras palavras do texto, a partir do aparato metodológico da designação. Lembrando mais uma vez que, o real aqui é histórico, e as formalizações da designação apresentadas pelo DSD (Domínio Semântico de Determinação)<sup>8</sup>. Logo, acreditamos que, o sentido de um nome é sempre produzido pelo arrolamentos das palavras segundo as relações de integração em um texto (Guimarães, 2007). Nos próximos tópicos veremos como se busca significar o real por meio da nomeação das línguas nos espaços de enunciação das organizações supranacionais MERCOSUL e União Européia, e como este ato nominativo categoriza, distribui e hierarquiza as línguas neste espaço de enunciação, determinações estas que se tornam mais evidentes pelo aparato metodológico da designação.

#### **5.4 A Nomeação das Línguas na União Européia**

Composta atualmente de 28 (vinte e oito) Estados-membros, a União Européia hoje possui 24 (vinte e quatro) línguas oficiais<sup>9</sup>, existindo ainda uma multiplicidade de outras línguas que circulam dentro de seu território, designadas como línguas minoritárias, língua de trabalho, língua regional, línguas sem territórios, dentre outras nomeações. O lema oficial do multilinguismo da União Européia é a “Unidade na Diversidade”. Cada Estado-membro decide a seu critério qual língua oficial, de seu Estado, pretende eleger como sua representante na instituição. No entanto, é importante ressaltar que, a política do multilinguismo oficial adotada pela União Européia não é a única no mundo, haja vista a coexistência entre línguas oficiais em diversos sistemas nacionais, cite-se as clássicas experiências de Bélgica,

---

<sup>8</sup> O DSD (Domínio Semântico de Determinação) se constitui para representar o sentido das palavras e caracteriza como, no acontecimento da enunciação, uma língua se movimenta ao funcionar, (GUIMARÃES, 2007).

<sup>9</sup> Alemão, búlgaro, checo, dinamarquês, eslovaco, esloveno, espanhol, estónio, finlandês, francês, grego, húngaro, inglês, irlandês, italiano, letão, lituano, maltês, neerlandês, polaco, português, romeno e sueco. (As Línguas e a Europa. Acesso em 15 de fevereiro de 2010, <http://europa.eu/languages/pt/home>).

Canadá e Suíça. Seu ineditismo se dá exatamente pela esfera supranacional na qual se realiza, pelo número de línguas integrantes e pelos princípios que a justificam (CAPUCIO, 2007).

Cálculos oficiais da Comissão Europeia de 2004 quantificam o custo dos serviços linguísticos de tradução e interpretação em 1.123 milhões de euros anuais<sup>10</sup>. Os altos gastos se justificam, de acordo com a Comissão, pelo elemento altamente democrático que embasa a política de multilinguismo na União, visto que para os mesmos os cidadãos devem ter condições de conhecer seus direitos e deveres, assim como as medidas tomadas em seu nome, pois devem poder desempenhar seu papel. O que supostamente para a União aumentaria a transparência, a legitimidade e a eficácia da instituição<sup>11</sup>.

A base jurídica da política linguística adotada pela União Europeia é o regulamento n.1º do Conselho Europeu<sup>12</sup> de 1958, que delimita a finalidade das línguas oficiais da instituição. O Tratado da Comunidade Europeia (1992) consagra igualmente o princípio de que as instituições da União devem ser representadas na língua oficial escolhida por seus Estados-membros. Além dos documentos supracitados, a política do multilinguismo na União Europeia encontra sua base jurídica na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia<sup>13</sup>, que tem por finalidade em um único texto dizer sobre os direitos civis, políticos e sociais até então enunciados em fontes diversas. Um dos artigos mais expressivos da Carta, o artigo 20, refere-se ao princípio de igualdade, e em consonância com o mesmo, o artigo 13 do Tratado da União prevê textualmente a vedação da discriminação pela língua, (CAPUCIO, 2007). A questão linguística ainda aparece no artigo 22 ao passo que este enuncia a respeito da importância de se respeitar a diversidade cultural, religiosa e linguística presentes nos países que formam o bloco europeu.

Finalmente, faz-se mister salientar que, embora os atos legislativos e os documentos de interesse público sejam traduzidos para todas as línguas oficiais,

---

10 As Línguas e a Europa. Acesso em 15 de fevereiro de 2010, <http://europa.eu/languages/pt/home>.

<sup>11</sup> Como afirmamos no capítulo anterior, os mecanismos de tradução e interpretação são um dos pilares para a política do multilinguismo na União Europeia, assim como, as políticas educacionais, são os aparatos que a sustentam.

<sup>12</sup> Regulamento 1/1958 JO L 17 de 6.10.1958.

<sup>13</sup> Carta dos direitos Fundamentais da União Europeia, JO C-364 de 18/12/2000.

grande parte dos processos que originaram tais documentos ocorre nas principais línguas de trabalho<sup>14</sup>, segundo a própria União Europeia, devido a limitações práticas e orçamentárias resultantes da política do multilinguismo<sup>15</sup>.

Com base na crença acerca do respeito à diversidade linguística e cultural consagrada na Carta de Direitos Fundamentais da União (2000), temos a referência não só às línguas oficiais, mas também às línguas regionais e minoritárias faladas por segmentos da população dos Estados-membros. A União Europeia afirma que, as minorias linguísticas tiveram considerável avanço em sua “proteção” com a Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias<sup>16</sup>, aprovada pelo Conselho em 1992. Contudo, a despeito de sua proteção jurídica formal, observamos em relação às minorias linguísticas um fenômeno de exclusão política no âmbito da União, oriundo do déficit de condições de participação, uma vez que os documentos de maior circulação não são traduzidos para as línguas não-oficiais<sup>17</sup>. Como veremos nos trechos de análise a seguir, em que analisaremos o processo nominativo das línguas na União Europeia, temos nestes textos, a construção de inúmeras designações para a divisão das línguas que se coloca presente na União Europeia, e que se evidencia, pela nomenclatura dada a estas, e que tentaremos observar por meio da textualidade dos documentos aqui analisados.

---

<sup>14</sup> A União Europeia considera todas as línguas oficiais como línguas de trabalho. Para a União o fato de uma língua ser considerada como tal implica na: “correspondência com as instituições da UE pode processar-se em qualquer uma das línguas em causa; os regulamentos e outros documentos legislativos da UE são publicados, nomeadamente no Jornal Oficial, em todas as línguas oficiais e de trabalho”.(As Línguas e a Europa.Página consultada em 15 de fevereiro de 2010,[http://ec.europa.eu/education/languages/languages-of-europe/doc135\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/education/languages/languages-of-europe/doc135_pt.htm)).

<sup>15</sup> Nota-se por meio desta observação o primeiro nó na política do multilinguismo oficial da União Europeia, visto que se afirma um reconhecimento imaginário das línguas oficiais e de trabalho, que não funciona na prática, esta diferença é afirmada pela própria União ao dizer que: “Devido a condicionamentos de tempo e orçamentais, relativamente poucos documentos são traduzidos para todas as línguas. Regra geral, a Comissão Europeia utiliza o inglês, o francês e o alemão como línguas processuais”. (As Línguas e a Europa.Página consultada em 15 de fevereiro de 2010,[http://ec.europa.eu/education/languages/languages-of-europe/doc135\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/education/languages/languages-of-europe/doc135_pt.htm)).

<sup>16</sup> Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias de Estrasburgo, 1992.

<sup>17</sup> Que como veremos não estão incluídas no que se nomeou por língua processual.

## 5.5. União Européia

Compreendemos cada enunciação como um acontecimento, que temporaliza, recortando memoráveis, e produzindo projeções de dizeres futuros. Cada texto, e enunciado alvo então, traz memórias de outros enunciados, e produz novos dizeres que são os responsáveis por nomear, designar e categorizar as línguas. Iniciaremos nossa análise buscando observar como nestas enunciações de nomeação um nome é atribuído a uma língua, língua-x. E nesta cena enunciativa, identificar, o lugar do qual se nomeia. Em outras palavras, quem se posiciona como o centro do dizer, qual o seu lugar social, e para quem fala. Haja vista, que nos é de extrema importância decompor o processo enunciativo que produziu cada nomeação, e como estas nomeações se relacionam com as enunciações que a determinam no texto, para neles identificar como se dá a relação de cada nome com aquilo que nomeia, e determina fora do texto, ou seja, as línguas, os espaços e os falantes. Para isso vamos analisar, quando necessário<sup>18</sup>: a) sua estrutura morfossintática; b) seu funcionamento semântico enunciativo; e c) a configuração da temporalidade do acontecimento.

### 5.5.1 Língua Oficial

Os textos que foram escolhidos para a análise tem em comum o fato de apresentarem enunciações de nomeação das línguas no espaço de enunciação supranacional da União. Compreendemos cada uma dessas enunciações, de nomeação, como um acontecimento, ou seja, como uma diferença em sua própria ordem, não como um fato cronológico no tempo, mas sim como, um fato novo distinto de qualquer outro ocorrido antes, instaurando temporalizações (Guimarães, 2002). Nesta primeira gama de enunciados, pertencentes a uma gama de tratados da União, que datam desde 1952 até 2012, vamos buscar compreender o constructo

---

<sup>18</sup> Como será visto em nossas análises, estes três pontos não aparecerão em todas as nossas análises, mas sempre transitarão nestas quando necessário.

da nomeação e designação do que foi nomeado neste espaço de enunciação, como língua oficial. O primeiro texto analisado será o **Tratado de Maastricht (1993)**, consideramos este texto como um marco, uma ruptura relevante para o início da categorização das línguas no espaço de enunciação supranacional. É neste texto que surge pela primeira vez, no âmbito supranacional, a nomeação de uma língua. Todos os tratados anteriores desde o, **Tratado da Comunidade Económica Européia do Carvão e do Aço (1952)**, que teve como princípio norteador institucionalizar o que seria o primeiro bloco econômico e instituição supranacional do mundo; até o anterior ao texto desta nossa primeira análise, o **Ato Único Europeu (1976)**, que objetivava reformar as instituições da União, simplificar as decisões da instituição para um mercado único, e, preparar a União para receber, pela primeira vez, novos membros. Sendo estes novos membros, Portugal, Espanha, Dinamarca, Irlanda, Reino Unido da Grã-Bretanha, Grécia e Irlanda do Norte, não haviam ainda enunciado nenhuma nomeação de língua, em busca de categorizá-las.

É então a partir do **Tratado de Maastricht (1993)**, que a questão referente à gestão das línguas é colocada em pauta na primeira organização supranacional do mundo, dando início a uma marcha de preocupações e políticas administrativas e linguísticas, para assegurar o respeito às diferenças e à diversidade, com base na política do multilinguismo. Todos estes enunciados futuros então foram possíveis devido ao acontecimento enunciativo de se nomear uma língua, ou línguas, enquanto língua oficial. No entanto, veremos que esta nomenclatura faz imergir novas categorizações para aquelas línguas que não foram inseridas nesta primeira, e é justamente este embate, que impulsiona um depois incontornável, e próprio do dizer. Todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro (Guimarães, 2002, p. 12). Do mesmo modo que, todo acontecimento de linguagem funciona por um passado que os faz significar.

O **Tratado de Maastricht (1993)**, assim como os demais encontra-se disponível no site oficial da instituição<sup>19</sup>, nas línguas oficiais da União, representando a língua dos Estados-membros, que como tais elegeram a sua valia as línguas que

---

<sup>19</sup> Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legalcontent/FR/TXT/PDF/?uri=CELEX:11951K/TXT&from=DE>, Página consultada em 15 de maio de 2012.

os representariam, enquanto instituição, no espaço de enunciação supranacional. Coincidentemente, apenas as línguas oficiais de seus Estados-Nação foram consideradas como línguas da instituição, recortando já de pronto, um memorável da gestão das línguas no espaço de enunciação estatal, a categoria de língua oficial, como a língua representante do Estado em seus atos legais, e ações formais (Guimarães, 2007). Todavia, neste novo espaço de enunciação, como veremos, passa por atualizações, e funciona não mais como a língua oficial de um Estado-Nação, mas sim, como a língua oficial de um Estado-membro, e de uma instituição supranacional, que transcende o espaço de enunciação do Estado-Nação. Perdendo a relação entre língua e nação, e conjecturando a relação entre língua e supranacionalidade. Relação que como veremos é ratificada nos enunciados que recortam memórias, e produzem projeções de futuro de outros enunciados, com vista a designar, e categorizar língua oficial na égide supranacional.

Logo no preâmbulo do texto, temos pela primeira vez nesta cena enunciativa, a apresentação das figuras da enunciação, que são as responsáveis por nomear *língua oficial*. Segue o texto inicial do preâmbulo em língua portuguesa:

SUA MAJESTADE O REI DOS BELGAS, SUA MAJESTADE A RAINHA DA DINAMARCA, O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, O PRESIDENTE DA REPÚBLICA HELÉNICA, SUA MAJESTADE O REI DE ESPANHA, O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FRANCESA, O PRESIDENTE DA IRLANDA, O PRESIDENTE DA REPÚBLICA ITALIANA, SUA ALTEZA REAL O GRÃO-DUQUE DO LUXEMBURGO, SUA MAJESTADE A RAINHA DOS PAÍSES BAIXOS, O PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA, SUA MAJESTADE A RAINHA DO REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E DA IRLANDA DO NORTE, RESOLVIDOS a assinalar uma nova fase no processo de integração europeia iniciado com a instituição das Comunidades Europeias. (TRATADO de Maastricht, 1993, p. 3)

Como vimos no excerto acima, temos como origem do dizer os Estados-membros da União que consolidaram o tratado. Entretanto, este tratado só se configura e tem validade jurídico-administrativa, devido ao lugar social de quem o

assegura, que fala a partir do lugar social dos locutores dos Estados-membros, enquanto, presidentes, grã-duquesa, majestades e altezas reais. Assim, quem assume o ato de afirmar um acordo de cooperação, e institui as primeiras línguas oficiais, é o locutor-presidente, locutor-grã-duquesa, locutor-majestade, e locutor-alteza, ou seja, a partir de posições de sujeito jurídico-administrativas, legitimadas para afirmar um acordo pela nação francesa, alemã, italiana e pelas demais. Vemos a presença da disparidade do locutor, que se divide enquanto locutor como origem do dizer, e locutor enquanto lugar social, que o legitima a firmar um tratado. E o fazem não em qualquer língua, mas sim, na língua oficial de seus Estados nacionais, agora línguas oficiais também no âmbito supranacional da União Européia, que configura, de pronto, o espaço de enunciação, pela exclusão de qualquer outra língua, que não seja representada como oficial neste espaço.

Esta configuração da cena enunciativa, descrita acima, é de extrema relevância para estas análises para que possamos compreender o caráter performativo de se nomear uma língua, enquanto língua oficial. Esta nomeação só tem validade, porque foi proferida por lugares sociais legitimados para tanto. Como dissemos em parágrafos anteriores, este texto é um marco por nomear, pela primeira vez em um âmbito supranacional, a categoria de língua oficial. Composto por enunciados diversos, como artigos, atas e muitos outros. A nomeação de língua oficial se dá por uma ata, mais especificamente, por uma das atas finais presentes no texto, como se vê no recorte abaixo:

---

**DECLARAÇÃO**  
**RELATIVA AO REGIME LINGUÍSTICO NO DOMÍNIO**  
**DA POLÍTICA EXTERNA**  
**E DE SEGURANÇA COMUM**

A Conferência acorda em que o regime linguístico aplicável no domínio da política externa e de segurança comum é o das Comunidades Europeias.

Para as comunicações COREU, a prática actual da Cooperação Política Europeia servirá, por enquanto, de modelo.

Todos os textos relativos à política externa e de segurança comum que sejam apresentados ou aprovados nas reuniões do Conselho Europeu ou do Conselho, bem como todos os textos para publicação, são traduzidos imediata e simultaneamente para todas as línguas oficiais da Comunidade.

Figura 1 – Tratado de Maastricht 1993 – Ata final (p. 241)

O título da declaração presente na *Ata Final* do texto tem justamente por intuito tratar de questões referentes ao regime linguístico da União. Mesmo que a partir de um simples enunciado, se faz presente pela primeira vez, este “regime”, esta normatividade, que de imediato postula as bases da futura política do multilinguismo, como o mecanismo de tradução e as políticas preservação, divulgação e educacionais sobre a língua. Para realizar a análise deste enunciado, como um acontecimento que temporaliza, utilizaremos alguns procedimentos tal qual Guimarães (2002, 2007 e 2009). Dentre estes, os procedimentos de articulação, e principalmente, o procedimento de reescrituração, com vistas a elencar os sentidos produzidos pela nomeação de língua oficial, a partir de um processo designativo. Ambos procedimentos, são procedimentos de produção de sentidos. Segundo Guimarães (2009, p. 51), “a articulação é o procedimento pelo qual se estabelecem relações semânticas em virtude do modo como os elementos linguísticos, pelo agenciamento enunciativo, significam sua contiguidade”, e pode ser notada por dependência, coordenação e incidência. Enquanto o procedimento de reescrituração consistiria em se redizer o que já foi dito. Nas palavras do autor: “uma expressão linguística reporta-se a uma outra por algum procedimento que as relaciona no texto

integrado pelos enunciados em que ambas estão”. (GUIMARÃES, 2009, p.53). Veremos abaixo como é possível empregar estes procedimentos, para a compreensão da nomeação de língua oficial, a partir do enunciado a seguir:

Todos os textos relativos á política externa e de segurança comum que sejam apresentados ou aprovados nas reuniões do Conselho Europeu ou do Conselho, bem como todos os textos para publicação, são traduzidos imediata e simultaneamente para todas as **línguas oficiais** da Comunidade. (TRATADO DE MAASTRICHT, 1993, P.241, grifo nosso)

Como podemos ver, temos pela primeira vez a nomeação de língua oficial, aqui todavia, no plural: língua(s) oficiais(s). Esta marca morfossintática nos faz crer que não há apenas uma língua oficial da União, mais sim, mais de uma. Esta relação morfossintática determina e especifica algo sobre o que se nomeia. Assim, nos afastamos do modo como a nomeação é tratada por posições referenciais, para tratá-la como uma relação semântica de determinação. Seguindo em nossa análise então, podemos nos perguntar, quais são estas língua(s) oficiali(s)? Como estas são designadas no texto?

Ainda no mesmo enunciado, temos na sequência “línguas oficiais” sendo determinadas por “da Comunidade”, numa relação de determinação, onde as línguas oficiais são as línguas da “Comunidade”, que reescreve “Comunidades Europeias”, presente no primeiro enunciado da ata: “A Conferência acorda em que o regime linguístico aplicável no domínio da política externa e de segurança é o das **Comunidades Europeias**”. (Tratado de Maastricht, 1993, p. 241, grifo nosso). A reescritura de “Comunidades Europeias” em “Comunidade”, não é reflexiva, pelo contrário, a reescritura de “Comunidades Europeias” em “Comunidade”, limita que apenas são oficiais, as línguas de uma Comunidade, há uma determinação de singularidade, da “Comunidade Européia”, da instituição supranacional União Européia.

Ainda neste recorte vemos que “os textos para publicação são traduzidos para todas as línguas oficiais da Comunidade”, atribuindo um dos papéis da língua

oficial, e do mecanismo de tradução como elemento fulcral para a efetivação deste. Para apresentar melhor esta determinação do trecho “línguas oficiais da Comunidade”, faremos uso do DSD (Domínio Semântico de Determinação):

Um aspecto importante aqui é que no DSD são as relações que constituem sentido de uma palavra e estas são apresentadas por uma escrita própria. Esta escrita estabelece as relações por meio de alguns sinais específicos, que fazem assim parte do que seja o DSD. Os sinais são os seguintes:  $\vdash$  ou  $\dashv$  ou  $\perp$  ou  $\top$  (que significam determina, por exemplo,  $y \vdash x$  significa  $x$  determina  $y$ , ou  $x \dashv y$  significa igualmente  $x$  determina  $y$ )  $|$  que significa sinonímia; e um traço como \_\_\_\_\_, dividindo um domínio, significa antonímia. (GUIMARÃES, 2007, p.81)

Assim, a relação de determinação de “línguas oficiais da Comunidade” por meio do DSD é:

Comunidade da  $\dashv$  línguas oficiais

A primeira determinação então que designa língua oficial para a União, e conseqüentemente, para uma instituição supranacional é que estas tem que ser *da Comunidade*, a preposição “de” aqui funciona como um indicativo de onde são estas línguas oficiais. Entretanto, quais são as línguas da Comunidade Européia? Vimos pela relação de reescrituração, que não são as línguas de todas as “Comunidades Européias”. Logo, quais seriam então essas línguas? Veremos que uma enunciação que nomeia pode estar citando enunciações diversas. A enunciação que categoriza as línguas no espaço de enunciação supranacional é sempre uma enunciação a partir de outra enunciação. Para responder às perguntas feitas aqui, nosso foco se voltará para o modo como a nomeação de língua oficial, na verdade, reescritura, outros sentidos presentes no texto, e que também, designam, língua oficial, pela memória de outros enunciados, que possuem o sintagma **língua**. Nosso primeiro

recorte constitui, justamente, o **Capítulo III A educação, a formação profissional, e a juventude**. No artigo 126º:

A ação **da Comunidade** tem por objectivo: desenvolver a dimensão europeia da educação, nomeadamente através da aprendizagem e divulgação das **línguas dos Estados-membros**. (TRATADO DE MAASTRICHT, 1993, p. 47, grifo nosso)

Temos novamente, *da Comunidade*, locutor que fala de um lugar autorizado, em nome de reis e presidentes, a discorrer sobre as questões referentes à educação e também sobre as línguas. Como se vê, dos *Estados-membros*, reescreve *da Comunidade*, por expansão, como um modo de ampliar, “Comunidade” e também defini-la. Logo, quem constitui a “Comunidade Europeia”, os “Estados-membros”. Representados pelas figuras da enunciação, que definimos em parágrafos anteriores. Vale ressaltar que, há a presença aqui, de outro futuro pilar para o multilinguismo da União. A disseminação das línguas através de políticas linguísticas e educacionais, como a “Uma língua mais duas”, que visa fazer dos falantes da Comunidade Europeia, falantes multilíngues, que se vê numa relação de articulação coordenativa entre “da aprendizagem e divulgação”, que predicam “línguas dos Estados-membros”. Vejamos o DSD:

da Comunidade † dos Estados-membros † línguas

Língua então é determinada por “dos Estados-membros”, que é determinado por “da Comunidade”, mantendo com uma relação de determinação. Os Estados-membros são a Comunidade. Logo, o primeiro enunciado “língua oficial da Comunidade” reescreve, assim, “língua dos<sup>20</sup> Estados-membros”.

---

<sup>20</sup> Assim como em “línguas da Comunidade”, há também em “língua dos Estados-membros”, uma relação de predicação da preposição “dos Estados-membros, indicando quais as línguas aptas para a promoção e divulgação no espaço supranacional da União.

Por fim, no *Artigo S* do tratado, temos novamente o sintagma língua e suas relações:

O presente Tratado, redigido num único exemplar, **nas línguas** alemã, dinamarquesa, espanhola, francesa, grega, inglesa, irlandesa, italiana, neerlandesa e portuguesa, fazendo fé qualquer dos textos, será depositado nos arquivos do Governo da República Italiana, o qual remeterá uma cópia autenticada a cada um dos governos dos outros **Estados signatários**. (TRATADO DE MAASTRICHT, 1993, p. 139, grifo nosso)

Estados-membros é reescrito por substituição por Estados signatários. Logo a língua dos estados signatários, autênticas, são na verdade as línguas dos Estados-membros: línguas alemã, dinamarquesa, espanhola, francesa, grega, inglesa, irlandesa, italiana, neerlandesa e portuguesa. Todas estas línguas, línguas da Comunidade, e dos Estados-membros, são línguas oficiais dos estados nacionais que fazem parte da União. Logo, outra determinação, que designa língua oficial na égide supranacional é que esta seja língua oficial do Estado-membro.

#### **Estados signatários**

|

**dos Estados-membros | línguas | da Comunidade**

Desse modo, por meio dos procedimentos de análise aqui aplicados, temos a designação e categorização de língua oficial, como abaixo. Onde ↔ significa designa:

**Língua oficial** ↔ língua da Comunidade

↔ língua dos Estados-membros

↔ língua oficial dos Estados-membros

↔ língua dos Estados signatários

Língua pertencente ao âmbito das traduções, e apta para a aprendizagem e divulgação. É notável que após o Tratado de Maastricht (1993) em que há uma breve declaração quanto às línguas oficiais, esta nomenclatura então, começa a circular nos documentos da União Européia. Já no Tratado de Amsterdã (1997), em seu início, que faz a alteração de alguns artigos do Tratado de Maastricht (1993), e trata da adesão de novos países na União, línguas oficiais é reescrita por substituição por línguas previstas, numa relação enunciativa de tensão entre uma memória do dizer e a futuridade deste:

Qualquer cidadão da União pode dirigir-se por escrito a qualquer das Instituições ou órgãos a que se refere o presente artigo ou o artigo 4, numa das **línguas previstas** no artigo 248º, e obter uma resposta redigida na mesma língua.(Tratado de Amsterdã,1997, p. 27, grifo nosso)

Há neste pequeno recorte uma rememoração dos enunciados anteriores que designaram “língua oficial”, sendo línguas previstas uma reescritura por substituição de “línguas oficiais”, mas ao mesmo tempo há uma projeção de futuro do que irá se compor no Artigo 248º do mesmo documento, que reescreve por expansão “línguas previstas”:

Ao artigo 248º é aditado o seguinte novo parágrafo: Por força dos Tratados de Adesão, fazem igualmente fé as versões do presente Tratado **nas**

**línguas dinamarquesa, espanhola, finlandesa, grega, inglesa, irlandesa, portuguesa e sueca.** (Tratado de Amsterdã, 1997, p. 66, grifo nosso)

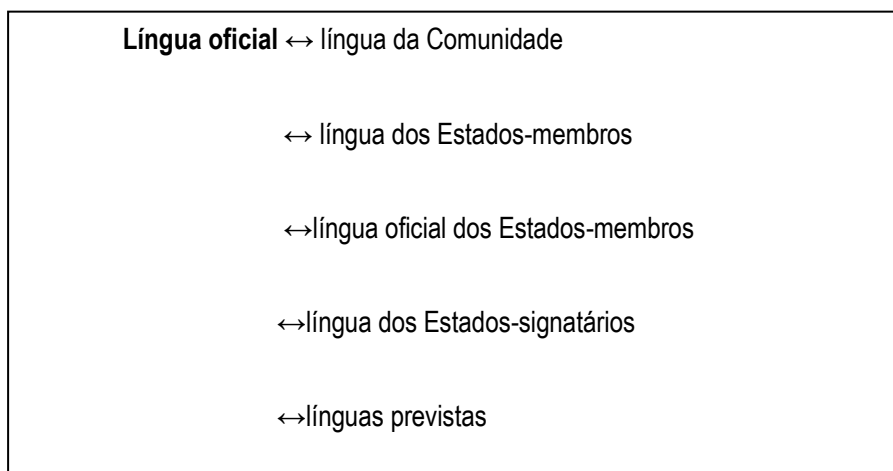
Lembrando que a reescrituração não exige uma operação de contiguidade entre os elementos, sendo uma relação entre elementos dispersos, que podem ou não estar contíguos. Neste pequeno recorte, vemos que não há alteração do texto, mas sim a adição de uma nova temática até então não citada, a descrição das agora então também línguas oficiais da União<sup>21</sup>. Que como vimos menciona-se apenas no Tratado de Maastricht (1993) em sua ata final. Neste breve excerto, as línguas oficiais são reescritas por línguas previstas, remetendo a memória, do que foi designado como língua oficial, no Tratado de Maastricht (1993), e às línguas previstas adicionam-se novas línguas, novos Estados-membros. Por fim, novas línguas oficiais da Comunidade.

#### **Línguas oficiais – Línguas previstas**

Como vimos, um novo determinante designa línguas oficiais, línguas previstas. O falante no espaço de enunciação da União pode/deve se comunicar com a União apenas nas línguas previstas, nas línguas oficiais, todas as outras línguas então, não são previstas, oficiais de seus Estados, e não “fazem parte” da Comunidade:

---

<sup>21</sup> Devido à inclusão de novos membros, e conseqüentemente, suas línguas oficiais, além das línguas dos primeiros membros, italiano, alemão, holandês e francês.



O último tratado a ser analisado, no que tange à nomeação de língua oficial, é o recente **Tratado de Roma (2004)** que, como o subtítulo sugere, busca estabelecer uma constituição para a Europa, mais especificamente para a instituição supranacional União Européia. Neste tratado, concentram-se todas as informações pertinentes quanto à definição e objetivos da União, competências, quadro institucional, assim como também, a carta dos direitos fundamentais da União e as políticas de funcionamento desta. Incluindo políticas linguísticas quanto à operação das línguas oficiais. Neste documento, veremos reescrituras da nomenclatura língua oficial, que assim como as demais, nos ajudarão a definir o estatuto desta no âmbito supranacional. Já no início do documento no Artigo I-10º, que disserta sobre os direitos fundamentais e cidadania da união, encontramos a política linguística no que tange à língua oficial, neste excerto que veremos a seguir, não temos na evidência a nomeação de língua oficial, mas esta se faz presente por conta de procedimentos de reescritura, que modificam e adicionam novos sentidos para o que já foi dito, como vemos no trecho a seguir:

O direito de dirigir petições ao Parlamento Europeu, o direito de recorrer ao Provedor de Justiça Europeu e o direito de se dirigir às instituições e aos órgãos consultivos da União numa das **línguas da Constituição** e obter uma resposta na mesma língua. (TRATADO DE ROMA, 2004, p.20, grifo nosso)

Neste recorte vemos um novo sentido se constituindo pela normatividade, e redividindo e designando, mais uma vez, o constructo de língua oficial. Como vimos, este tratado tem por finalidade sancionar uma Constituição para a União. A nomeação por substituição “línguas da Constituição”, rememora um passado com base nas definições, e como apresentamos, das determinações e designações de língua oficial, como “línguas dos Estados-membros”, “línguas previstas” e “línguas da Comunidade”. Assim, “línguas da Constituição”, reescreve “língua oficial” por substituição. E assim como os demais, acrescenta novos sentidos à língua oficial.

### da Constituição | Línguas

Uma língua para ser oficial, deve também ser a língua da constituição da União, a língua que tem o *direito de se dirigir às instituições e aos órgãos consultivos da União*.

Observa-se claramente o papel da memória, e a relação entre enunciados em designar e categorizar língua oficial durante o percurso de constituição da União Européia, assim como, os movimentos de inclusão e exclusão de países e suas línguas. Evidenciando como o acontecimento de nomear uma língua como oficial, não é apenas um ato de conceder um nome, mas que tem suas implicaturas, como, gestos de memória, e projeções de futuro, que se evidenciam por meio da textualidade presente nos textos, por meio de reescrituras, articulações e outros mecanismos.

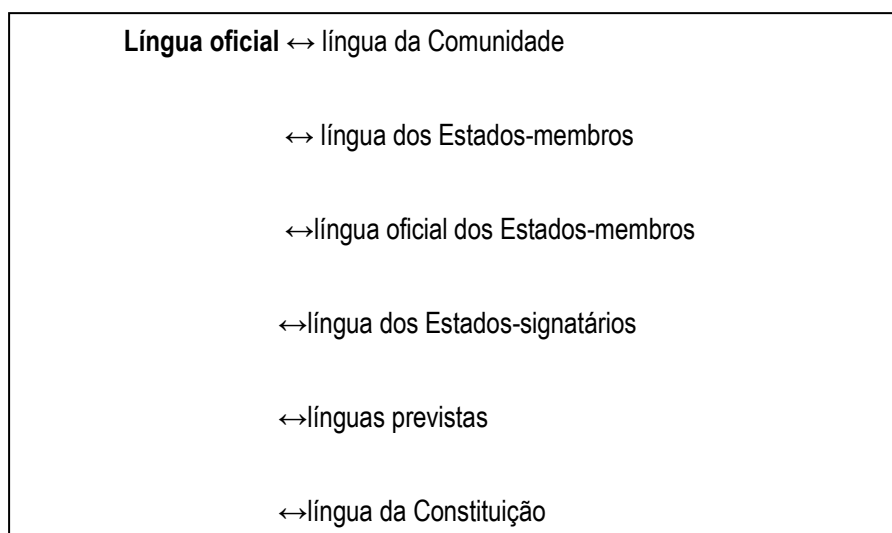
No mesmo texto, vemos novamente a reescritura de língua oficial como “línguas dos Estados-membros”, como no excerto a seguir: “Desenvolver a dimensão europeia na educação, nomeadamente através da aprendizagem e divulgação das línguas dos Estados-Membros”. (TRATADO DE ROMA, 2004, p.133).

Nossas análises demonstram claramente o modo como por meio de um acontecimento enunciativo, neste caso o de nomeação, se designa e categoriza o elemento nomeado. A designação de língua oficial é depreendida no texto, a partir

de procedimentos de textualidade, que nos auxiliam a identificar os sentidos por detrás “do simples ato de nomear”. Segundo Guimarães:

Este jogo de enunciar a partir de outras enunciações refaz a temporalidade do primeiro acontecimento, exatamente por tomá-lo diretamente como o rememorado que o presente do segundo acontecimento modifica. (GUIMARÃES, 2002, P. 38)

A categoria de língua oficial na União Européia, então designa:



Categorização esta que rememora o caráter normativo da categoria de língua oficial no estado nacional, mas que no presente do acontecimento desta nova enunciação, se configura como outra categoria, que funciona em outro espaço de enunciação, o espaço supranacional, a partir de um novo lugar de assunção à palavra, e que fala para falantes determinados por outras relações. Foge-se da relação da língua com a nação, e com o Estado, para iniciar, a relação da língua com o(s) Estado(s), com a Comunidade Européia. Por fim, o DSD de língua oficial então se caracterizaria como:



trabalho, na União Européia, e conseqüentemente, a criação de outra nova categoria, a de língua processual.

Língua de trabalho, ao contrário da nomeação de língua oficial não foi instituída por meio de nenhum Tratado. Esta surgiu, justamente, pela necessidade de se definir e categorizar línguas voltadas para este âmbito. Sua construção morfossintática de língua (substantivo) + de (preposição) + trabalho (predicativo), já nos remete que esta foi nomeada como tal para uma finalidade, “para o trabalho”.

### de trabalho | Língua

E o trabalho da União Européia, no que tange às línguas, tem por base os preceitos do multilinguismo. Sendo a tradução, um dos grandes pilares da política do multilinguismo na União Européia, que funciona como o grande agenciador das línguas neste espaço, já que é através deste que se tenta fazer circular, documentos, conferências, dentre outras normatividades nas línguas oficiais da União. Tanto que para averiguar e assegurar esta pilastra, a União entregou esta responsabilidade para uma comissão, nomeada por **Comitê Interinstitucional da Tradução e da Interpretação**, que funciona como um fórum de cooperação entre os serviços linguísticos das instituições e órgãos da União Européia, cujo âmbito aborda diversas questões de interesse comum aos vários serviços de tradução e interpretação. Em consonância com a política oficial do multilinguismo adotada pela instituição, no documento oficial, em seu preâmbulo este Comitê postula que:

As Instituições Europeias, que entraram em funcionamento em 1958 com quatro línguas, contam actualmente com 23 línguas oficiais e de trabalho, às quais se somam, em determinados casos, algumas línguas regionais de diversos Estados--Membros e outras línguas (Russo, Árabe, Chinês, Japonês, etc.). (Comitê Interinstitucional da Tradução e da Interpretação, 2010, p.3)

Temos nessa cena enunciativa como o responsável pelo centro do dizer “As instituições Europeias”, que se caracteriza como um enunciador genérico, como a representação de um lugar que está acima de todos, Guimarães (2002). Assim, ao colocar no centro do dizer “As Instituições Europeias”, busca-se uma centralização destas, em torno de uma integração, onde não há papéis, apenas a União. Mas que não deixa de ser formada por Estados-membros, que como vimos, são Estados nacionais, onde quem tem acesso ao dizer são os seus representantes, que falam do lugar do dizer, de presidentes e reis, lugares legitimados para falar. Quanto à nomeação de língua de trabalho, temos no texto, uma reescrituração por elipse, que é a responsável por nomear língua de trabalho: “As Instituições Europeias, que entraram em funcionamento em 1958 com quatro línguas, contam **actualmente com 23 línguas oficiais e de trabalho**”. Produzindo um sentido de sinonímia entre **língua oficial e língua de trabalho**. Assim, conforme o excerto acima, no momento da confecção do documento, havia *23 línguas oficiais e de trabalho*. Ou seja, todas as línguas oficiais são línguas de trabalho. Neste caso a reescrituração suspende a repetição da palavra “língua”, em busca de uma relação de igualdade, predicando algo de um termo sobre o outro.

#### Língua oficial | de trabalho

Esta suposta relação de sinonímia e igualdade é assegurada pela União, e os processos de tradução e interpretação os reforçam, já que o papel das Instituições Europeias é falar para todos os falantes dos países-membros, por meio das línguas oficiais e de trabalho da União. Contudo, uma nota de esclarecimento sobre as línguas e o multilinguismo na União traz novos desdobramentos para esta suposta relação de sinonímia, onde língua de trabalho é sinônimo de língua oficial:

**Todos os documentos da UE são traduzidos para todas as línguas oficiais?**

Não. Os documentos são traduzidos de acordo com as prioridades estabelecidas, que dependem do público e do fim a que os textos se

destinam. Os atos legislativos e os documentos de grande importância ou interesse públicos são traduzidos para as 24 línguas oficiais. Outros documentos (como, por exemplo, correspondência com as autoridades nacionais, ou decisões dirigidas a determinadas pessoas ou entidades) são traduzidos apenas para as línguas necessárias. A Comissão Europeia gere as suas atividades internas em três **línguas processuais - inglês, francês e alemão.**(NOTA INFORMATIVA COMISSÃO EUROPÉIA, 2013)

Ao contrário do que foi identificado nas análises quanto à categoria e nomeação de língua de trabalho no MERCOSUL, como díspar de língua oficial, como veremos nas análises a seguir. Na União há uma suposta relação de sinonímia, entre as línguas oficiais e as línguas de trabalho, ou seja, as línguas que servem para os processos jurídico-administrativos da instituição. Todavia, língua de trabalho na União, como veremos em sua categorização é díspar de línguas processuais, responsáveis por gerir as atividades internas da Comissão Europeia, e é determinada por língua de trabalho, por sinonímia.

Língua Oficial — Língua de trabalho

---

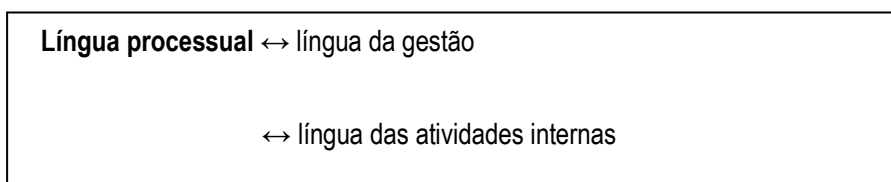
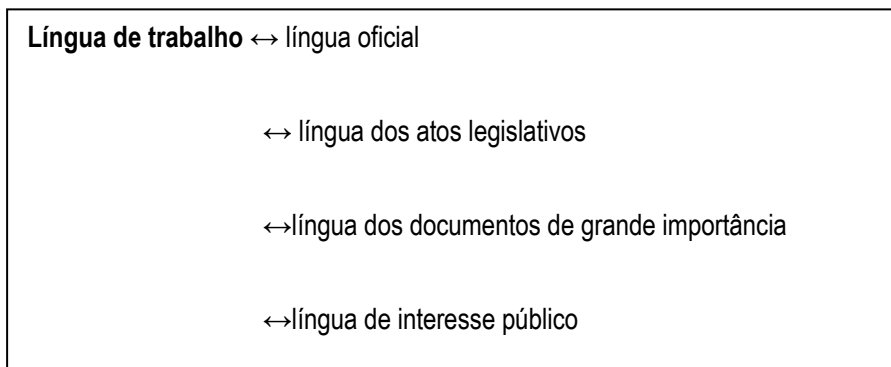
Língua processual

---

Línguas-não oficiais

Logo, no âmbito da União Europeia, as línguas processuais, são dispares de língua de trabalho. São as línguas processuais, reescritas por enumeração, por, inglês, francês e alemão, e articuladas por predicação às línguas responsáveis por gerir as atividades internas da União. Distintas, mas ao mesmo tempo constituintes, das 24 línguas oficiais e de trabalho, que se articulam por predicação às línguas dos “atos legislativos e dos documentos de grande importância ou interesse públicos”.

Logo temos, a seguinte designação e categorização das línguas no espaço supranacional, referente à língua de trabalho e língua processual<sup>22</sup>:



No entanto, o que são na esfera supranacional, das línguas que não se enquadram em nenhuma das categorizações anteriores, mas que estão presentes no espaço supranacional? Ou seja, que ainda não estão incluídas nas categorias de língua oficial, língua de trabalho e línguas processuais, que circulam no âmbito jurídico-administrativo. Lembrando que, a União pauta-se em uma política oficial do multilinguismo sobre o tema “Unidade na Diversidade”. Logo, onde estão ou se encaixam as línguas que não são “oficiais”, ou até mesmo majoritárias, mas que determinam falantes no espaço de enunciação dos Estados-membros da instituição? É o que veremos nas análises do próximo item, quanto às nomeações de línguas minoritárias, regionais e desprovidas de território.

---

<sup>22</sup> Não nos esqueçamos ainda das línguas necessárias, que reescrevem línguas oficiais, e que deixa em aberto quais são utilizadas, pois o são somente quando necessário, sem uma definição definitiva.

### 5.5.3 Línguas Minoritárias, Regionais e Desprovidas de Território

As línguas minoritárias foram nomeadas pela primeira vez no âmbito supranacional com vista a assegurar às línguas não-oficiais, seu espaço na esfera supranacional. E para contribuir, com o que foi proposto pela União no Tratado de Lisboa (2009), que sancionou o Tratado de Roma (2004), que no Artigo II-81º, disserta sobre “A Igualdade e a Discriminação”:

**É proibida a discriminação em razão**, designadamente, do sexo, raça, cor ou origem étnica ou social, características genéticas, **língua**, religião ou convicções, opiniões políticas ou outras, pertença **a uma minoria** nacional, riqueza, **nascimento**, deficiência, idade ou orientação sexual. (TRATADO DE ROMA, 2004, p.52, grifo nosso)

A língua, assim como outros elementos deve ser preservada e suas diferenças conhecidas e respeitadas. Este artigo foi um dos enunciados que garantiu e possibilitou o desenvolvimento da **Carta Européia das Línguas Minoritárias e Regionais** pela União, que neste texto é mais uma vez o locutor, que se evidencia por meio de Estados-membros, legitimados, novamente, pelo lugar social do dizer jurídico-administrativo, para a redação e cumprimento dos parâmetros estabelecidos nesta Carta. Ao passo que são, suficientemente, influentes no cenário político e econômico, para determinar quais serão as línguas majoritárias (oficiais) e minoritárias, assim como, a proteção jurídica dos direitos linguísticos, proporcionado às segundas. Quase todas as línguas existentes nos Estados-Membros da União Europeia se enquadram, perfeitamente, na categoria de língua oficial, de trabalho, regional ou minoritária, de acordo com os respectivos parâmetros sociolinguísticos, com base no multilinguismo. De acordo com Coelho (2012), como o planejamento linguístico interfere na esfera emocional e afetiva, a elaboração de uma política linguística comum europeia concretamente exige uma boa dose de tato e sensibilidade. O acima mencionado, segundo Coelho (2012), implica que, no território da União Europeia têm-se, pelo menos, três tipos de línguas minoritárias: as línguas oficiais que são minorias dentro das próprias instituições da União

Europeia, as línguas minoritárias autóctones oficialmente reconhecidas pela UE e uma variedade indefinida de línguas alóctones ou exóctones de imigrantes ou refugiados. Além disso, há ainda a presença de um grupo que muitas vezes é esquecido: as línguas desprovidas de território.

O lema da União é "Unidade na diversidade". Essa meta é bastante difusa, ainda mais porque dentro das próprias instituições europeias dominam claramente como vimos, três línguas -francês, inglês e alemão, em outras palavras, as línguas processuais. Assim como fizemos para as análises anteriores, nosso foco aqui é o acontecimento enunciativo, e a forma como este temporaliza através da nomeação de uma língua como tal, neste caso mais especificamente, língua minoritária e regional. A partir de um processo designativo que acaba por categorizar as línguas no espaço de enunciação supranacional, e conseqüentemente determinando os falantes destas línguas.

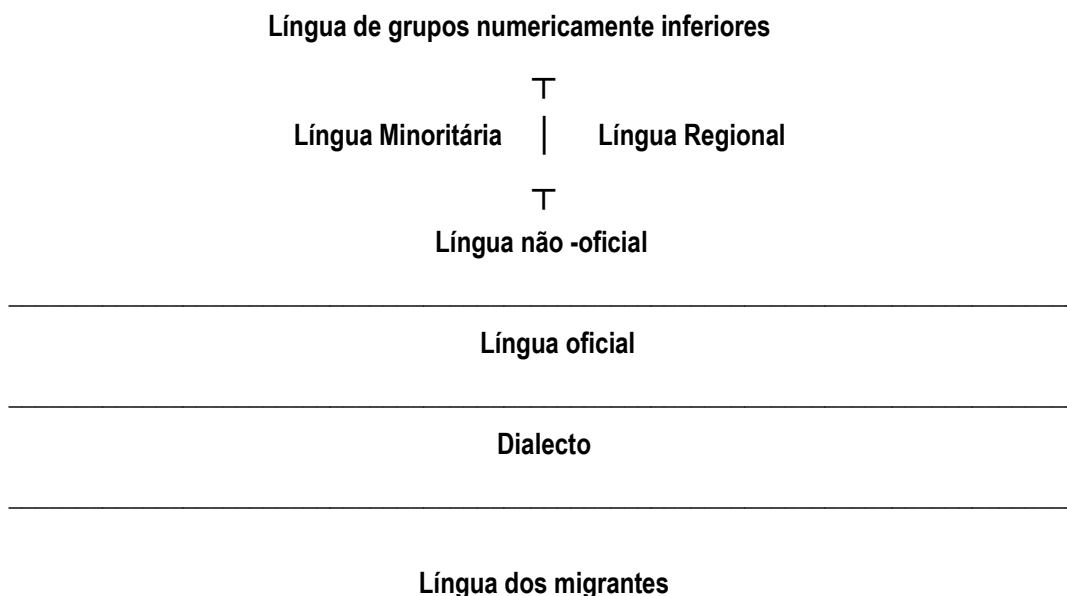
O acontecimento enunciativo em se nomear uma língua enquanto minoritária e regional na esfera supranacional instaura novas temporalidades, e uma nova cena enunciativa, já que dá a palavra para aqueles falantes que até então não estavam incluídos nas línguas categorizadas até então, quanto alocutários. Todavia, o locutor ainda é a União Européia, mas esta agora se direciona, não somente, para os falantes das línguas oficiais, de trabalho, ou processuais, mas também aos falantes das línguas "não-oficiais". No entanto, estas formam uma nova categoria, e continuam fora do estatuto de língua oficial, processual ou de trabalho. Para a análise da nomeação das línguas minoritárias, regionais e desprovidas de território, nos focaremos em analisar os enunciados que constituem o Artigo 1º, predicado por "Definições". Iniciaremos pelo enunciado onde há a presença da nomeação de língua, como língua minoritária e língua regional, como se segue:

Para os fins da presente Carta:

- a) A expressão "**línguas regionais ou minoritárias**" designa as línguas que são:
  - i) Utilizadas tradicionalmente no território de um Estado pelos cidadãos desse Estado que constituem um grupo numericamente inferior ao resto da população do Estado; e
  - ii) Diferentes da(s) língua(s) oficiali(s) desse Estado;

Não inclui dialetos da(s) língua(s) oficial(s) do Estado nem as línguas dos migrantes. (CARTA EUROPÉIA DAS LÍNGUAS REGIONAIS E MINORITÁRIAS, 1992, p. 3, grifo nosso)

Este primeiro artigo da Carta, é o responsável por designar e categorizar o acesso à palavra. No primeiro item “i” e “ii”, temos a presença, mais uma vez, do procedimento de reescrituração. Dessa vez, todavia, uma reescrituração por definição, com base no que define uma língua como regional ou minoritária, e em “ii”, reescreve-se novamente por definição, mas parte-se de uma relação de antonímia, ou seja, do que não define língua minoritária e regional. A nomeação de língua minoritária e língua regional é alvo de uma relação de determinação que as designa como:

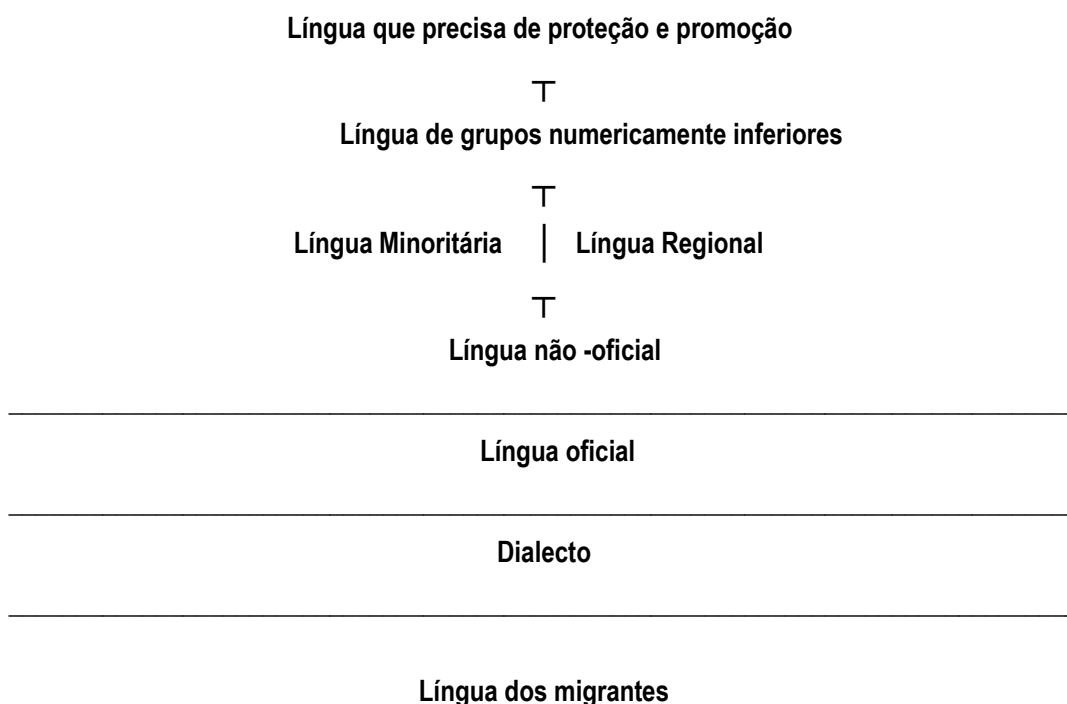


No enunciado B, temos mais uma designação de língua minoritária ou regional, como se segue:

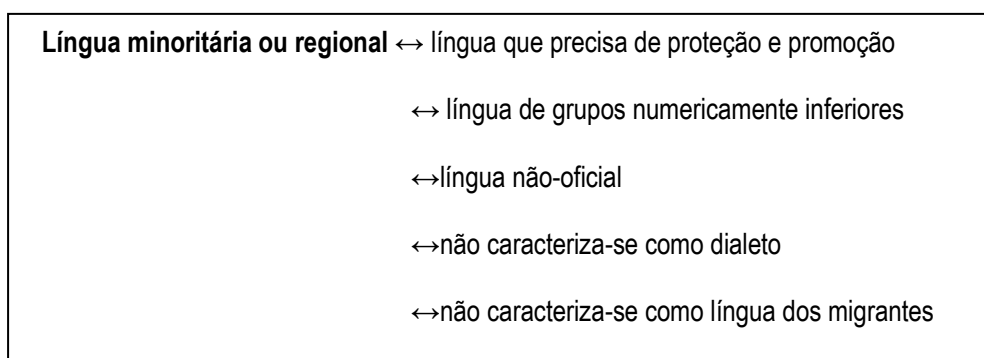
b) A expressão “território no qual uma língua regional ou minoritária é utilizada” designa a área geográfica na qual **esta** língua é a forma de expressão de um número de pessoas que justificam a adopção de diversas medidas de protecção e de promoção previstas na presente Carta. (CARTA

EUROPÉIA DAS LÍNGUAS REGIONAIS E MINORITÁRIAS, 1992, p. 3, grifo nosso)

Esta língua reescreve “língua regional” ou “minoritária”, e adiciona novas determinações a estas, como “forma de expressão que justifica medidas de proteção” e “forma de expressão que justifica medidas de promoção”, previstas na Carta alvo de nossa análise. Com este adendo, temos o seguinte DSD:



E, por fim temos a seguinte categorização de línguas minoritárias ou regionais:



No que tange às línguas desprovidas de território, temos a seguinte configuração enunciativa, a partir do enunciado abaixo:

b) A expressão “**línguas desprovidas de território**” designa as línguas utilizadas pelos cidadãos do Estado que são diferentes das língua(s) utilizada(s) pelo resto da população do Estado, mas ainda, que tradicionalmente utilizadas no território do Estado, não podem ser identificadas com uma área geográfica específica deste. (CARTA EUROPÉIA DAS LÍNGUAS REGIONAIS E MINORITÁRIAS, 1992, p. 3, grifo nosso)

Mais uma vez temos uma relação de reescrituração por definição, “línguas desprovidas de território” sendo reescrita por “língua diferente da utilizada pelo resto da população” e “sem uma área geográfica específica”. Rememorando, a configuração do espaço enquanto geográfico do Estado-nação, uma língua, um território, uma nação. Relação de determinação que designa e categoriza língua desprovida de território no espaço supranacional como:

**Diferente da utilizada pelo resto da população**

T

**Língua desprovida de território**

T

**Sem área geográfica específica**

Por fim, podemos então afirmar que língua desprovida de território no espaço de enunciação da União Européia é uma categoria de língua, que designa:

**Língua desprovida de território** ↔ diferente da utilizada pelo resto da população

↔ sem área geográfica

Estas foram as nomeações de língua, no espaço de enunciação da primeira instituição supranacional, a União Européia, análises que nos ajudarão a observar no último item deste capítulo, o político presente na relação entre línguas na União, mesmo esta estando ancorada pela política do multilinguismo e pelo lema “Unidade na Diversidade”.

## **5.6. A Nomeação das Línguas no MERCOSUL**

Em meados de 1985, sucederam-se encontros entre os presidentes de Brasil e Argentina visando ampliar suas atividades comerciais, dando início a contatos políticos com os países da União Européia para a formação de um bloco econômico. A integração econômica que seria estabelecida entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai dava, então, seus primeiros passos. Um dos principais objetivos expressos do MERCOSUL previa a formação de uma União Aduaneira, ou seja, a criação de uma região de livre comércio, com a finalidade de extinguir as tarifas alfandegárias entre os quatro países. Previa, também, uma taxação comum para os produtos importados de países de fora do MERCOSUL. E, a longo prazo, visava à criação de um mercado comum, com livre circulação de bens e de serviços entre os países membros, bem como uma maior integração cultural e educacional.

Em 1990, o intercâmbio comercial entre esses países era conforme fontes oficiais da instituição, de aproximadamente 3 (três) bilhões e meio de dólares. Em 1995, supostamente, já havia ultrapassado os 10 (dez) bilhões. O MERCOSUL, ainda hoje, vive uma fase de adequações e ajustes, mas o comércio entre seus integrantes já demonstrou seu “potencial”, posto que os contatos políticos, econômicos e culturais se intensificaram, e, em consequência, hoje outros estados já ingressaram na instituição, como Venezuela, Peru, Equador, Colômbia, Bolívia, Chile, e México, como país observador. Assim, é neste contexto que o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), estabelecido em março de 1991, por meio do Tratado de Assunção, surge como uma tentativa de integrar os países sul-americanos.

## 5.7 MERCOSUL

A junção de países da Europa em busca de uma integração além das fronteiras nacionais inaugurou uma gama de instituições na mesma esfera. Dentre estas o MERCOSUL, que assim como sua antecessora, nomeia e categoriza as línguas em prol do respeito à diversidade, e à preservação das línguas do continente sul-americano. Todavia, ao contrário da primeira, não assume, no âmbito jurídico-administrativo a política do multilinguismo como “oficial”, mas produz gestos de interpretação que se fundeiam nesta, ao passo que também comete deslizes em enunciações que buscavam incluir, mas que de fato excluem. Nos próximos itens de nossa análise, veremos como as línguas no espaço de enunciação supranacional sul-americano são nomeadas, e a partir do ato nominativo, como estas são designadas e categorizadas. Novamente, tomaremos as nomeações como um acontecimento enunciativo tal qual Guimarães (2002), ou seja, como uma ruptura em sua própria ordem, responsável por fazer imergir novas temporalidades, por meio do presente da enunciação, da reorganização de recortes da memória (memorável), e de projeções de futuro (enunciações). Para isso vamos analisar, sempre que necessário: a) sua estrutura morfossintática; b) seu funcionamento semântico enunciativo; c) a configuração da temporalidade do acontecimento. Para melhor compreendermos a nomeação de língua-x do bloco MERCOSUL, utilizaremos como instrumento de análise os mesmos procedimentos já utilizados nas análises precedentes da União Européia.

Conforme citado em capítulos anteriores, nossa sociedade ao longo dos anos tem passado por mudanças, dentre estas os processos de integração, proporcionado pela globalização. Em decorrência disto, vimos o espaço de enunciação das línguas, antes restringido às esferas nacionais, expandir-se para os blocos supranacionais, fazendo emergir novos acontecimentos, nomeações, e categorizações. O foco de nossas análises serão as nomeações de língua oficial, língua de trabalho e língua histórica operadas no/pelo MERCOSUL. Analisaremos alguns trechos de documentos oficiais do bloco, assim como o fizemos com os textos da União, que para nós caracterizam o funcionamento e a circulação das línguas neste espaço de enunciação. Daremos início às nossas análises pelo

acontecimento que nomeia língua oficial no MERCOSUL, no Tratado de Assunção (1991), por meio do Art. 17º.

### 5.7.1 Língua Oficial

Como já foi dito, foi por meio do **Tratado de Assunção (1991)** que surge pela primeira vez a temática das línguas no MERCOSUL. O Tratado de Assunção foi um tratado assinado em, 26 de março de 1991, entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, com o objetivo de criar um mercado comum entre os países sul americanos, formando então, o que conhecemos por MERCOSUL (Mercado Comum do Sul). Mais tarde, em 1994, o Protocolo de Ouro Preto foi assinado como um complemento do tratado, estabelecendo que o MERCOSUL por meio do Tratado de Assunção fosse reconhecido juridicamente e internacionalmente como uma organização.

Observaremos o seguinte recorte, no Tratado de Assunção (1991): “Os idiomas oficiais do Mercado Comum serão o português e o espanhol e a versão oficial dos documentos de trabalho será a do idioma do país sede de cada reunião”. (TRATADO DE ASSUNÇÃO, 1991). Vemos que o Artigo 17º é um pequeno parágrafo que disserta sobre a questão das línguas no MERCOSUL e que terá um papel fundamental na caracterização do MERCOSUL como um espaço de enunciação político. Temos nesse breve parágrafo as diligências acerca das línguas oficiais do MERCOSUL, ou como foi chamado, dos “idiomas oficiais do Mercado Comum”. Para estas análises tomaremos idioma(s) numa relação de sinonímia a língua(s). Para isso daremos início a esta análise a partir do fragmento acima. Como podemos notar temos neste caso uma expressão predicativa, “Os idiomas oficiais do Mercado Comum”, ou seja, neste trecho a palavra “idiomas” está sendo qualificada por “oficiais”, logo, o domínio da designação de “idiomas” já aparece predicado por uma hierarquização, já que há os “idiomas oficiais”, e conseqüentemente, os “não oficiais” do Mercado Comum. Ainda nesse mesmo recorte temos a presença de procedimentos de reescrituração, (procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz o que já foi dito, fazendo interpretar uma forma como diferente de si), “Os idiomas oficiais do Mercado Comum serão o português e o espanhol”, ou seja, aqui

podemos observar claramente o processo de reescrituração por substituição de “idiomas oficiais”, por “português e o espanhol”. Dessa maneira, vemos que há neste pequeno trecho uma hierarquia marcada no espaço de enunciação do MERCOSUL, pois há os idiomas não oficiais e os oficiais, ou seja, ao incluir o português e o espanhol, exclui-se todas as outras línguas presentes neste espaço.

Outro fragmento do Artigo 17. a ser citado é: “a versão oficial dos documentos de trabalho será a do idioma do país sede de cada reunião”, neste trecho vê-se como “idioma” articula-se à “versão oficial dos documentos de trabalho”, descrevendo a função da língua oficial neste novo espaço de enunciação, que caracteriza-se por servir como “instrumento” para a confecção da “versão oficial dos documentos de trabalho” do MERCOSUL.

Ainda analisando o mesmo artigo, no fragmento “o idioma do país sede de cada reunião”, “idioma” é reescriturado por expansão, que nos leva à suposta relação de sinonímia entre “idioma do país sede” e “português e o espanhol”, confirmando deste modo a exclusão de todas as línguas que circulam como “não-oficiais” no espaço de enunciação do MERCOSUL. Um exemplo a citar decorre, justamente, acerca da confecção do próprio Tratado de Assunção, que como já foi dito, foi confeccionado no Paraguai em 1991, período em que a língua/idioma guarani já era considerada língua nacional (1967) e oficial (1992) do mesmo, contudo, o Tratado de Assunção foi confeccionado e é encontrado até hoje, apenas em português e espanhol, visto que “a versão oficial” se dará apenas nos idiomas oficiais, ou seja, mesmo que haja outro idioma além dos idiomas oficiais do MERCOSUL, no país sede das reuniões oficiais do bloco, estes serão silenciados, pois neste espaço de enunciação, especificamente, nesta cena enunciativa, onde o locutor que o legitima é um locutor que fala do lugar social jurídico-administrativo, funcionam e circulam apenas os idiomas oficiais, ficando de fora todos os outros idiomas presentes neste espaço, que não foram nomeados, designados e por fim, categorizados como tal.

Assim, esta análise nos permite fazer a seguinte apresentação por meio do DSD (Domínio Semântico de Determinação), da nomeação de “idiomas oficiais” no texto citado, anteriormente:

Idioma do país sede  
⊥  
Idioma oficial  
⊥  
Língua dos documentos oficiais

---

idiomas não oficiais

Logo, idioma/língua oficial no MERCOSUL é categorizada até então, como:

Língua oficial ↔ idioma do país sede
↔ língua dos documentos oficiais

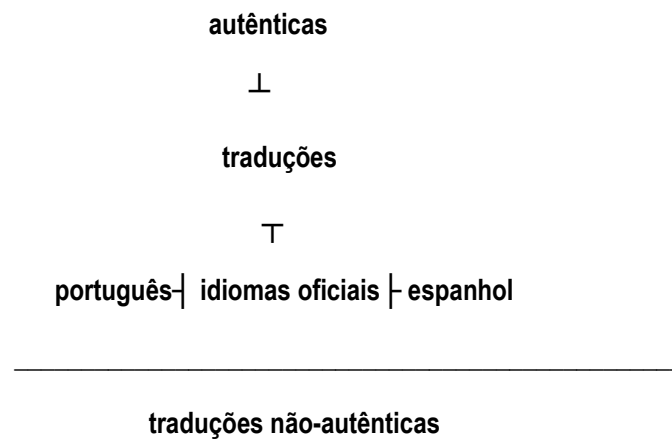
Logo, o DSD acima nos mostra como a questão da língua está sendo tratada no MERCOSUL. Com isso constatamos que há já no princípio da formação do bloco do Cone Sul uma hierarquização das línguas que circulam e funcionam neste espaço de enunciação, pois há os idiomas oficiais e os não oficiais, sendo os primeiros caracterizados pelo português e o espanhol, numa antonímia, a todas as línguas/idiomas que fazem parte do espaço de enunciação do MERCOSUL, como línguas não-oficiais. Veremos nos próximos trechos analisados como essa temática retorna, e acaba por caracterizar, definitivamente, o MERCOSUL enquanto um espaço político, e mais adiante, como este espaço político tenta retomar o multilinguismo, mesmo não o fazendo oficialmente.

Partindo para o estudo da nomeação, designação e categorização de idioma oficial no **Protocolo de Ouro Preto (1994)**, nos ateremos, primeiramente, para o seguinte trecho presente no Artigo 32º:

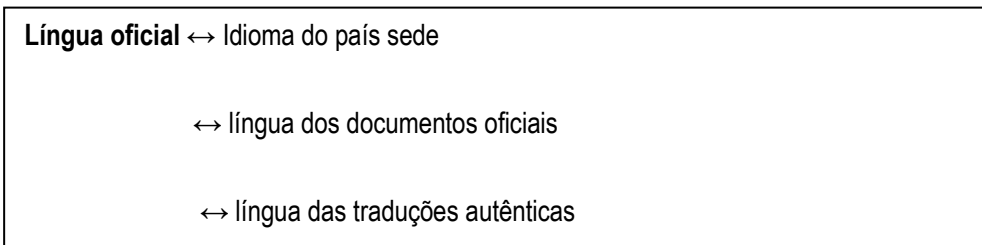
Realizar, em coordenação com os Estados Partes, as traduções autênticas para os idiomas espanhol e português de todas as decisões adotadas pelos

órgãos da estrutura institucional do MERCOSUL, conforme previsto no artigo 39.(PROTOCOLO DE OURO PRETO, 1994, Artigo 39)

Neste trecho, vemos que “autênticas” predica “traduções”, que se articula a “idiomas espanhol e português”, que reescrevem por expansão, “idiomas oficiais”. Assim sendo, as únicas traduções autênticas são nos idiomas espanhol e português, todas as outras, então, não são autênticas, são ilegítimas. Trazendo mais uma categorização para a nomeação de língua/idioma oficial. Conforme o DSD abaixo:



Ou seja, temos o espanhol e o português como os idiomas oficiais do MERCOSUL, que determinam as traduções autênticas e reconhecidas juridicamente, dessa maneira, todas as traduções em idiomas que não sejam o português e o espanhol, são caracterizadas, então, como não autênticas, não oficiais, e que não têm reconhecimento jurídico. Língua oficial na esfera supranacional do MERCOSUL, então caracteriza-se como:



Após o Protocolo de Ouro Preto, na II Reunião de Cultura do MERCOSUL , surge pela primeira vez, o nome de um outro idioma neste espaço de enunciação, sendo este, o guarani. Pela primeira vez veremos movimentar-se no espaço de enunciação supranacional, a nomeação de língua histórica.

### 5.7.2 Língua Histórica

Após o Tratado de Assunção (1991), a temática das línguas oficiais do MERCOSUL passou por um período de estabilidade, não se discutia, não se problematizava, e nem sequer falava-se de línguas no MERCOSUL, posto que este era um assunto já resolvido e fechado. Todavia, no ano de 1995, quatro anos após o surgimento do Tratado de Assunção, na II Reunião Especializada de Cultura do MERCOSUL (1995), consta como uma de suas atas, a questão da língua, mais especificamente, a nomeação de língua histórica. Surge neste cenário, uma nova nomeação, um novo acontecimento, a partir do ato nominativo língua histórica. Veremos mais adiante, como esta nova nomeação, ou seja, esse novo modo de significar funciona nesta esfera. Para tal caracterização tomaremos como objeto de análise o trecho a seguir<sup>23</sup>:

**OITAVO:** Declarar o guarani como uma das línguas históricas do MERCOSUL e revalorizar seu legado cultural através da elaboração de um inventário de seu patrimônio, a promoção da pesquisa acadêmica e o ensino da língua, conjuntamente com o estudo, a preservação e valorização das outras culturas da região. (ATA II REUNIÃO ESPECIALIZADA DE CULTURA DO MERCOSUL, 1995, Artigo 8)

---

<sup>23</sup> Vale salientar que, neste recorte, já temos a nomeação de língua-x, e não mais idioma, como nos recortes anteriores, numa relação de sinonímia a língua.

Vemos no trecho acima, que “históricas” predica “línguas”, e que a expressão “língua histórica” determina “guarani”, logo, dentre muitas outras línguas históricas presentes no espaço de enunciação do MERCOSUL, o guarani foi declarado como “uma das línguas históricas do MERCOSUL”, e juridicamente a única, o que decorre da exclusão de todas as outras línguas presentes neste espaço de enunciação, inclusive dos idiomas oficiais, o português e o espanhol. Não podemos deixar de salientar aqui, que “língua histórica” neste contexto histórico é enunciado a partir de uma perspectiva cultural e etnicista, como patrimônio cultural e identitário paraguaio, e não simbólica, tal qual o histórico como compreendemos na teoria da Semântica do Acontecimento (2002). Tanto que, língua histórica mais adiante no mesmo fragmento é articulada à “legado cultural”, “inventário”, “patrimônio”, em busca de promover a pesquisa acadêmica, o ensino da língua, e a preservação e valorização de outras culturas da região. Desse modo, temos o seguinte DSD deste excerto:



Como podemos verificar a única língua histórica do MERCOSUL, dentre outras muitas culturas da região é o guarani, logo, todas as outras culturas da região são excluídas da designação de língua histórica. Vemos novamente o funcionamento do processo de inclusão/exclusão, ou seja, ao incluir e declarar o guarani como língua histórica do MERCOSUL, exclui-se todas as outras línguas e culturas presentes neste espaço de enunciação. Assim, a categoria de língua histórica no espaço de enunciação supranacional do MERCOSUL, categoriza:

Língua histórica ↔ Inventário

↔ legado cultural

↔ patrimônio

No entanto, foi no ano de dezembro de 2006 que chegamos ao ápice de todo o processo descrito acima, já que foi por meio do Decreto n. 35/06, que a designação de língua histórica, choca-se com a de língua/idioma oficial que enfim, se veste de sua ocupação real: língua de trabalho. Temos aqui, novamente, uma relação muito próxima, em busca de um sentido de sinonímia, assim como o foi na União Européia, de língua oficial e língua de trabalho.

### 5.7.3 Língua de Trabalho

A nomeação língua de trabalho, como um acontecimento enunciativo no MERCOSUL, surge no Decreto N. 35/06 com a finalidade de incorporar o guarani como um dos idiomas do MERCOSUL. Neste documento, em seu início há a presença de argumentações para a inclusão, ou não, do guarani como língua oficial do MERCOSUL. Nestas argumentações há recortes de enunciações passadas, que nomearam o guarani como língua histórica, e também argumentos que remontam as predicções do guarani no espaço de enunciação do MERCOSUL. Faremos um breve desvio da nomeação de língua de trabalho, e nos pautaremos na designação da língua “guarani” neste momento, para que possamos compreender, futuramente com mais precisão, o modo como se constituiu e categorizou-se língua de trabalho no espaço de enunciação do Cone Sul. Abaixo segue o decreto, onde se diz:

**INCORPORAÇÃO DO GUARANI COMO IDIOMA DO MERCOSUL**

**TENDO EM VISTA:** O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, e as Decisões Nº 02/95 e 18/98 do Conselho do Mercado Comum.

**CONSIDERANDO:**

Que os Ministros de Cultura do MERCOSUL na sua XXIII Reunião celebrada no dia 21 de novembro de 2006, no Rio de Janeiro, sugerem a incorporação do idioma Guarani como uns dos idiomas oficiais do bloco.

Que o idioma Guarani é o idioma oficial de uns dos Estados Partes do MERCOSUL.

Que na II Reunião Especializada de Cultura do MERCOSUL, realizada no dia 2 de agosto de 1995 declarou-se o Guarani como uma das línguas históricas do MERCOSUL.

Que os Parlamentos da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai decidiram apoiar a proposta de declarar o idioma Guarani como idioma oficial do MERCOSUL, o que seria um ato de estrita justiça histórica e de equidade social e cultural do bloco.

**O CONSELHO DO MERCADO COMUM  
DECIDE:**

Art. 1 – Incorporar o Guarani como um dos idiomas do MERCOSUL.

Art.2 – Os idiomas de trabalho no MERCOSUL serão os idiomas oficiais estabelecidos no Artigo 46 do Protocolo de Ouro Preto.

Art. 3 – Esta Decisão não necessita ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes, por regulamentar aspectos da organização ou do funcionamento do MERCOSUL.

**XXXI CMC – Brasília, 15/XII/06**



Figura 2 - Decreto MERCOSUL/CMC/DEC. Nº35/06 "Incorporação do Guarani como Idioma do MERCOSUL"

Conforme vimos anteriormente, o decreto teve por finalidade incluir o guarani como um dos idiomas do MERCOSUL, ou seja, inseri-lo como idioma/língua oficial do bloco. Para isto, vimos diversas argumentações a favor desta inclusão, a primeira delas argumentara: “Que os ministros de Cultura do MERCOSUL na sua XXIII Reunião celebrada no dia 21 de novembro de 2006, no Rio de Janeiro, sugerem a incorporação do idioma Guarani como um dos idiomas oficiais do bloco.” Neste trecho, vemos como a palavra “incorporação” é articulada a “idioma”, e como esta é

determinada por guarani, “idioma guarani”, mais a seguir, vemos como “idioma guarani” é reescrito por substituição por “idiomas oficiais”, logo, este trecho argumenta para a incorporação do guarani como um dos idiomas oficiais do bloco. No segundo argumento temos: “Que o idioma Guarani é o idioma oficial de uns dos Estados Partes do MERCOSUL”, temos novamente a palavra “guarani”, sendo reescrita por substituição por “idioma oficial”, que se articula a “Estados Partes”, logo neste fragmento, vemos que a argumentação tem por base o fato do guarani ser língua oficial de um dos Estados Partes<sup>24</sup>, mais especificamente do Paraguai. Após este trecho chegamos a designação descrita, anteriormente, de língua histórica, neste caso, vemos “guarani”, sendo reescrita por substituição por “língua histórica”, ou seja, um dos argumentos a favor da incorporação do guarani, é o fato de esta língua ter sido considerada como uma das línguas históricas do MERCOSUL, na verdade a única. Conforme o trecho: “Que na II Reunião Especializada de Cultura do MERCOSUL, realizada no dia 2 de agosto de 1995 declarou-se o Guarani como uma das línguas históricas do MERCOSUL”.

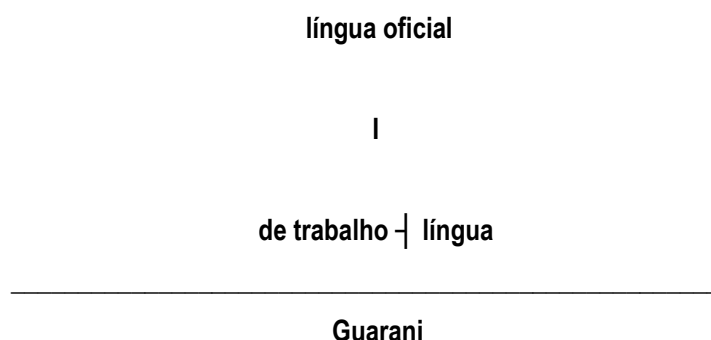
O último argumento tem por base o apoio à incorporação do guarani por parte do Paraguai e do Uruguai, temos novamente o processo de reescrituração por substituição de “idioma guarani”, por “idioma oficial”, que se articula a: MERCOSUL, justiça histórica, equidade social, e equidade cultural. Como podemos ver no trecho a seguir: “Que os Parlamentos da República do Paraguai e da República do Uruguai decidiram apoiar a proposta de declarar o idioma Guarani como idioma oficial do MERCOSUL, o que seria um ato de estrita justiça histórica e de equidade social e cultural do bloco”.

Ou seja, todos os argumentos direcionam para a incorporação do idioma guarani como um dos idiomas oficiais do MERCOSUL, devido a este ser o idioma de um dos Estados Partes, por ser uma língua histórica, em busca de uma certa equidade social e cultural no espaço de enunciação do MERCOSUL. Mas é justamente na definição desta questão, que surge o enunciado nominativo que nos interessa para esta análise: “Os idiomas de trabalho do MERCOSUL serão os idiomas oficiais estabelecidos no Artigo 46º do Protocolo de Ouro Preto”. Podemos

---

<sup>24</sup> Vale salientar conforme afirma Rodriguez-Alcalá que: “temos que o guarani foi historicamente mantido à margem das instituições públicas, sempre reservadas ao espanhol (no Estado Paraguaio) como língua majoritária, mas coloquial, restrita ao âmbito privado, ao registro informal, tendo sido assim mantido, (RODRIGUEZ-ALCALÁ, 200, p. 15).

identificar por meio de procedimentos de textualidade que, “idiomas oficiais estabelecidos no Artigo 46º do Protocolo de Ouro Preto”, reescreve por extensão “idiomas de trabalho”. Ressaltando que, tomamos aqui novamente, idioma numa relação de sinonímia com língua. Logo, língua de trabalho opera como sinônimo de idioma/língua oficial. Esta análise nos evidencia um atributo político na relação entre línguas do MERCOSUL, já que os argumentos a favor da inclusão do MERCOSUL como língua oficial foram aceitos, conforme segue: “O mercado comum do sul decide: Incorporar o Guarani como um dos idiomas do MERCOSUL”. Nos mostra que na verdade, o guarani, continua sendo apenas um legado histórico neste espaço de enunciação, já que foi considerada como língua oficial, mas não como língua de trabalho, que como seu predicativo já diz, língua-x, é a língua para as relações jurídico-administrativas do bloco do Cone-Sul. Assim, esta análise nos é importante, não porque designa e categoriza língua de trabalho:



Por fim, temos as seguintes caracterizações para língua de trabalho:

<p><b>Língua de trabalho ↔ língua oficial</b> ↔ Idioma do país sede</p> <p style="text-align: right;">↔ língua dos documentos oficiais</p> <p style="text-align: right;">↔ língua das traduções autênticas</p>
--

## 5.8 O Dissenso pela Nomeação das Línguas no MERCOSUL e União Européia

Guimarães (2002) define o político como algo que afeta materialmente a linguagem, e por fim o acontecimento enunciativo, que é político por se dar num espaço de enunciação. Neste caso, especificamente, o político afeta o modo como se nomeia e determina uma língua enquanto língua-x, no espaço de enunciação supranacional do MERCOSUL e União Européia. Cremos que, nomear e categorizar são um dos modos mais efetivos de hierarquizá-las e regular sua esfera de circulação. Assim sendo, assegurar seus espaços de sua promoção, seu legado histórico, dentre outras designações é uma afirmação de pertencimento daqueles que não estão incluídos, realizada ainda, como vimos em nossas análises do lugar da normatividade, que instala um conflito no centro do dizer (Guimarães, 2002, p. 17). Vejamos as categorias que surgiram no espaço de enunciação supranacional a partir do dizer normatizado jurídico-administrativo:

**Tabela 3** - Categorias de língua no espaço de enunciação supranacional

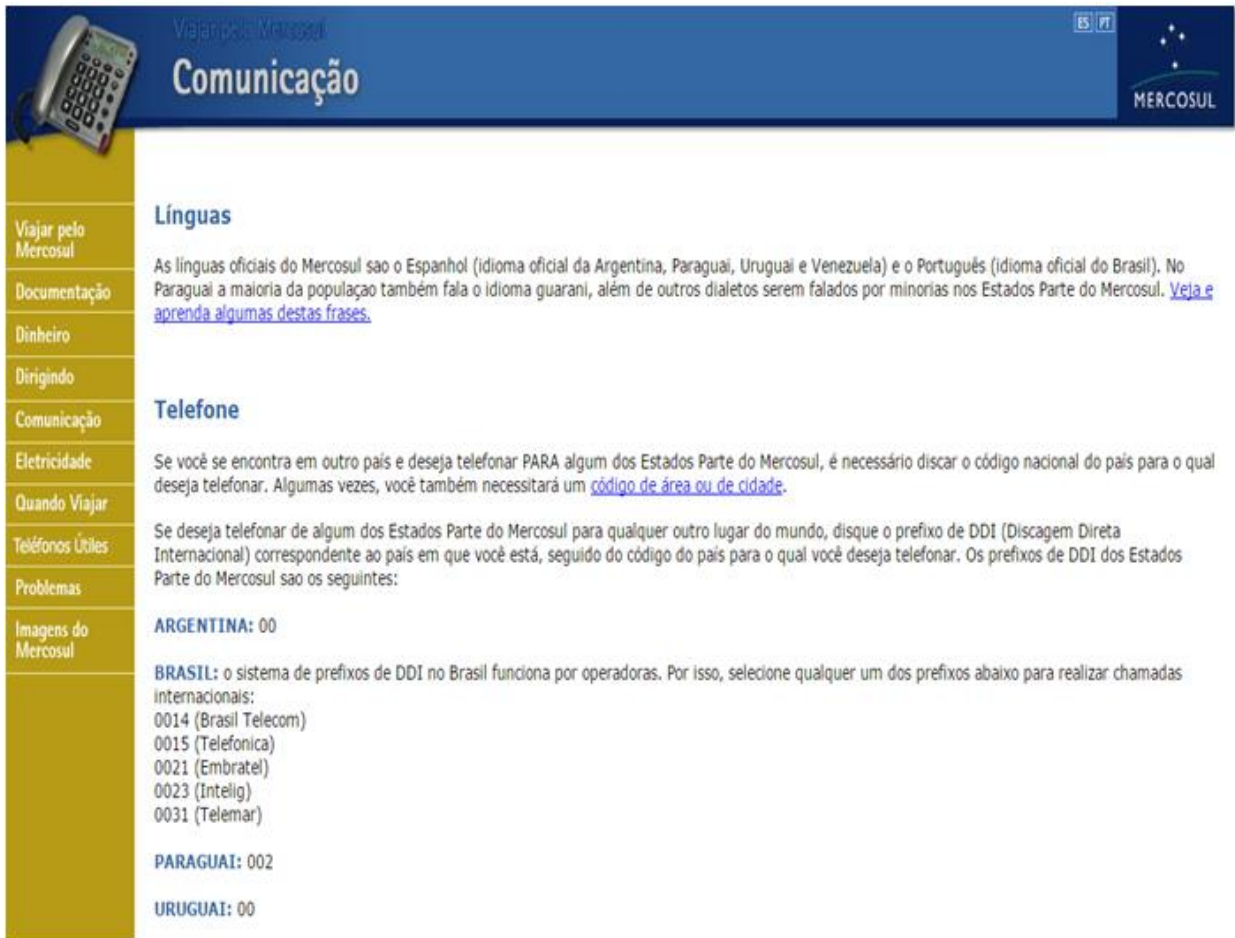
<b>Língua Oficial</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Idioma do país sede</li><li>▪ língua dos documentos oficiais</li><li>▪ língua das traduções autênticas</li><li>▪ língua de trabalho</li><li>▪ língua dos atos legislativos</li><li>▪ língua dos documentos de grande importância</li><li>▪ língua de interesse público</li></ul>
<b>Língua de Trabalho</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ língua oficial</li><li>▪ língua dos atos legislativos</li><li>▪ língua dos documentos oficiais</li><li>▪ língua das traduções autênticas</li><li>▪ língua dos documentos de grande importância</li></ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ língua de interesse público</li> </ul>
<b>Língua Processual</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ língua da gestão</li> <li>▪ língua das atividades internas</li> </ul>
<b>Língua Minoritária ou Regional</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ língua que precisa de proteção e promoção</li> <li>▪ língua de grupos numericamente inferiores</li> <li>▪ língua não-oficial</li> <li>▪ não se caracteriza como dialeto</li> <li>▪ não se caracteriza como língua dos migrantes</li> </ul>
<b>Língua Desprovida de Território</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ diferente da utilizada pelo resto da população</li> <li>▪ sem área geográfica</li> </ul>
<b>Língua Histórica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Inventário</li> <li>▪ legado cultural</li> <li>▪ patrimônio</li> </ul>

Assim temos, o dizer normatizado do MERCOSUL e União Européia, dividindo papéis, línguas e falantes, por uma disputa incessante. O falante agora além de ser determinado pelas categorizações de língua no espaço enunciativo do Estado-Nação, agora sofre determinações na esfera supranacional. O italiano é língua oficial na Itália, língua oficial na União Européia, mas não é língua processual nesta instituição, ficando fora de todos os modos de circulação que esta categorização proporciona. Na esfera do Cone-Sul, o guarani após muitos embates, é língua oficial do Paraguai, língua oficial do MERCOSUL, mas não língua de trabalho. Estes embates se intensificam a cada nomeação, designação e categorização, e afetam línguas e falantes. Como dissemos em outros capítulos, enquanto a União Européia adota a política do multilinguismo como oficial, o MERCOSUL não a assume, mas nos proporciona políticas e gestos ancorados a testa. Assim, o papel do multilinguismo neste espaço de enunciação é de gestor da divisão, das políticas de planificação linguísticas destas instituições. Nesse contexto,

a língua torna-se o elemento fundador de categorias hierárquicas, determinando relações de igualdade e desigualdades, tal qual define Coelho (2012).

As organizações supranacionais têm em comum, justamente, sua origem plurinacional e multilíngue, causando o crescimento do uso de umas línguas em detrimento de outras. Vide, o caso das línguas minoritárias ou regionais na União Européia, objeto de proteção, não são todos os idiomas que gozam deste status. Para este efeito, como vimos em nossas análises, o artigo 1º limita o seu alcance para aquelas que são praticadas de forma tradicional e habitual no território de um Estado, por um menor número inferior de falantes, em comparação ao conjunto da população e que seja diferente de sua(s) "língua(s) oficiais". Conseqüentemente, não estão contempladas as línguas dos migrantes, nem os dialetos, nem as línguas desprovidas de território. Ao nomear, e categorizar uma língua há um incessante movimento de inclusão e exclusão, pertencer e não pertencer. As que não pertencem têm um nível muito mais baixo de proteção, dependendo da vontade política dos Estados. Segundo Coelho (2012) as políticas linguísticas embasadas pelo multilinguismo aparecem apenas tangencialmente. Tendo o seu efeito mais programático do que executivo. Uma amostra desta afirmação é o modo como as línguas são representadas nos sites oficiais de seus órgãos. Espaço de interesse público dos membros destas instituições, sendo este um dos espaços onde as línguas oficiais deveriam estar presentes. Vejamos abaixo o exemplo das línguas oficiais do MERCOSUL. O MERCOSUL possui, oficialmente, 03 (línguas) oficiais, uma de suas atribuições é ser a língua de interesse público. Compreendemos que as informações disponíveis e que representam o MERCOSUL, são de interesse público e isso já bastaria para que tivéssemos estas 03(três) línguas representadas no site. Todavia, o que vemos é que apenas as línguas portuguesa e espanhola, línguas de trabalho para o MERCOSUL, são representadas. Sendo o guarani, apenas lembrado como um "inventário e legado histórico".



**Línguas**

As línguas oficiais do Mercosul são o Espanhol (idioma oficial da Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela) e o Português (idioma oficial do Brasil). No Paraguai a maioria da população também fala o idioma guarani, além de outros dialetos serem falados por minorias nos Estados Parte do Mercosul. [Veja e aprenda algumas destas frases.](#)

**Telefone**

Se você se encontra em outro país e deseja telefonar PARA algum dos Estados Parte do Mercosul, é necessário discar o código nacional do país para o qual deseja telefonar. Algumas vezes, você também necessitará um [código de área ou de cidade.](#)

Se deseja telefonar de algum dos Estados Parte do Mercosul para qualquer outro lugar do mundo, disque o prefixo de DDI (Discagem Direta Internacional) correspondente ao país em que você está, seguido do código do país para o qual você deseja telefonar. Os prefixos de DDI dos Estados Parte do Mercosul são os seguintes:

**ARGENTINA:** 00

**BRASIL:** o sistema de prefixos de DDI no Brasil funciona por operadoras. Por isso, selecione qualquer um dos prefixos abaixo para realizar chamadas internacionais:

- 0014 (Brasil Telecom)
- 0015 (Telefonica)
- 0021 (Embratel)
- 0023 (Intelig)
- 0031 (Telemar)

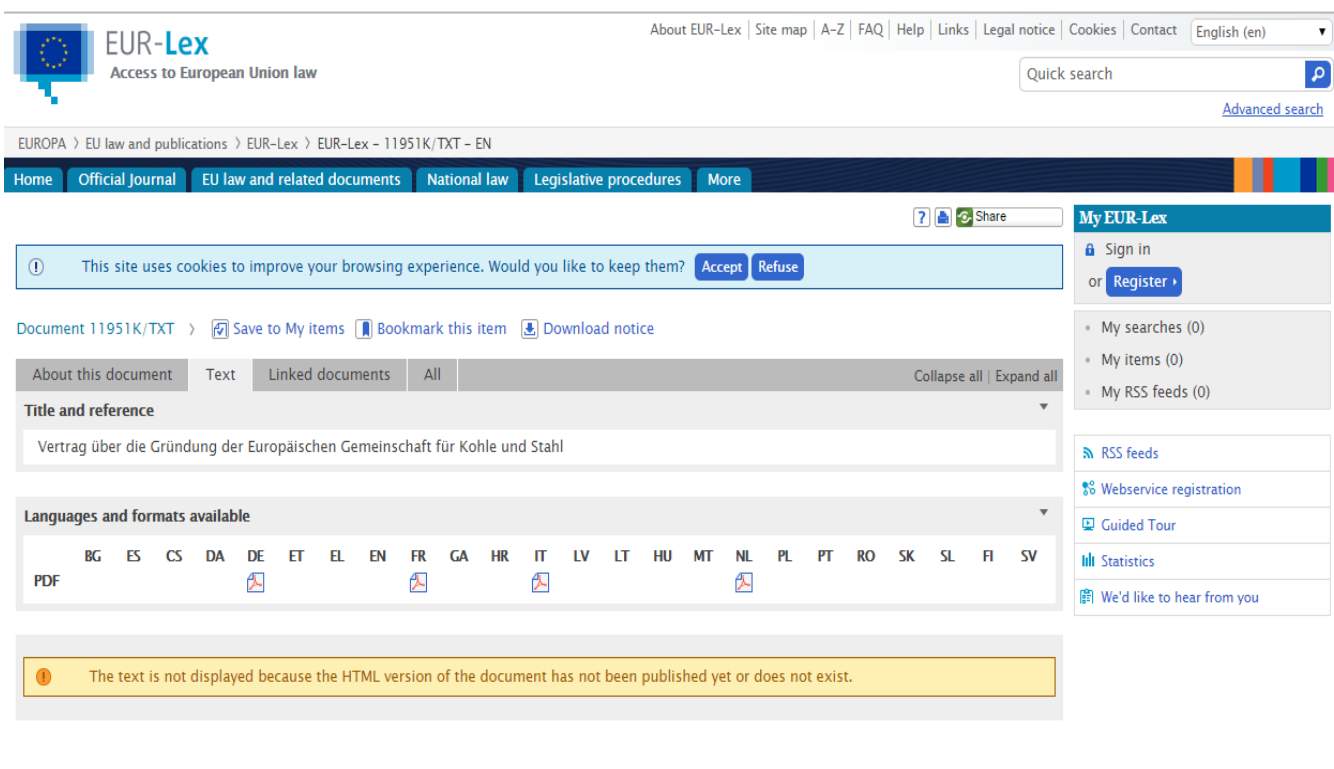
**PARAGUAI:** 002

**URUGUAI:** 00

**Fonte-** Página de Comunicação do Turismo e Educação do MERCOSUL :  
[http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/turismo\\_pag/PT/comunica.html](http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/turismo_pag/PT/comunica.html)

**Figura 3 -** Página inicial de um dos órgãos de comunicação do MERCOSUL

Esta ocorrência, por sinal, não é exclusiva do MERCOSUL, numa das páginas de maior importância da União Europeia, que contém os documentos oficiais, como tratados e acordos, temos a tradução dos documentos em apenas algumas línguas, dentre estas o francês e o alemão, considerados línguas processuais estão sempre presentes.



The screenshot shows the EUR-Lex website interface. At the top, there is a navigation bar with links for 'About EUR-Lex', 'Site map', 'A-Z', 'FAQ', 'Help', 'Links', 'Legal notice', 'Cookies', and 'Contact'. The language is set to 'English (en)'. A search bar is located on the right. Below the navigation bar, there is a breadcrumb trail: 'EUROPA > EU law and publications > EUR-Lex > EUR-Lex - 11951K/TXT - EN'. A menu bar contains 'Home', 'Official Journal', 'EU law and related documents', 'National law', 'Legislative procedures', and 'More'. A cookie consent banner is visible, asking if the user wants to keep cookies. The main content area shows the document 'Vertrag über die Gründung der Europäischen Gemeinschaft für Kohle und Stahl'. There are options to 'Save to My items', 'Bookmark this item', and 'Download notice'. A sidebar on the right offers 'My EUR-Lex' services, including 'Sign in', 'Register', and 'My searches (0)'. A message at the bottom of the page states: 'The text is not displayed because the HTML version of the document has not been published yet or does not exist.'

**Figura 4** – Página com os tratados oficiais da União Europeia  
**Fonte**- Página Oficial dos Tratados da União Europeia  
<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/DE/TXT/?uri=CELEX:11951K/TXT>

Uma contradição que se evidencia entre o real e o simbólico. Ou seja, entre a normatividade o real, citando Guimarães: “pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos”, (GUIMARÃES, 2002, p. 16), que em face do exposto, e devido à fragilidade da normatização das línguas pelos Estados-Membros, surge a necessidade de criação de instrumentos que garantam a efetividade dos direitos quanto à língua das minorias nacionais, e a circulação destas, também no âmbito supranacional, tendentes a salvaguardar a riqueza cultural e a diversidade linguística existente. Em outras palavras, surge à necessidade do multilinguismo, que como vimos tem um caráter mais normativo, do que revolucionário, que ao mesmo tempo em que inclui, exclui por categorizações de língua, como língua que predica “x”.

## 6. Considerações Finais

Em busca de legitimar o lema da União Européia da “Unidade na diversidade”, e os gestos de preservação e respeito a monumentos linguísticos do MERCOSUL, as línguas são divididas e redivididas no espaço de enunciação supranacional. Como vimos, esta divisão é motivada por acontecimentos que nomeiam e predicam as línguas, como língua-x. Estas nomeações, que funcionam como um mecanismo de gestão das línguas nestes espaços acabam silenciando o litígio constitutivo da relação entre línguas nestes espaços. Como nossas análises e nossos DSDs apresentaram, a nomeação de língua como oficial, de trabalho, processual, regional, histórica, minoritária e desprovida de território, nos leva a inúmeras designações, e por sua vez, sentidos que fazem parte da categorização dessas línguas neste novo espaço de enunciação. A enunciação que nomeia língua-x, é na verdade, uma construção a partir de certas relações específicas de determinação. Logo, nomear uma língua não é um simples ato referencial, mas sim uma determinação semântico-enunciativa em virtude de um processo de identificação e categorização das línguas. Neste caso, um novo jogo de categorias, as categorias das línguas que viabilizam o espaço supranacional e a sua relação com o espaço enunciativo e seus falantes, que são determinados por estas categorias. A nomeação, inesperadamente então, serve como uma luva para que as forças mundiais contemporâneas, dentre estas de fato, as supranacionais, possam impor por meio do crescente processo de globalização, a língua como um instrumento de inclusão e exclusão, pois se determina e categorizam-se as línguas de acordo com a assunção da palavra, a partir da fala daquele que tem direito à palavra, e àqueles que não têm.

Com vista a silenciar e apagar as diferenças entre as línguas definem a todo o momento, aparelhos de normatização da língua. Haja vista, o *Comité Interinstitucional da Tradução e da Interpretação*, como um fórum de cooperação para as instituições e órgãos da União Européia, no que tange a traduções e interpretações; a *Comissão Européia pelo Multilinguismo*, cujo objetivo é gerir e promover a diversidade e a aprendizagem linguística numa fase de alargamento da União Europeia. Não diferente no MERCOSUL, o *Setor Educacional do MERCOSUL (SEM)*, cujo objetivo, dentre outros é reunir especialistas dos países-membros com o

objetivo de discutir e propor políticas linguísticas; a *UNILA*, Universidade de Integração Latino-americana. De acordo com Coelho (2012), o ponto chave para a valorização do tema é a constatação da existência de multiplicidade linguística. Uma multiplicidade que no espaço de enunciação supranacional não era normatizada, mas que foi se construindo pelas nomeações das línguas nesta nova esfera de conviabilidade de línguas e falantes.

A evidência nos leva a concluir simplesmente, que estas nomeações estão fora de uma configuração histórica, e que o seu papel é apenas referenciar uma língua, como “x”. Todavia, acreditamos assegurados, pela teoria da *Semântica do Acontecimento* (2002), que “o político é o fundamento das relações sociais”, e a linguagem tem neste fundamento central importância. Logo enunciar língua-x, é um acontecimento de linguagem que significa, temporaliza, recorta memórias, e projeta dizeres, que em nossas análises foram apresentados pelo aparato teórico-metodológico da designação. A nomeação constitui a designação no espaço de enunciação (Guimarães, 2002). Ao utilizarmos o procedimento de reescrituração, e em alguns momentos, de articulação nos é evidente que quando uma forma se dá como correspondente a outra, por meio de substituição, sinonímia, e outros, “o sentido está se fazendo como diferença e constitui a textualidade” (Guimarães, 2002, p. 28). Observar a designação de um elemento nomeado faz com que algo do texto seja elevado do esquecimento, e outros, interpretados como diferentes a si. Apontamentos que apenas são possíveis devido ao modo como compreendemos texto, tal qual Guimarães (2007 e 2009). Não como um mero instrumento de análise, mas sim como, uma unidade integrada por enunciados, que produzem predicções por sobre a segmentalidade, por sobre as fronteiras dos enunciados do texto e pelos sentidos observáveis por meio do ato designativo.

Cada nomeação é um acontecimento, uma diferença em sua própria ordem, onde o político é o inevitável, já que enunciar é uma prática política. Logo, enunciar língua oficial, língua de trabalho, línguas desprovidas de território e etc, é uma prática política, numa relação de sentidos pensada historicamente, Guimarães (2002). É a contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real, e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. (Guimarães, 2002, p. 16). Os falantes das línguas de menos prestígio neste espaço de enunciação, nomeadas como, “línguas desprovidas de território”, línguas

regionais”, “línguas minoritárias” e “língua histórica”, não estão verdadeiramente inclusos no jogo da gestão das línguas na União Européia e o MERCOSUL, pois não tem acesso à palavra, ocupam uma categoria, mais uma categoria de “não-lugar”. Estas nomeações nada mais são do que uma “redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento” (Guimarães, 2002, p. 16). No espaço de enunciação supranacional são as leis, tratados, atos e decretos, que definem, por meio de locutores autorizados a enunciar, nomear, designar e conseqüentemente, categorizar as línguas e seus falantes, que tem acesso a palavra no espaço de enunciação supranacional. Uma normatividade assinada pela política do multilinguismo, que, pela União Européia, como o nome sugere, busca a “Unidade na Diversidade”, categorizando as línguas, em busca de silenciar os embates e diferenças que são constitutivos da relação entre línguas, e o mesmo com o MERCOSUL, por seus gestos de planejamento linguístico.

O político é o conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma re(divisão) pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento. Logo, de fato, o político é incontornável e está presente no espaço de enunciação supranacional. Quando se categoriza uma língua, exclui-se todas as outras diferentes desta, a partir de uma relação hierárquica que prestigia umas (línguas processuais), em detrimento de outras (línguas oficiais e de trabalho).

Por fim, o que significa nomear língua-x, num espaço jurídico-administrativo, supranacional? Acreditamos que, significa fazer funcionar instrumentos de gestão e controle das línguas e de seus falantes, que são divididos e redivididos em prol de uma pacificação inexistente, que se configura apenas na evidência, já que verdadeiramente é conflituosa, hierárquica e política.

## 7. Referências Bibliográficas

AUROUX, Sylvain. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas: Unicamp, 1992.

ARNOUX E.N & NEGRONI M.M.G. *Argumentación y Acontecimiento. Homenaje a Oswald Ducrot*. Buenos Aires, Eudeba, p.211-225, 2004.

ANDERSON, Benedict. *As promessas do Estado-nação para o início do século*. In: *A Crise dos Paradigmas em Ciências Sociais e os Desafios para o Século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, p.169.

BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1974.

\_\_\_\_\_. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1988.

BARNABÉ, I. R. *O Mercosul e a Integração Regional*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 2003.

BARRIOS, G. *Minorías Lingüísticas y Globalización: El caso de la Unión Europea e el Mercosur*. *Revista Letras UFSM*, Santa Maria, n. 27, p.11-23. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/revistalettras/letras27.html>>. Acesso em: maio 2009.

BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BRANCO, L. *A língua além-mar: sentidos à deriva- o discurso da CPLP sobre língua portuguesa*. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, 2013.

BRANDÃO, S. F. *A geografia lingüística do Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.

BEÇAK, P. *Mercosul: uma experiência de integração regional*. São Paulo: Contexto, 2000.

CALVET, L. J. *Sociolingüística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.

\_\_\_\_\_. L. J. *Políticas Linguísticas*. São Paulo: Parábola, 2007.

CARDOSO, S. A. M. *O Atlas Linguístico do Brasil: uma visão crítica dos caminhos seguidos e perseguidos*. Comunicação apresentada no II Congresso Internacional de Linguística Histórica, Universidade de São Paulo, São Paulo, fev. 2012.

\_\_\_\_\_. *Geolinguística: tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola, 2010.

COELHO, R. *The System Protection of Minority Languages in the European Union*. Anais do I Encontro Internacional de Direitos Culturais. Disponível em: <<http://www.direitosculturais.com.br>>. Acesso em: maio 2014.

DINIZ, L. R. A. *Mercado de Línguas: A Instrumentalização Brasileira do Português como Língua Estrangeira*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, 2008.

DUCROT, O. *Enunciação*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

\_\_\_\_\_. *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes, 1987.

GARCIA JR, A. *Mercosul Hoje: novos e difíceis caminhos*. São Paulo: LTr, 1998.

GUIMARÃES, E. *Texto e Argumentação*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 1989.

\_\_\_\_\_. *Língua Nacional*. In: ENCICLOPÉDIA das Línguas no Brasil. Disponível em: <[http://www.labeurb.unicamp.br/elb/portugues/lingua\\_nacional.htm](http://www.labeurb.unicamp.br/elb/portugues/lingua_nacional.htm)>. Acesso: junho 2009.

\_\_\_\_\_. *Os Limites do Sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1992.

\_\_\_\_\_. *Interpretar Língua e Acontecimento*. *Revista Brasileira de Letras*. Vol. 1, n. 1, p.19-23. UFSCar, 1999.

\_\_\_\_\_. *Política de línguas na América Latina*. *Relatos*, Campinas, n. 7, p.5-11, 2001. Disponível em: <[http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos\\_07.html](http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_07.html)>. Acesso: março 2009.

\_\_\_\_\_. *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. *História da Semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. *Civilização na Lingüística Brasileira no século XX*. Rio de Janeiro, RJ: Matraca, n.16, 2004.

\_\_\_\_\_. *Espaço de enunciação e política de línguas no Brasil*. In: SANTOS, Josalva & OLIVEIRA, Sheila Elias de (orgs.). *Mosaicos de linguagens*. Guarapuava, PR: Cellip – Campinas, SP: Pontes; 2006. p 11.27

\_\_\_\_\_. *Domínio Semântico de Determinação*. in. *A palavra: forma e sentido*. GUIMARÃES, E; MOLLICA, M. C. *A palavra - Forma e sentido*. Campinas, SP: Pontes/RG, (2007). P.77-96. (2007)

\_\_\_\_\_. *A Enumeração: Funcionamento Enunciativo e Sentido*. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. (UNICAMP), v. 1, p. 49-68, 2009.

\_\_\_\_\_. *Análise de texto: Procedimentos, Análises, Ensino*. Campinas: RG Editores 2011.

GREGOLIM, M. Michel Pêcheux e a história epistemológica da Linguística. Estudos de Língua(gem), Vitória da Conquista, BA, v. 01, p. 99-111, 2005.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, pp. 280-281.

HOBBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. São Paulo, Paz e Terra, ,1990.

HAMEL, R. E. *La política del lenguaje y el conflicto interétnico: problemas de investigación sociolingüística*. In: ORLANDI, Eni (org.). Política lingüística na América Latina. Campinas: Pontes, 1988.

IANNI, O. *A Era do Globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

OLÍMPIO. O Percurso Teórico de Oswald Ducrot na Defesa de uma Argumentação Linguística. Revista (Com) Textos Linguísticos VI4, n.4 (2010). Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/5232/3908>. Acesso em: janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_. *Teorias da Globalização*. São Paulo: BCD União de Editoras S/A, 1996.

\_\_\_\_\_. *A sociedade global*. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. *O Estado Nação na época da globalização*. Revista Econômica UFF v.1 , n.1 (105-118). Disponível em: [www.uff.br/revistaeconomica/v1n1/octavio.pdf](http://www.uff.br/revistaeconomica/v1n1/octavio.pdf). Acesso em:novembro 2009.

ORLANDI, E. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. São Paulo, SP: Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_. *Espaço de Enunciação e Política de Línguas no Brasil*. Mosaico de Linguagens. (Orgs.) Sheila Elias de Oliveira & Josalba Fabiana dos Santos. Campinas, SP: Pontes, 2006.

\_\_\_\_\_. *Terra à vista – Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo*. Campinas: Editora da UNICAMP ; Cortez Editora, 1990.

\_\_\_\_\_. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

\_\_\_\_\_. *Michel Pêcheux e a Análise de Discurso*. Estudos da Língua(gem) 1: 9-13, (2005). Data de consulta, 24 de janeiro de 2015.

PÊCHEUX, M.; GADET, F. *A língua inatingível. O discurso na história da linguística*. Trad. Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves. Campinas, SP: Pontes, 2004.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução: Eni P.Orlandi. 4.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

\_\_\_\_\_. *O papel da memória*. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Tradução e introdução de José Horta Nunes. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007, p. 50.

LACERDA, Gustavo Biscaia de. *O estado e o ambiente internacional: algumas questões relativas às organizações interestatais, supranacionais e transnacionais*. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.1, n.1, p.01-21, Sem I. 2007

LEWKOWICS, I.; CANTARELLI, M.; DOCE, G. *Del fragmento a la situación*. Notas sobre la subjetividad contemporánea. Argentina, Buenos Aires: Altamira, 2013. Tradução Maria Onice Payer; Romulado Dias. No prelo.

MARIANI, B. *Colonização lingüística*. Campinas: Editora Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. *Políticas de Colonização Linguística*. Revista Letras UFSM, Santa Maria, n. 27, p. 74-82. Disponível em: <[http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos\\_r27/revista27\\_7.pdf](http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r27/revista27_7.pdf)>. Acesso: maio 2009.

\_\_\_\_\_. *Colonização Lingüística*. In: ENCICLOPÉDIA das Línguas no Brasil. Disponível em: <[http://www.labeurb.unicamp.br/elb/historia\\_nocoos/col\\_ling.htm](http://www.labeurb.unicamp.br/elb/historia_nocoos/col_ling.htm)>. Acesso: julho 2009.

MENÉNDEZ, F. In: E.L.U.A. Disponível em: <[http://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/6654/1/ELUA\\_02\\_02.pdf](http://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/6654/1/ELUA_02_02.pdf)>. Acesso: agosto 2014.

NEGRONI, María Marta, TORDESILLAS, Marta. *Estudios de Semántica y Pragmática. Apuntes sobre la Semántica Integrada*. Revista iberoamericana de Discurso y Sociedad, Barcelona: Editorial Gedisa, v.2, n. 4, p. 3-21, dic. 2000.

OLIVEIRA, G. M. de. *Política lingüística, política historiográfica: epistemologia da história da(s) língua(s) a propósito da língua portuguesa no Brasil Meridional(1754-1830)*. Tese (Doutorado em Lingüística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2004.

ORLANDI, E. P. *Ética e política lingüística*. Línguas e instrumentos lingüísticos, Campinas, n. 1, p. 7-22, jun. 1998.

\_\_\_\_\_. *Discurso e Argumentação – um observatório do político*. Fórum Linguístico, Fpolis, n.1 (17-81), jul-dez.

\_\_\_\_\_. *O Estado, a gramática, a autoria. Língua e conhecimento lingüístico*. Línguas e instrumentos lingüísticos, Campinas, n. 4/5, p. 19-34, dez. 1999/ jul. 2000.

\_\_\_\_\_. *Língua e conhecimento lingüístico*. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Pontes. 4 edição.

\_\_\_\_\_. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.

\_\_\_\_\_. *Teorias da linguagem e o discurso do multilingüismo na contemporaneidade*.(org.) ORLANDI, E. P. *Política lingüística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007.

PAYER, M. O. *Linguagem e sociedade contemporânea*. Sujeito, Mídia, Mercado. Rua, Campinas, n. 11, p. 9-25, mar. 2005.

\_\_\_\_\_. *Processos de identificação sujeito / língua. Ensino, língua nacional e língua materna*. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Política lingüística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007. p. 113-123.

PÊCHEUX, M. (1983) *Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 1990.

RANCIÈRE, J. (1992) *Os Nomes da História – Um Ensaio da Poética do Saber*. Trad. Eduardo Guimarães, Eni Orlandi. São Paulo, SP: EDUC/Pontes, 1994.

\_\_\_\_\_. *O desentendimento*. São Paulo: Ed.34, 1996.

REIS, E. P. *O Estado Nacional como Ideologia: O caso brasileiro*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro v. 1, n. 2, p. 187-203, 1988.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. *Políticas Públicas de Direito à Língua e Consenso Etnocultural: Uma Reflexão Crítica*. In. Discurso e Políticas Públicas: A Fabricação do Consenso. ORLANDI, E. (org.): Campinas, Ed. RG, 2010.

\_\_\_\_\_. *Língua, nação e nacionalismo: um estudo sobre o Guarani no Paraguai*. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, 2000.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SAUSSURE, F. de. *Curso de Lingüística Geral*. 2º. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

SÉRIOT, P. *Linguística nacional ou Linguística nacionalista?*In: Línguas e instrumentos linguísticos n. 1.(53-69).Pontes: Campinas, 1997-2001.

\_\_\_\_\_. *Ethnos e Demos: a Construção Discursiva da Identidade Coletiva*. Rua, Campinas, n. 7, p. 11-21, mar. 2001.

SOUZA, Álvaro José de. *Geografia Linguística: dominação e liberdade*. 2 Ed. São Paulo: Contexto, 1991.

VAZ, A. C. *Cooperação, integração e processo negociador: a construção do Mercosul*. Brasília: IBRI, 2002.

KARAWEJCZYK, M. *Estado Nacional – Um conceito ainda atual?* Revista Litteris vol. 3 Porto Alegre, 2009.

rodríguez-alcalá, c. a cidade e seus habitantes: língua e ideologia na constituição do espaço. in: escritos, nº 06. campinas: labeurb/unicamp, 2002, p. 23 – 26. rodríguez-alcalá, c. a cidade como objeto de discurso: a linguagem e a construção da evidência do mundo. comunicação apresentada no iv sead, porto alegre, 2009. texto inédito, fornecido pela autora.